



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

## Índice

<b>MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO</b> .....	3
<b>A ENEVA</b> .....	6
<b>GOVERNANÇA CORPORATIVA</b> .....	9
<b>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b> .....	12
<b>GESTÃO DE PESSOAS</b> .....	14
<b>CONTEXTO SETORIAL</b> .....	15
<b>DESEMPENHO OPERACIONAL</b> .....	19
<b>DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS</b> .....	21
<b>COMPROMISSOS ESG - <i>Environmental, Social and Governance</i></b> .....	31
<b>AUDITORES INDEPENDENTES</b> .....	34

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

---

O ano de 2022 foi marcado por avanços emblemáticos em nosso plano estratégico rumo a 2030. Foram tantas as conquistas em um único ano que conseguimos antecipar marcos que só estavam previstos para 2025, iniciando assim mais um ciclo de crescimento na história da Companhia. Avançamos na entrega de projetos contratados, assinamos novos contratos, vencemos leilões de energia, captamos recursos, adquirimos ativos de alta qualidade para complementar nosso portfólio e aumentamos nossas reservas, para mencionar alguns destaques. Os ativos adquiridos e os novos negócios desbravados aumentarão substancialmente o volume de receita fixa da Eneva, que é reajustada anualmente de acordo com a inflação, gerando um EBITDA mais previsível e menos dependente do despacho. Nossas conquistas são resultado do conjunto diferenciado de competências que desenvolvemos na Eneva, da capacidade de conectar essas competências com agilidade para criar mais valor e da forte cultura da nossa Companhia.

Buscamos continuamente alavancar nossas competências para gerar mais valor aos nossos acionistas. Nossos projetos com maiores retornos seguem o modelo R2W e acessar uma base de reservas cada vez maior é de suma importância para nossa estratégia. Comprovando mais uma vez nosso sucesso exploratório, nossas reservas de gás 2P certificadas tiveram incremento de 12 bilhões de m<sup>3</sup> em dezembro de 2022, totalizando 47,5 bilhões de m<sup>3</sup>. No Amazonas, a incorporação de 7,5 bilhões de m<sup>3</sup> de reservas de gás 2P possibilitou a vitória no 2º Leilão de Reserva de Capacidade, em setembro, com o projeto Azulão II, para construir 590 MW. Essa conquista, combinada à vitória no leilão em dezembro de 2021 para fornecer 295 MW de capacidade perto do campo de Azulão, materializou um sonho: o projeto Azulão 950 MW, expandindo nossa excelência no modelo R2W. Esse projeto garante à Eneva uma receita fixa anual de mais de R\$ 2 bilhões ao longo de 15 anos e é um passo importante na monetização do gás natural excedente da bacia do Amazonas.

Outras importantes conquistas que ampliaram nossa capacidade R2W foram a entrada em operação comercial da UTE Parnaíba V em novembro, que já contribuiu com os resultados de 2022 com os contratos de exportação de energia para a Argentina e, a partir de 2024, e garantirá uma receita fixa anual de mais de R\$ 350 milhões; e o início da construção da UTE Parnaíba VI, que garantirá mais de R\$ 100 milhões em receita fixa anual a partir de 2025 .

Outro marco inédito para a Eneva no ano de 2022 foi a entrada em operação comercial de Jaguatirica II, que chancela o pioneirismo da Companhia na oferta de soluções de energia. Foi a primeira vez que uma empresa desenvolveu uma planta de Gás Natural Liquefeito (GNL) e estruturou uma solução logística para transportar o GNL por rodovia por cerca de 1.000 km até a usina. E com essa experiência adquirida, criamos uma nova

linha de negócios: o GNL em pequena escala (SSLNG, na sigla em inglês), que já nos capacitou para implementar, comercializar e expandir a solução de fornecimento de SSLNG. Essa é uma, alternativa mais limpa e com custo mais competitivo, em substituição ao óleo, combustível altamente poluente, em aplicações industriais no norte do Brasil. Em 2022, assinamos nossos primeiros contratos para fornecer GNL para as instalações de grandes clientes.

Outra importante via de crescimento em 2022 foram as aquisições. A aquisição da CELSE foi na verdade uma excelente oportunidade para encurtar o longo período necessário para desenvolver um hub de gás, além de evitar os riscos associados à construção de um terminal de GNL. Em termos de geração de receita, o ativo gera mais de R\$ 1,9 bilhão/ano em receita fixa. Nosso portfólio também cresceu com a aquisição da CGTF (Termofortaleza), um ativo com balanço sólido. Marcando nossa entrada no mercado de energia renovável, a conclusão da aquisição da Focus Energia adicionou ao nosso portfólio não só a maior usina de geração solar da América do Sul como elevou nossa Trading a um novo patamar. Concluímos a construção do projeto Futura I, por meio do qual desenvolvemos novas competências na construção e operação de projetos solares.

Além de Futura I, anunciamos o investimento de R\$ 500 milhões em tecnologias de descarbonização até 2030 como um dos nossos compromissos ESG. No front ESG, fomos reconhecidos pelos nossos esforços de longo prazo na gestão da sustentabilidade com a melhora de duas posições no ranking de mudanças climáticas do CDP e a inclusão na carteira do ISE B3. Também avançamos em transparência ao participar pela primeira vez da Avaliação Global de Sustentabilidade da S&P, atingindo 52 pontos, ligeiramente acima da média do setor, e melhorar nossa posição no Refinitiv, o índice do London Stock Exchange Group, em três categorias, passando de C para B. Mantivemos também o padrão ouro na transparência do nosso relatório de emissões do protocolo brasileiro de GEE.

Como contrapartida aos imensos avanços obtidos em 2022, tivemos um aumento na alavancagem da Companhia. Nosso índice de dívida líquida/EBITDA passou de 2,8x no fim de 2021 para 4,8x em dezembro de 2022, ao mesmo tempo em que a taxa de juros subiu no país. No entanto, temos uma dívida de qualidade: longa, de baixo custo e na maior parte indexada a inflação. Mesmo considerando a previsão de capex para os próximos anos, nossa forte geração de caixa com os projetos entregues e as aquisições contribuirão para triplicarmos a receita fixa até 2027 e nos levará a uma trajetória de desalavancagem que poderá ser encurtada dependendo do cenário hidrológico do país, da energia exportada para países vizinhos ou da energia gerada para substituir usinas térmicas menos eficientes no Brasil. Também continuamos melhorando nosso acesso a fontes de financiamento. Em abril, recebemos o rating AAA(bra) da Fitch e concluímos com sucesso nossa oferta de ações no valor de R\$ 4,2 bilhões em junho, para fazer frente aos nossos planos de crescimento.

Estamos orgulhosos das nossas conquistas, mas também cientes dos três principais desafios que devemos endereçar com o novo ciclo de crescimento: (i) iniciar e avançar na construção dos projetos greenfield; (ii) capturar os upsides identificados nos ativos que adquirimos; e (iii) ajustar o balanço, trazendo a alavancagem de volta para os níveis registrados no fim de 2021.

Agradecemos todos os nossos stakeholders que nos acompanham nesta jornada e mantêm um compromisso de longo prazo com a Companhia. Nossa equipe vem demonstrando um histórico impressionante nos últimos anos, com valores sólidos e uma obsessão pela disciplina na alocação de capital, assumindo riscos de forma responsável. Estamos certos de que vamos continuar surpreendendo todos de forma positiva.

## A ENEVA

---

### Visão Geral

A ENEVA S.A. (“Eneva”) é uma empresa integrada de energia, com negócios complementares em geração de energia elétrica e exploração & produção de hidrocarbonetos no Brasil, pioneira no desenvolvimento e operação do modelo *Reservoir-to-Wire* (“R2W”) no país.<sup>1</sup> A Companhia tem sede no município do Rio de Janeiro e ativos nos estados do Maranhão, Sergipe, Bahia, Ceará, Amazonas, Roraima, Mato Grosso do Sul e Goiás.

A Companhia possui um parque de geração térmica de 4,6 GW em operação, que representa aproximadamente 21% da capacidade de geração térmica de gás natural e carvão do país<sup>2</sup>. A capacidade total instalada atingirá 6,3 GW até 2026, com a entrada em operação de quatro novas usinas.

A Companhia possui atividades de Exploração e Produção, com mais de 64 mil km<sup>2</sup> em concessões exploratórias. Em dezembro de 2022, a ENEVA operava 12 campos de gás natural nas Bacias do Parnaíba e Amazonas, com reservas certificadas totais (2P) de 47,53 bcm (bilhões de metros cúbicos, do inglês *billion cubic meters*), além da área de Juruá, na Bacia do Solimões. No ano de 2022, a Companhia foi a maior operadora privada<sup>3</sup> de gás natural do Brasil, com uma capacidade de produção de 5,9 milhões de m<sup>3</sup> por dia.

A Companhia possui também expertise em trading de gás e energia. Realiza a integração comercial de diferentes fontes de geração por meio de contratos oriundos de usinas próprias e de terceiros.

### Portfólio

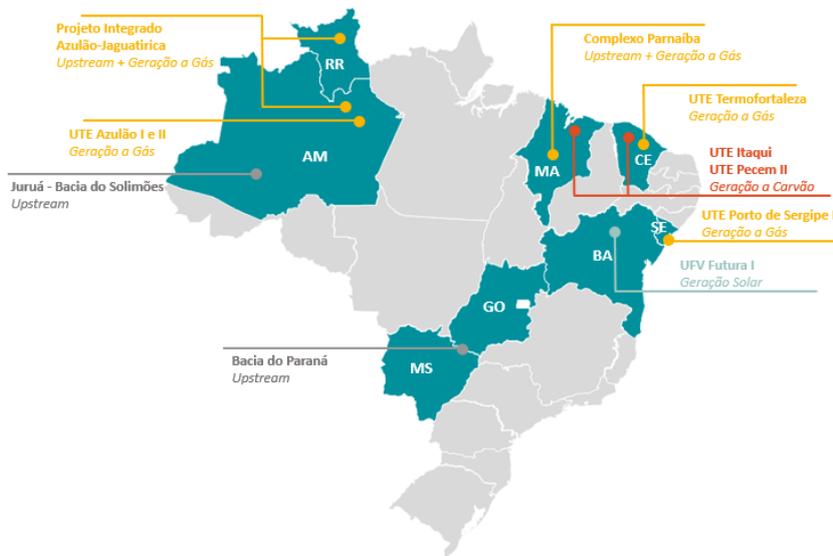
Os ativos da Companhia estão distribuídos pelo Brasil, conforme demonstrado na figura abaixo:

---

<sup>1</sup> Publicação “Brasil Energia Petróleo”, nº 432, novembro de 2016, páginas 34 a 36.

<sup>2</sup> Dados da ANEEL referentes a março de 2022, disponíveis no Sistema de Informações de Geração da ANEEL (Capacidade de Geração no Brasil – Matriz por tipo e combustível final: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2liwjdCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSIsImMiOiR9.>

<sup>3</sup> Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2022. Página 81, Tabela 2.12: [Link](#)



O Complexo Parnaíba, localizado no Maranhão, possui capacidade instalada total de 1,9GW, sendo 1,8 GW já em operação. Em dezembro de 2022, o Complexo era composto por 5 usinas termelétricas (“UTES”) a gás natural (Parnaíba I, II, III, IV, V) supridas por meio de infraestrutura dedicada e própria, e por 12 campos de gás natural *onshore*, situados em suas adjacências. Adicionalmente, encontra-se em construção a usina Parnaíba VI.

Devido à localização estratégica do parque gerador, nas adjacências dos campos produtores de gás natural, a Eneva garante a geração de energia a custos competitivos e com menor impacto ambiental, ao reduzir custos e perdas no transporte do combustível. Para fazer frente à geração do Complexo, a Bacia do Parnaíba contava com 33,07 bcm de reservas de gás natural (2P), certificados pela Gaffney, Cline & Associates (“GCA”), referente a 31 de dezembro de 2022.

Na região Nordeste, a Companhia opera também duas usinas termelétricas a carvão mineral, a UTE Itaqui, no estado do Maranhão, com capacidade instalada de 360 MW, e a UTE Pecém II, no estado do Ceará, com capacidade instalada de 365 MW.

Na região Norte, em Roraima, está em operação a UTE Jaguatirica II, que possui capacidade instalada de 141 MW, e consome o gás natural do Campo de Azulão, localizado no Estado do Amazonas (Bacia do Amazonas). O gás natural extraído e produzido no campo é liquefeito e transportado em tanques criogênicos por rodovia que interliga o campo de exploração à usina. O início da operação da UTE Jaguatirica II deu início à transição energética do estado de Roraima que, até então, tinha como base de geração de energia usinas termoelétricas a óleo diesel. Dessa forma, a Eneva contribui, portanto, com a redução nas emissões de carbono e NOx (Óxidos de Nitrogênio) do estado.

Ainda na região norte, em dezembro de 2021, a Eneva foi vitoriosa no 1º Leilão de Capacidade da ANEEL com o projeto Azulão I. O projeto, com capacidade de geração de 360 MW, tem contrato de fornecimento de energia ao SIN por 15 anos, com vigência a partir de julho de 2026. Isso assegurará receita fixa anual de R\$ 217 milhões (data-base: julho de 2021, reajustado anualmente pelo IPCA).

Em setembro de 2022, a Eneva foi vitoriosa no 2º Leilão de Reserva de Capacidade na forma de energia da ANEEL, com o projeto Azulão II, de 590 MW de capacidade de geração. O contrato de fornecimento de energia ao SIN também tem duração de 15 anos, com vigência a partir de dezembro de 2026. O projeto assegurará receita fixa anual de R\$1,9 bilhão (data-base: maio de 2022, reajustado anualmente pelo IPCA).

As UTEs utilizarão gás natural proveniente da bacia do Amazonas e serão implantadas em conjunto, no complexo Azulão 950 MW. Dessa forma, a Eneva dá um importante passo na monetização do gás natural excedente da bacia do Amazonas, expandindo o modelo R2W para novas fronteiras.

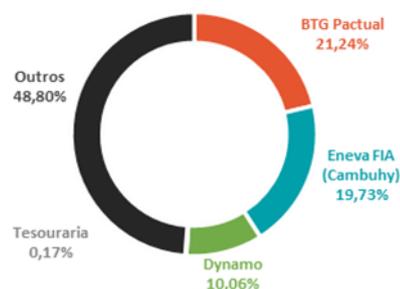
Em março de 2022, a Eneva celebrou a conclusão da combinação de negócios com Focus Energia que possibilitou à Companhia entrar no mercado de energia renovável. A transação trouxe novas competências à Companhia, como a estruturação, construção e operação de projetos renováveis, sendo o projeto Futura 1, a maior planta de geração solar da América Latina, com 670MW de capacidade instalada. Adicionalmente, com essa aquisição, a Eneva fortalece a sua atividade de Trading de energia, o que permite desenvolver uma ampla variedade de produtos para os mais variados tipos de clientes, se preparando para oportunidades que surgirão com a migração do mercado regulado para o mercado livre de energia. A operação trouxe também um pipeline adicional de 2,3GW em projetos fotovoltaicos já licenciados.

Em agosto de 2022, celebrou-se a aquisição da Central Geradora Termoelétrica Fortaleza S.A (“CGTF”), que tem como principal ativo a UTE Fortaleza I, uma usina a gás natural com capacidade instalada de 327MW e contrato de comercialização de energia com a distribuidora do estado Ceará vigente até dez/2023. O ativo, cuja aquisição resultou em saída líquida de caixa de R\$ 232 milhões da Companhia, tem um alto potencial de geração de caixa, tendo registrado em 2021, receita líquida de R\$ 1,7 bilhão e EBITDA de R\$ 580 milhões. A Companhia já está trabalhando na viabilização de uma nova contratação para a usina a fim de estender seu ciclo de vida.

Em outubro de 2022, a Companhia adquiriu as Centrais Elétricas de Sergipe (“CELSE”), cujo principal ativo é a UTE Porto de Sergipe I, uma usina a gás natural de 1,6 GW de capacidade instalada, em operação desde 2020. A usina possui contrato no mercado regulado até 2044, com receita fixa anual contratual de R\$ 1,9 bilhão (data-base: novembro de 2021). Essa aquisição visou não apenas a incorporação da usina já em

operação, mas também importantes oportunidades de crescimento, visando aumentar o valor do ativo e transformá-lo em um Hub de Gás.

A Companhia está listada no segmento de Novo Mercado desde o seu IPO em 2007, e possui capital pulverizado (*Corporation*). A ENEVA possui uma única classe de ações e seu capital social ao final de 2022 era composto por 1.584.446.224 ações ordinárias, negociadas na B3 – Brasil, Bolsa Balcão sob o código ENEV3. A composição acionária está detalhada no gráfico ao lado.



## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A ética faz parte das decisões da ENEVA, norteando a realização dos nossos negócios e nossas relações com clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, entidades públicas e demais partes interessadas. A Companhia adota as práticas de governança corporativa indicadas no Código Brasileiro de Governança Corporativa, além das regras previstas do Novo Mercado.

### Estrutura de governança

A estrutura de Governança Corporativa da ENEVA está pautada nos pilares de boas práticas que regulam as relações corporativas, suportam os controles internos e garantem uma atuação de conformidade e transparência nas tomadas de decisões. Este modelo representa a busca permanente pelo aprimoramento das práticas adotadas e, por consequência, a tratativa igualitária de seus acionistas.

A ENEVA conta, atualmente, com a seguinte estrutura de Governança Corporativa:



Compete ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia, decisões sobre questões estratégicas, monitoramento dos planos de gestão de negócios executados pela Diretoria Executiva, de acordo com as competências estabelecidas no Estatuto Social, no seu regimento interno e na legislação em vigor. O Conselho de Administração da Companhia é composto por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos independentes, com mandato de 1 ano, podendo ser reeleitos, sendo eles: Jerson Kelman, Henri Philippe Reichstul, Marcelo Medeiros, Guilherme Bottura, Felipe Gottlieb, Renato Mazzola e Elena Landau.

Para apoiar os processos de tomada de decisão, o Conselho conta com os comitês especializados, que funcionam simultaneamente, em caráter permanente ou temporário, sendo eles: Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê Financeiro e Comitê de Pessoas.

Até dezembro de 2022, a Diretoria Executiva era composta por oito membros, todos independentes. No entanto, a estrutura da Diretoria Executiva foi alterada e, na data de divulgação desse documento, era composta por 11 membros conforme figura a seguir:

<b>LINO CANÇADO</b> DIRETOR PRESIDENTE - ESTATUTÁRIO	<b>MARCELO HABIBE</b> DIRETOR DE FINANÇAS - ESTATUTÁRIO	<b>MARCELO CRUZ LOPES</b> DIRETOR DE MARKETING, COMERCIALIZAÇÃO E NOVOS NEGÓCIOS - ESTATUTÁRIO	<b>ANITA BAGGIO</b> DIRETORA DE ESG, SAÚDE E SEGURANÇA & COMUNICAÇÃO
<b>FAUSTO CARETTA</b> DIRETOR DE EXPLORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO	<b>RICARDO PASCOTTO</b> DIRETOR DE OPERAÇÕES E MANUTENÇÕES DOS ATIVOS R2W E SSLNG	<b>VILMAR CARNEIRO</b> DIRETOR DE OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO DE ATIVOS DE GERAÇÃO	<b>DAMIAN POPOLO</b> DIRETOR DE INSTITUCIONAL E REGULATÓRIO
<b>THIAGO FREITAS</b> DIRETOR JURÍDICO, DE GOVERNANÇA, COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS	<b>RENATO CINTRA</b> DIRETOR DE SERVIÇOS CORPORATIVOS	<b>RICARDO MATHEUS SANTOS</b> DIRETOR DE RH	

## Políticas e Regimentos

As Políticas e Regimentos da Companhia estabelecem as diretrizes e condutas a serem observadas para evitar que situações de corrupção ou de não conformidade ocorram nos negócios da Companhia, garantindo uma atuação de acordo com os princípios éticos e legislação aplicável. Os normativos são estabelecidos e revisados com apoio do Comitê de Auditoria, aprovados pelo Conselho de Administração e estão aderentes à legislação anticorrupção e às melhores práticas de integridade. Em 2022, alinhada ao compromisso de adesão às melhores práticas internacionais, a Companhia revisou a Política Anticorrupção.

## Canal de Denúncia

---

A ENEVA possui um canal de denúncias seguro, confidencial, externo e independente. As denúncias de infrações ao Código de Conduta da Companhia e à lei brasileira podem ser feitas nesse canal de forma anônima por colaboradores, prestadores de serviço e pela sociedade em geral. O objetivo fim do canal de denúncia é prevenir, e quando não for possível, interromper a cadeia delitiva ou desvio de conformidade, visando promover um ambiente íntegro e ético para o público interno e externo, identificando, ainda, os pontos de aprimoramento, de forma a garantir a melhoria contínua dos controles internos e estrutura de *Compliance*.

## Atividades de *Compliance*

---

A Companhia está fortemente engajada em combater qualquer forma de corrupção, fraude, suborno, favorecimento, tráfico de influência, extorsão, lavagem de dinheiro e propina nas suas relações internas, com fornecedores, parceiros ou agentes públicos. Com isso, a Companhia estruturou seu Programa de Integridade, coordenado pela área de *Compliance*, com atividades periodicamente reportadas à Diretoria Jurídica e apresentadas ao Comitê de Auditoria Estatutário, que por sua vez, reportam ao Conselho de Administração. O Programa assegura os mecanismos adequados para promover a conduta ética alinhada aos princípios e diretrizes da ENEVA.

## Gestão de Riscos

---

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta.

Com periodicidade mínima anual é realizada uma atualização mais abrangente do mapeamento de riscos de negócio, envolvendo todas as áreas corporativas e unidades operacionais, com a consolidação e reporte das informações à Alta Administração da Companhia.

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com foco em promover a ampla geração de valor em todos os elos de sua cadeia produtiva, a Eneva revisita anualmente sua estratégia, ancorada em análises e documentos setoriais, a exemplo do Plano Decenal de Expansão, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – também atualizado a cada ano. Essas informações e avaliações de fontes externas de grande relevância setorial subsidiam a elaboração de projeções internas na Companhia, que englobam abrangência analítica multidisciplinar e contam com a participação de colaboradores de áreas-chave.

Nesse contexto, a Eneva trabalha com diferentes cenários futuros (com impactos positivos e negativos), considerados para a decisão de investimentos e com vistas a permitir crescimento com maior intensidade e novas fronteiras de projetos. O objetivo final é:

- I. Garantir o melhor retorno possível para os ativos;
- II. Rever o modelo de negócios, com a consideração e adoção de critérios ESG;
- III. Definir caminho de desenvolvimento sustentável; e
- IV. Maximizar o valor enquanto companhia integrada.

A Companhia definiu seus principais desafios a serem vencidos até 2030:



E para amparar a atualização da estratégia, foram considerados ainda desdobramentos de cada um dos desafios:

- (i) Busca pela manutenção, em um segundo ciclo, de ativos do portfólio da Eneva, a exemplo de Parnaíba, garantindo a continuidade da rentabilidade do projeto, e a replicação do modelo R2W – e seu retorno – em outros locais, como na Bacia do Paraná;
- (ii) Garantir reservas que viabilizem atividades core e novas frentes de monetização do gás; alavancar a comercialização de gás e monetizar reservas no Norte, região na qual já está expandindo sua participação, a exemplo da

- Bacia do Amazonas; além de superar gargalos logísticos e comerciais para garantir o sucesso das atividades nessa localidade;
- (iii) Unir o acesso à molécula por meio de terminais a projetos de geração e comercialização e garantir múltiplas frentes de monetização para o gás em um mesmo local, unindo diferentes elos da cadeia;
  - (iv) Fortalecer a comercialização de energia, sobretudo com a liberalização do mercado – o que alavancaria também a geração própria da Companhia por meio da diversificação de frentes de atuação e da oferta de diferentes soluções em energia;
  - (v) Diversificar as fontes de geração e a redução de emissões, bem como o desenvolvimento de soluções em novas tecnologias (como hidrogênio e captura de carbono) para aplicação nas operações; e
  - (vi) Garantir sua capacidade de condução rumo ao alcance dos objetivos delineados, o que pressupõe o acesso e a melhor alocação das pessoas, das competências necessárias e dos recursos financeiros, bem como o desenvolvimento de sistemas internos que permitam ainda mais agilidade e eficiência.

Assim, o ciclo do planejamento estratégico de 2022 mantém a busca pelo atingimento dos objetivos 2030, estabelecidos em 2021, somente com ajustes de rota que consideram as atualizações de cenários interno e externo. No ciclo 2022 de revisão de sua estratégia, a Eneva atualizou seu pipeline de projetos. As mudanças foram motivadas pelos seguintes acontecimentos relevantes: três aquisições em apenas seis meses – CGTF, Focus e CELSE, sendo que a última colocou a Companhia em outro patamar com relação aos resultados financeiros, além de aumentar significativamente a capacidade instalada; Contratação de Azulão I e II em leilão; e a assinatura de contratos com Suzano e Vale, representando a entrada em novos segmentos.

Além disso, a Companhia mantém atenção ao ambiente regulatório, que está passando por mudanças estruturantes e reformas setoriais que impactam diretamente os players do mercado. No setor de energia, destaques são a modernização, a abertura do mercado e o foco em transição energética; já em gás, a relevância se dá pela abertura do mercado.

## GESTÃO DE PESSOAS

A Eneva encerrou o ano de 2022 com um total de 1.490 colaboradores próprios, comparado a um total de 1.224 em 2021. Este aumento se deve, principalmente, a aquisição de três novas empresas em 2022, a Focus Energia, CGTF e CELSE.

A tabela a seguir mostra que o efetivo da Eneva está concentrado nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte, e 78% do efetivo total são homens. Os dados consideram colaboradores com regime de trabalho CLT e Estatutários, excluindo-se estagiários e aprendizes e a referência para cálculo é o mês de dezembro de cada ano.

Por Região			Por Gênero		
Nordeste	789	53%	Masculino	1.157	78%
Norte	183	12%	Feminino	333	22%
Sudeste	518	35%			
Total	1.490			1.490	100%

Em 2022, foram admitidos 360 empregados, excluindo-se estagiários e aprendizes, a taxa de novas contratações<sup>4</sup> totalizou 24% e a taxa de rotatividade<sup>5</sup> foi de 18%.

### Remuneração e Benefícios

A estratégia de remuneração da Eneva foi definida para fomentar uma cultura de mérito, foco em resultados e sentimento de dono. O modelo abrange todos os colaboradores e cargos, sem distinções de qualquer gênero ou outros indicadores sociais. Norteada por princípios alinhados à cultura e comportamentos da Eneva, foi desenhada para refletir diretamente os resultados econômico-financeiros alcançados e pelo valor de mercado no curto e no longo prazo.

A estratégia da remuneração é composta por: (i) **Remuneração Fixa Mensal**, alinhada com as práticas de mercado, com o objetivo de remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio; (ii) **Incentivo de Curto Prazo**, regulada em acordo coletivo para todas as localidades e empregados, que visa alinhar as prioridades de curto prazo com o planejamento estratégico da Companhia, recompensando o cumprimento de metas anuais corporativas e de equipe; e (iii) **Incentivo de Longo Prazo**, que visa engajar a administração no desenvolvimento e entrega de um plano estratégico consistente, bem como atrair, reter profissionais e promover alinhamento entre os interesses dos executivos e dos acionistas.

<sup>4</sup> Razão entre a quantidade de novas contratações pela base total de empregados no período.

<sup>5</sup> Média entre novas contratações e desligamentos, dividido pela base total de empregados no período.

## Desenvolvimento de Pessoas

---

A área de Recursos Humanos da Eneva trabalha de forma contínua para acompanhar a agenda de crescimento da Companhia. Nos últimos anos, foram desenvolvidos programas de atração de novos colaboradores – como os Programas de Trainee, novo Programa de Estágio, Programa de Qualificação de Novos Operadores - e desenvolvimento dos atuais colaboradores, com destaque para os seguintes projetos:

- ✓ Academia de Liderança, cujo principal objetivo é desenvolver habilidades e preparar os líderes para responder aos desafios e mantê-los alinhados à cultura da Companhia;
- ✓ Academia do Conhecimento, que oferece aos colaboradores um catálogo de cursos e treinamentos em várias categorias (Comportamental, Técnico, Liderança, Ética & Integridade, Sistemas e Ferramentas).

## PANORAMA DE MERCADO

---

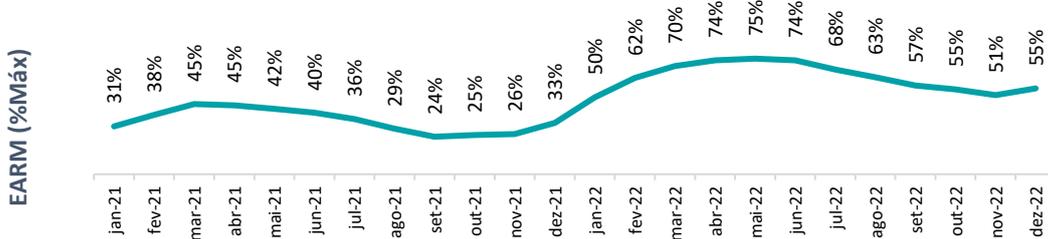
O comportamento da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN) no ano de 2022 foi impactado por diversos fatores, dentre eles, destacam-se: a desaceleração de diversos segmentos da economia decorrentes de problemas nas cadeias de suprimentos, a piora do quadro pandêmico com a chegada da variante Ômicron ao Brasil e a guerra da Rússia contra a Ucrânia.

Em relação a expansão da capacidade instalada, houve acréscimo de 5% à capacidade total do SIN, considerando todas as fontes de energia. A capacidade termelétrica também cresceu, cerca de 5%, com destaque para as fontes eólicas e solares, que apresentaram 15% e 59% de crescimento, respectivamente.

O ano de 2022 foi marcado pela reversão no cenário hidrológico desfavorável que vinha se apresentando desde o último trimestre de 2020 e persistiu até o último trimestre de 2021. A Energia Natural Afluenta (ENA) média do SIN para o ano de 2022 ficou em 95% da Média de Longo Termo (MLT), em contraste com o resultado de 2021, que se apresentou em 71% da MLT.

A reversão da hidrologia para um cenário mais favorável entre 2021 e 2022 possibilitou a elevação dos níveis de armazenamento dos reservatórios, conforme mostrado no gráfico abaixo.

### Energia Armazenada (EARM) em % do Máximo em 2021 e 2022 - SIN



Como resultado, em 2022, os Preços de Liquidação das Diferenças (“PLDs”) médios mensais ficaram em patamares baixos em todo o ano, com um leve aumento nos meses de julho e agosto. Esse comportamento pode ser explicado, em parte, pelo forte desempenho da hidrologia no ano, aliada com baixo crescimento da carga, o que pode ser observado no gráfico abaixo que contém dados extraídos do portal da CCEE

### PLD 2022



Devido ao regime de chuvas favorável, o despacho termelétrico diminuiu consideravelmente em 2022, quando comparado ao ano anterior. Os dados do ONS de balanço energético por fonte mostram uma diminuição dos montantes de despacho térmico no SIN durante o ano de 2022. No ano de 2021 foi observado um despacho médio na ordem de 16 GWméd, enquanto no ano seguinte esse valor caiu para aproximadamente 8 GWméd.

### Leilões da Aneel

Em maio ocorreu o 36º Leilão de Energia Nova (A-4), com o objetivo de contratar novos empreendimentos de geração de fontes hidrelétrica, eólica, fotovoltaica e térmica biomassa. Foram contratados 947,90 MW de potência, a um preço médio de 258,16R\$/MWh.



A produção ficou concentrada no ambiente *offshore*, principalmente nos campos do pré-sal, que representaram 75,18% de todos os hidrocarbonetos produzidos no país. Eles foram seguidos pelos campos do pós-sal e pelos campos terrestres, responsáveis por 19,50% e 5,32% da produção nacional, respectivamente.

A análise do segmento de *Upstream* terrestre mostra, por outro lado, uma queda de cerca de 10% para o petróleo *onshore*, que registrou 28,9 milhões de bbl, e para o gás natural *onshore*, que fechou 2022 com 7,4  $\text{bm}^3$  produzidos. Esse comportamento, todavia, pouco afeta a tendência geral de crescimento da produção de gás natural em terra, que está em alta desde 2012.

Entre os acontecimentos relevantes para o setor ao longo de 2022, destacam-se a realização de 2 certames: o 3º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente de Concessão (OPC3)<sup>7</sup>, realizado em abril, e o 1º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente de Partilha (OPP1)<sup>8</sup>, ocorrido em dezembro. A OPC3 contou com a participação de 14 empresas ofertantes e resultou em 59 blocos exploratórios arrematados nas bacias de Santos, Espírito Santo, Recôncavo, Sergipe-Alagoas, Potiguar e Tucano, totalizando uma área adquirida de 7.854,91  $\text{km}^2$ . O total de bônus de assinatura ofertado para os blocos foi de R\$ 422,4 milhões e a previsão do investimento mínimo na fase de exploração é de R\$ 406,29 milhões. A OPP1, por sua vez, anotou 4 blocos exploratórios arrematados entre 7 empresas ofertantes, bônus arrecadado de R\$ 916,2 milhões e investimento previsto de R\$ 1,44 bilhão.

No que tange ao Novo Mercado de Gás, cujo marco central é a Lei Federal nº 14.134 (“Nova Lei do Gás”), não houve avanços expressivos. Convém destacar apenas a Resolução de Diretoria ANP nº 40/2022, que autorizou a Procuradoria Federal da ANP a adotar os procedimentos necessários para o questionamento da constitucionalidade, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), de atos normativos de entes subnacionais que pretendam dispor sobre temas que invadam as competências regulatórias e normativas da ANP dispostas na Nova Lei do Gás. Essa deliberação é um importante passo na direção da harmonização regulatória entre a legislação federal e as legislações estaduais, e reforça o compromisso da ANP de atuar em prol da correta aplicação de competências da Nova Lei do Gás. Para 2023, há expectativa de regulamentação, por parte da ANP, de pontos em aberto da Lei Federal nº 14.134, bem como de deliberações acerca de situações que fortalecerão a instituição do Novo Mercado de Gás, como

---

<sup>7</sup> AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). In: Resultados - 3º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão. [S. l.] 12 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opc/ciclos-opc-encerrados/3o-ciclo-opc/resultados-3o-ciclo-opc>. Acesso em: 30 jan. 2023.

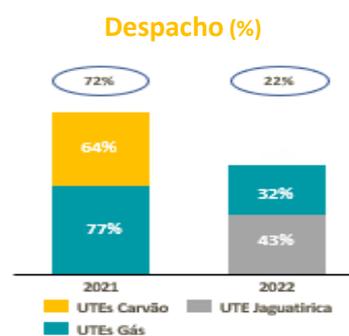
<sup>8</sup> AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). In: Resultados - 1º Ciclo de Oferta Permanente de Partilha. 16 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opp/1o-ciclo-oferta-permanente-partilha/resultados-1o-ciclo-oferta-permanente-partilha>. Acesso em: 30 jan. 2023.

aquela sobre a classificação do gasoduto Subida da Serra, litígio envolvendo ATGás, ARSESP e Comgás.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2022 foi marcado pelo aumento significativo da precipitação pluvial, comparado ao período anterior, o que favoreceu a formação de Energia Natural Afluente (ENA), além de aumentar o volume de Energia Armazenada (EARM) para níveis bastante confortáveis.

Com isso, as usinas da ENEVA despacharam em média 22% em 2022, comparado a 72% em 2021. A geração de energia foi devida à inflexibilidade de 50% da UTE Parnaíba II, à geração para o sistema isolado de Roraima pela UTE Jaguaririca II, e à geração para a exportação de energia para a Argentina pelas usinas do Complexo Parnaíba. O gráfico ao lado apresenta os despachos médios das usinas a gás natural e a carvão nos dois períodos de comparação.



Como resultado da retração do despacho, a geração média bruta de energia apresentou uma redução de 58,7% em 2022 em comparação a 2021, sendo que a geração das usinas a gás diminuiu 46,2% e as usinas a carvão não operaram durante todo o ano de 2022.

A tabela abaixo resume os principais dados operacionais das usinas da Companhia, além do segmento de *Upstream*, para os anos de 2021 e 2022:

<b>Dados operacionais</b>							
<b>Ativos</b>		<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Ativos</b>			
<b>Geração</b>				<b>Geração</b>			
<b>Parnaíba I</b>	Disponibilidade (%)	99%	95%	<b>Jaguaritica II</b>	Disponibilidade (%)	46%	-
	Despacho (%)	22%	73%		Despacho (%)	39%	-
	Geração Líquida (GWh)	1149	4021		Geração Líquida (GWh)	390	-
	Geração Bruta (GWh)	1208	4165		Geração Bruta (GWh)	410	-
	Geração para ACR (%)	0,0%	77,1%		Geração para ACR (%)	100,0%	-
	Geração para ACL (%)	100,0%	22,9%		Geração para ACL (%)	0,0%	-
<b>Parnaíba II</b>	Disponibilidade (%)	95%	73%	<b>Porto de Sergipe I</b>	Disponibilidade (%)	88%	0,57
	Despacho (%)	49%	85%		Despacho (%)	6%	0,50
	Geração Líquida (GWh)	2054	2791		Geração Líquida (GWh)	787	4523
	Geração Bruta (GWh)	2188	2944		Geração Bruta (GWh)	806	4631
	Geração para ACR (%)	95,2%	94,5%		Geração para ACR (%)	100,0%	100,0%
	Geração para ACL (%)	4,8%	5,5%		Geração para ACL (%)	0,0%	0,0%
<b>Parnaíba III</b>	Disponibilidade (%)	99%	97%	<b>Fortaleza</b>	Disponibilidade (%)	100%	45%
	Despacho (%)	25%	68%		Despacho (%)	0%	15%
	Geração Líquida (GWh)	373	1000		Geração Líquida (GWh)	0	412
	Geração Bruta (GWh)	389	1035		Geração Bruta (GWh)	0	419
	Geração para ACR (%)	0,0%	80,6%		Geração para ACR (%)	0,0%	100,0%
	Geração para ACL (%)	100,0%	19,4%		Geração para ACL (%)	0,0%	0,0%
<b>Parnaíba IV</b>	Disponibilidade (%)	94%	82%	<b>Itaqui</b>	Disponibilidade (%)	98%	71%
	Despacho (%)	22%	69%		Despacho (%)	0%	62%
	Geração Líquida (GWh)	104	302		Geração Líquida (GWh)	3	1573
	Geração Bruta (GWh)	110	316		Geração Bruta (GWh)	3	1768
	Geração para ACR (%)	0,0%	0,0%		Geração para ACR (%)	0,0%	99,6%
	Geração para ACL (%)	100,0%	100,0%		Geração para ACL (%)	100,0%	0,4%
<b>Parnaíba V</b>	Disponibilidade (%)	95%	-	<b>Pecém II</b>	Disponibilidade (%)	93%	98%
	Despacho (%)	58%	-		Despacho (%)	0%	66%
	Geração Líquida (GWh)	239	-		Geração Líquida (GWh)	5	1826
	Geração Bruta (GWh)	252	-		Geração Bruta (GWh)	6	2046
	Geração para ACR (%)	0,0%	-		Geração para ACR (%)	0,0%	100,0%
	Geração para ACL (%)	100,0%	-		Geração para ACL (%)	100,0%	0,0%
<b>Upstream</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>Upstream</b>			
<b>Parnaíba</b>	Despacho UTG (%)	30%	69%	<b>Amazonas</b>	Produção (Bi m <sup>3</sup> )	0,15	-
	Produção (Bi m <sup>3</sup> )	0,92	2,12		Reservas remanescentes (Bi m <sup>3</sup> )*	14,46	7,11
	Reservas remanescentes (Bi m <sup>3</sup> )	33,1	29,5				

Em resposta ao menor despacho das usinas do Complexo Parnaíba, a Companhia produziu 1,06 bcm de gás em 2022, apresentando redução de 49,8% em comparação ao volume produzido em 2021. O despacho da Unidade de Tratamento de Gás em 2022 foi de 30%, comparado a 69% no ano anterior.

Em 01 de fevereiro de 2023, a Companhia divulgou um relatório de certificação de reservas e recursos contingentes, referente a 31 de dezembro de 2022, elaborado pela Gaffney, Cline & Associates (GCA). Na Bacia do Parnaíba, o relatório apresentou uma incorporação de reservas certificadas 2P de 3,62 bcm, já descontando o consumo de gás acumulado do ano no valor de 0,93 bcm, totalizando em 2022 o montante de 33,07 bcm de reservas de gás 2P nesse local. Já na Bacia do Amazonas, a incorporação foi de 7,35 bcm, totalizando 14,46 bcm de reservas de gás 2P certificadas em 2022. O relatório também divulgou os seguintes volumes de recursos contingentes totais (P50): i) 2,01

bcm de gás e 3,73 milhões de barris de óleo na Bacia do Amazonas; ii) 20,85 bcm de gás na Bacia do Solimões; e iii) 0,33 bcm de gás na Bacia do Parnaíba.

Dessa forma, considerando os números consolidados e descontando o consumo de gás natural em 2022, a incorporação das reservas 2P da Companhia foi de 10,97 bcm entre os anos de 2021 e 2022. A ENEVA encerrou o ano de 2022 com reservas 2P totais de gás de 47,53 bcm, e com o Índice de Reposição de Reservas Total de 1.125%.



## DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

DRE Consolidado	(R\$ milhões)		
	2022	2021	%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>6.128,6</b>	<b>5.124,4</b>	<b>19,6%</b>
Custos Operacionais	(4.251,3)	(3.181,7)	33,6%
Depreciação e amortização	(695,9)	(547,5)	27,1%
Despesas Operacionais	(851,1)	(544,8)	56,2%
Poços secos e PCLD	(27,9)	(55,6)	-49,9%
Depreciação e amortização	(142,4)	(61,3)	132,2%
Outras receitas/despesas	254,9	194,6	31,0%
Equivalência Patrimonial	2,8	(0,7)	N/A
<b>EBITDA ICVM 527/12</b>	<b>2.122,3</b>	<b>2.200,7</b>	<b>-3,6%</b>
<b>EBITDA excluindo poços secos <sup>1</sup></b>	<b>2.150,1</b>	<b>2.256,3</b>	<b>-4,7%</b>
Resultado Financeiro Líquido	(767,2)	(186,5)	311,3%
<b>EBT</b>	<b>516,8</b>	<b>1.405,3</b>	<b>-63,2%</b>
Impostos Correntes	(89,7)	(105,9)	-15,2%
Impostos Diferidos	(51,3)	(126,1)	-59,4%
Participações Minoritárias	-	(0,0)	N/A
<b>Resultado Líquido Eneva</b>	<b>375,8</b>	<b>1.173,3</b>	<b>-68,0%</b>

<sup>1</sup> EBITDA calculado conforme orientações da ICVM 527/12 e da Nota Explicativa que a acompanha, ajustado para excluir o impacto de poços secos e constituição ou reversão de provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

A ENEVA S.A. apresenta as Demonstrações Financeiras de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 23 de março de 2023.

## Receita

As receitas da Companhia decorrem, majoritariamente, de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado, celebrados em leilões de energia realizados pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que pré-definem preços, volume e prazos, e possuem mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos agentes. Esses contratos garantem receita fixa independente do despacho, reajustada anualmente pelo IPCA no mês de novembro, no caso de contratos por disponibilidade, além de uma receita variável quando são solicitadas a despachar pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), considerando que não estejam cumprindo inflexibilidade contratual.

A receita operacional líquida consolidada totalizou R\$ 6.128,6 milhões em 2022, um crescimento de 19,6% em relação à 2021. O aumento foi devido principalmente à:

- (i) Incorporação, em 2022, de dois ativos operacionais pela Eneva, as UTEs Porto de Sergipe I e Fortaleza, com incremento de receita líquida no valor total de R\$ 937,9 milhões no ano;
- (ii) Início da operação comercial da UTE Jaguatirica II, responsável pelo incremento de R\$ 321,6 milhões de receita líquida no ano;
- (iii) Aumento da receita fixa das demais usinas da Companhia com contratos no ambiente regulado, cuja indexação é o IPCA e o reajuste se dá no mês de novembro, que resultou em um crescimento de R\$ 174,4 milhões de receita líquida no ano; e
- (iv) Exportações de energia para a Argentina, gerando receita líquida de R\$ 527,1 milhões no ano. No entanto, parte desses efeitos foram compensados pelo menor nível de despacho das usinas no ano de 2022 (22%) comparado ao registrado no ano de 2021 (72%).

Importante ressaltar que, pela primeira vez em 2022, a Companhia passou a gerar energia para exportação à Argentina. A operação é prevista na Portaria nº 418/GM/MME, de 19 de novembro de 2019, que estabelece as diretrizes para a exportação de energia elétrica destinada à Argentina e Uruguai, proveniente de usinas termoelétricas em operação comercial despachadas de forma centralizada pelo ONS e disponíveis para atendimento ao Sistema Interligado Nacional, porém sem despacho por ordem de mérito ou por garantia de suprimento energético.

## Custos

Em 2022, os custos operacionais totalizaram R\$ 4.251,3 milhões, apresentando um crescimento de 33,6% em relação a 2021 devido, principalmente, à:

- (i) Incorporações realizadas ao longo de 2022, conforme citado acima, com impacto de R\$ 528,1 milhões;
- (ii) Entrada em operação comercial da UTE Jaguatirica II, com impacto de R\$251,9 milhões;
- (iii) Incremento de custos variáveis referente à exportação de energia para a Argentina, além do custo de ressarcimento de lastro, com impacto total de R\$ 194,0 milhões;
- (iv) Cancelamento do contrato de fornecimento de carvão nas UTE's Itaquí e Pecém II devido ao alto nível de estoque atual das usinas e ao cenário de baixa probabilidade de despacho, com impacto de R\$ 69,0 milhões; e
- (v) Maiores custos regulatórios, em função tanto do início da operação comercial da UTE Parnaíba V quanto da atualização tarifária das usinas já em operação, impactando principalmente Parnaíba I devido ao fim do seu período de estabilidade, com impacto total de R\$ 79,2 milhões.

Esses fatores foram parcialmente compensados pela redução nos custos associados ao despacho das usinas, em função da menor geração de energia elétrica.

## Despesas

As despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, cresceram 46,6% em 2022, na comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 708,7 milhões. O crescimento deve-se, principalmente, à maiores despesas relacionadas à:

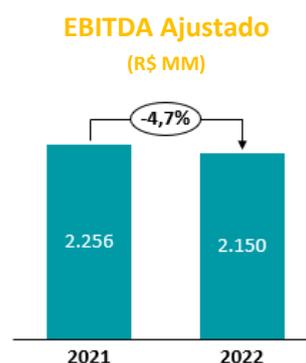
- (i) Consultorias financeiras e jurídicas que assessoraram projetos de M&A e integração de Focus, CGTF e CELSE;
- (ii) Pessoal, em virtude tanto da incorporação dos três ativos quanto de novas contratações, para sustentar a estratégia de crescimento da Companhia;
- (iii) Programas de Incentivo de Longo Prazo, que incluem tanto despesas relacionadas à pagamentos de encargos trabalhistas incorridos com o exercício dos planos que maturaram no período, com efeito caixa de R\$ 49,9 milhões, quanto despesas relacionadas à provisões dos planos vigentes, sem efeito caixa;
- (iv) Campanha sísmica, iniciada em 2022, com previsão de aquisição de 5 mil km de sísmicas 2D, que afetam as despesas com Geologia e Geofísica (G&G) do segmento de *Upstream*.

## EBITDA

Em 2022, o EBITDA Consolidado totalizou R\$ 2.122,3 milhões, uma redução de 3,6% em relação a 2021, e o EBITDA Consolidado Ajustado (de forma a excluir as despesas com poços secos) reduziu 4,7% no período de comparação.

Os principais impactos positivos se referem às aquisições dos ativos operacionais de CELSE e CGTF, que geraram um EBITDA total de R\$ 510,3 milhões no ano; a exportação de energia para a Argentina, que gerou um EBITDA de R\$ 321,0 milhões no ano; e a entrada da UTE Jaguatirica II, que gerou um EBITDA de R\$ 114,9 milhões no ano. Adicionalmente, o EBITDA foi impactado em R\$ 338,0 milhões devido a um resultado não operacional referente à compra vantajosa da aquisição de Focus e de CGTF.

Por outro lado, outros fatores impactaram negativamente o EBITDA no ano de 2022, sendo o principal deles o menor despacho das usinas da Eneva, com redução do EBITDA variável comparado ao ano de 2021.



## Resultado Financeiro Consolidado

Resultado Financeiro	(R\$ milhões)		
	2022	2021	%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>390,0</b>	<b>132,8</b>	<b>193,8%</b>
Receitas de aplicações financeiras	358,0	81,2	340,9%
Multas e juros recebidos	10,8	42,0	-74,2%
Juros sobre debêntures	-	-	N/A
Outros	21,2	9,6	120,5%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(1.181,6)</b>	<b>(262,4)</b>	<b>350,4%</b>
Multas e juros de mora	(6,2)	(2,5)	149,9%
Encargos de dívida <sup>1</sup>	(140,9)	(12,9)	989,3%
Juros sobre provisão de abandono	(19,4)	(24,9)	-21,9%
Comissões e corretagens financeiras	(50,3)	(4,0)	1153,1%
IOF/IOC	(9,5)	(5,3)	78,6%
Juros sobre debêntures	(722,1)	(174,6)	313,6%
Outros	(233,2)	(38,2)	511,1%
<b>Variação cambial e monetária líquida</b>	<b>78,5</b>	<b>(59,6)</b>	<b>N/A</b>
<b>Perdas/ganhos com derivativos</b>	<b>(54,1)</b>	<b>2,7</b>	<b>N/A</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(767,2)</b>	<b>(186,5)</b>	<b>311,3%</b>

1 - Inclui amortizações sobre os custos de transação.

A Companhia apresentou, em 2022, resultado financeiro líquido negativo de R\$ 767,2 milhões, comparado ao resultado negativo de R\$ 186,5 milhões em 2021. Os principais efeitos que contribuíram para o crescimento do resultado negativo na comparação anual foram:

(i) Crescimento de R\$ 547,5 milhões das despesas com juros sobre debêntures sobretudo em função dos seguintes efeitos: (a) aumento do CDI médio no período; (b) aumento do montante de debêntures no endividamento total com a realização da 7ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures simples da Eneva S.A. em 2022; (c) incorporação das debêntures da CELSE no resultado após a aquisição da empresa; e (d) início do impacto no resultado financeiro da parcela das despesas das debêntures da 2ª e 6ª emissões da Eneva S.A. com lastro nos projetos Azulão Jaguatirica e Parnaíba V, após o início da operação comercial no 1S22 e no 4T22, respectivamente, o que ainda não acontecia no 2021, uma vez que essas despesas estavam sendo classificadas no imobilizado em andamento<sup>9</sup>;

(ii) Aumento das despesas com encargos de dívida em R\$ 128,0 milhões, refletindo a entrada do fluxo da dívida da CELSE no resultado consolidado da Companhia após a conclusão do processo de aquisição, bem como o início da classificação no resultado financeiros dos encargos relacionados às dívidas do BNB e do BASA, captados, respectivamente, para os projetos Parnaíba V e Azulão-Jaguatirica, que, após entrarem em operação em 2022, passaram a ter seus juros, correções monetárias e encargos contabilizados no resultado financeiro, conforme explicado acima;

(iii) Aumento das despesas financeiras na linha “Outros”, principalmente em função de: (a) impacto de -R\$ 48,6 milhões referente à variação do valor justo das debêntures, como resultado das operações de derivativos (swaps) contratadas no 3T22 para conversão da exposição de cerca de R\$ 3,1 bilhões de financiamentos emitidos com indexação atrelada originalmente ao IPCA por exposição ao CDI. Com esses instrumentos, a Companhia assumiu posições passivas em CDI e posições ativas em IPCA; (b) impacto de -R\$ 47,6 milhões em juros sobre arrendamento mercantil (IFRS 16/CPC06) referentes ao contrato de arrendamento do navio *Floating Storage Regasification Unit* (“FSRU”) fretado pela UTE Porto de Sergipe I;

(iv) Impacto de -R\$ 54,7 milhões em 2022 em perdas com derivativos, refletindo o valor justo dos swaps contratados no 3T22, como resultado da variação da curva de marcação a mercado dos indicadores CDI e IPCA.

---

<sup>9</sup> Esta capitalização está de acordo com a Norma Contábil CPC 20, que permite, durante o período de implantação dos projetos, a reclassificação de juros, correção monetária e encargos para o imobilizado em andamento, até o período de início da operação.

A redução do resultado financeiro líquido em 2022 foi parcialmente mitigada, principalmente, pelos efeitos abaixo:

(i) Aumento de R\$ 276,8 milhões na linha de receitas de aplicações financeiras, devido ao aumento da posição de caixa média ao longo do ano e do crescimento do CDI médio no período;

(ii) Impacto positivo na linha “Variação cambial e monetária líquida em R\$ 78,5 milhões, devido principalmente à variação cambial contabilizada sobre o arrendamento do navio FSRU da UTE Porto de Sergipe I.

## Investimentos

Capex	(R\$ milhões)	
	2022	2021
<b>Geração a Carvão</b>	<b>61,8</b>	<b>57,5</b>
Pecém II	31,9	20,0
Itaqui	29,9	37,5
<b>Geração a Gás</b>	<b>177,2</b>	<b>138,7</b>
Parnaíba I <sup>1</sup>	25,4	59,4
Parnaíba II <sup>2</sup>	122,9	73,4
Parnaíba III <sup>2</sup>	3,2	3,8
Parnaíba IV <sup>2</sup>	25,7	2,1
<b>Parnaíba V</b>	<b>132,3</b>	<b>279,8</b>
<b>Parnaíba VI <sup>3</sup></b>	<b>229,7</b>	<b>39,5</b>
<b>Azulão-Jaguatirica</b>	<b>283,7</b>	<b>710,5</b>
<b>Complexo Azulão</b>	<b>81,5</b>	-
<b>Futura 1 <sup>4</sup></b>	<b>2.082,4</b>	-
<b>Upstream</b>	<b>566,1</b>	<b>507,7</b>
Desenvolvimento	341,2	336,4
Exploração	225,0	171,3
<b>Comercialização GNL</b>	<b>106,5</b>	-
<b>Holdings e Outros</b>	<b>74,3</b>	<b>13,9</b>
<b>Total</b>	<b>3.795,5</b>	<b>1.747,5</b>

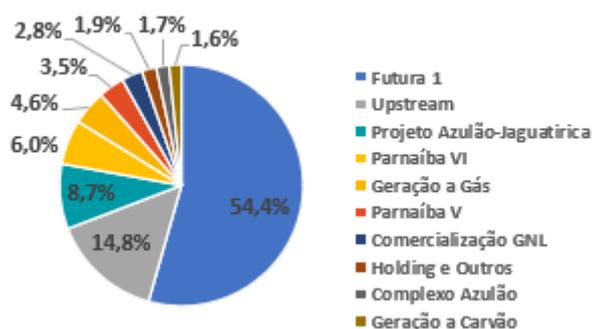
Notas: 1 - O capex de Parnaíba I é apresentado separadamente ao de Parnaíba V. Conforme reestruturação societária anunciada no 1T20, a SPE Parnaíba I foi incorporada na PGC em janeiro/20; 2 - O capex de cada uma das usinas Parnaíba II, III e IV é apresentado separadamente. Conforme reestruturação societária anunciada no 4T18, as SPEs Parnaíba III e Parnaíba IV foram incorporadas na SPE Parnaíba II; 3- A UTE Parnaíba VI é o fechamento de ciclo da UTE Parnaíba III, cujo contrato de início do PPA se iniciará em janeiro de 2025. Para melhor compreensão, o capex será apresentado separadamente ao de Parnaíba III.

Em 2022, a Companhia investiu R\$ 3.795,5 milhões, dos quais 54,4% foram destinados à conclusão da obra da planta solar Futura I, que no momento está aguardando

autorizações regulamentares para iniciar suas operações comerciais. Além disso, foram empregados R\$ 229,7 milhões na construção da UTE Parnaíba VI; R\$ 132,3 milhões na conclusão da obra da UTE Parnaíba V; R\$ 106,5 milhões na construção das plantas de liquefação no Maranhão para atender aos contratos de Comercialização de GNL, firmados em 2022; e R\$ 81,5 milhões no desenvolvimento do Projeto Azulão 950 MW.

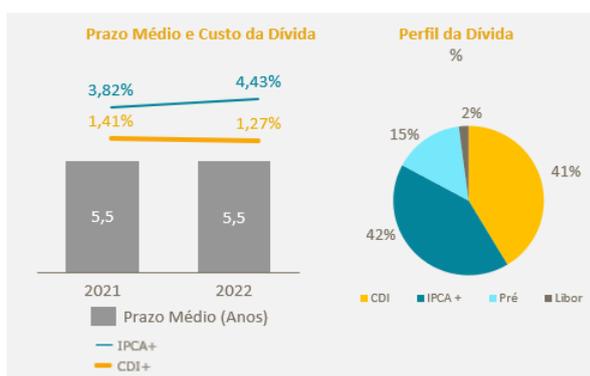
O segmento de *Upstream* foi responsável por 14,8% dos investimentos totais da Companhia durante o ano de 2022, sendo direcionados principalmente para a campanha exploratória em curso nas bacias do Amazonas e do Parnaíba e para o desenvolvimento dos campos de Gavião Tesoura, Gavião Preto e Gavião Belo.

Em relação aos investimentos realizados nos ativos operacionais, destacam-se (i) nas usinas a gás, o cumprimento dos marcos contratuais de longo prazo com a GE, relacionados às manutenções preventivas das turbinas *Hot Gas Path* (HGP); e (ii) nas usinas a carvão, as atividades associadas às manutenções periódicas. A UTE Pecém II realizou a troca das correias transportadoras de carvão, revitalização da torre de resfriamento, adequações do sistema de combate a incêndios, entre outros. Já a UTE Itaqui realizou a *Minor Overhaul* no segundo semestre de 2022.



## Endividamento

Ao final de dezembro de 2022, a dívida bruta consolidada<sup>10</sup> (líquida do saldo de depósitos vinculados aos contratos de financiamento e custos de transação) totalizava R\$ 18.605 milhões, comparada à dívida de R\$ 7.747 milhões registrada no final de dezembro de 2021. Esse aumento foi principalmente em função da conclusão do processo de aquisição da CELSE, com a incorporação das dívidas da CELSE na Eneva S.A..



<sup>10</sup> Dívida bruta considera, além do principal, juros acruados até o momento, custos de transação, depósitos vinculados e marcação a mercado. Adicionalmente, a partir do 3T22, a Companhia passou a apresentar a composição da dívida bruta e dívida líquida consolidada excluindo o impacto do Arrendamento Mercantil, seguindo os critérios de cálculo dos *covenants* das debêntures da Companhia. Para fins de comparabilidade, os valores dos trimestres anteriores foram reajustados para refletir a nova visão adotada.

Ao final do ano de 2022, o prazo médio de vencimento da dívida consolidada era de cerca de 5,5 anos. O spread médio para as dívidas indexadas ao IPCA<sup>11</sup> era de 4,43%, um aumento de 79 *basis points* (bps) em relação ao final de 2021. Já o spread médio das dívidas indexadas ao CDI<sup>11</sup> recuou 12 bps, totalizando 1,27% acima do CDI em 2022. É importante destacar que os custos médios da dívida consolidada refletem os swaps contratados no decorrer do último ano, assim como a dívida proveniente da CELSE com a conclusão da aquisição no 4T22.

### Evolução da Dívida Bruta<sup>10</sup>

(R\$ Milhões)



Ao final de setembro de 2022, antes do *closing* da operação da aquisição, o saldo da dívida da CELSE totalizava R\$ 6,2 bilhões, composta por R\$ 3,1 bilhões de debêntures captadas em 2018 com prazo de amortização de principal até 2032 e por cinco contratos de financiamento totalizando R\$ 3,1 bilhões firmados com bancos e organismos multilaterais (International Finance Corporation, Inter-American Development Bank, IDB Invest, ECG e GE Capital). No âmbito do acordo das condições de pagamento entre Eneva e CELSE, foram pré-pagos R\$ 882,2 milhões referentes ao financiamento obtido com a GE Capital, integralmente liquidado no processo de compra, conforme explicado na seção de Fluxo de Caixa. Em dezembro de 2022, a dívida da CELSE somava R\$ 5,1 bilhões, refletindo o pré-pagamento realizado no trimestre e as adições e amortizações de principal e juros das debêntures e demais financiamentos remanescentes no período.

Adicionalmente, até o final de 2022 foram desembolsados: (i) R\$ 100,4 milhões do total de R\$ 274,2 milhões referente ao contrato firmado junto ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE destinado ao desenvolvimento e construção do projeto UTE Parnaíba VI, cuja condições de financiamento incluem uma taxa atrelada a IPCA+ 3,38% a.a., prazo de vigência de 11,7 anos, com 3,5 anos de carência; (ii) R\$ 262,0 milhões do total de R\$ 300 milhões referente ao contrato de financiamento entre a sua controlada SPE Futura 4 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. e o BNB, por meio do repasse de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE. Os recursos foram destinados ao Projeto Futura 1 e as condições incluíram prazo médio de

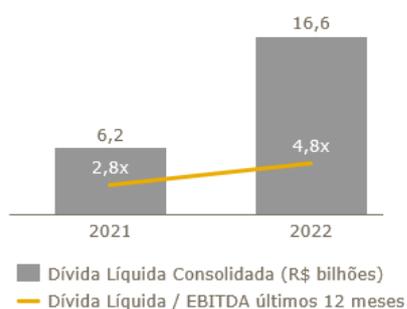
<sup>11</sup> O Custo da dívida apresentado considera as taxas acumuladas 12 meses. O custo em CDI+ inclui no seu cálculo exposições em TJLP e LIBOR e o custo em IPCA+ inclui também taxa pré fixada.

vigência de 24 anos e custo de IPCA+ 3,49% a.a.; e (iii) R\$ 199 milhões dos R\$286 milhões disponíveis do contrato de financiamento entre a Azulão Geração de Energia S.A. (Azulão Energia) e o Banco do Brasil S.A., com utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, destinado ao desenvolvimento e à construção do projeto integrado Azulão-Jaguarica. As condições do financiamento incluem taxa atrelada a IPCA + 2,34% a.a., prazo de vigência de 15 anos, incluído 1 ano de carência.

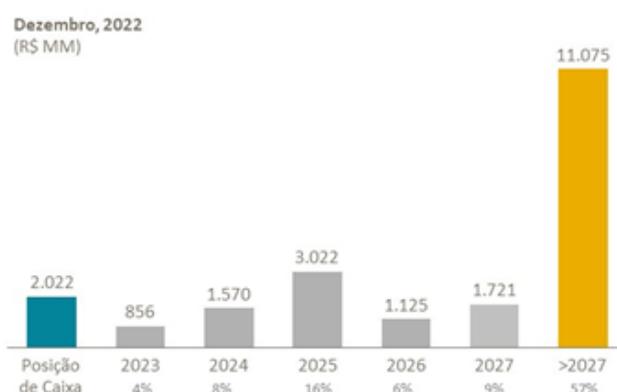
No final de 2022, o saldo de caixa consolidado da Companhia (caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) era de R\$ 2.022 milhões, redução de R\$ 6.931 milhões em relação à posição registrada no final de setembro de 2022. Este montante não contempla o saldo em depósitos vinculados no passivo aos contratos de financiamento da Companhia, no valor de R\$ 898,4 milhões.

A dívida líquida consolidada totalizou R\$ 16.583 milhões no final do período, equivalente a uma relação dívida líquida/EBITDA<sup>12</sup> de 4,8x nos últimos 12 meses.

### Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem<sup>12</sup> (Principal)



### Cronograma de Vencimento da Dívida

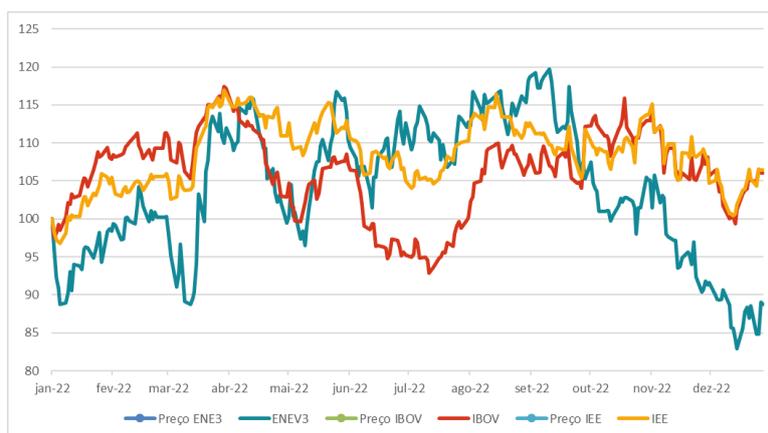


### Desempenho da Ação e Mercado de Capitais

As ações da Companhia são negociadas na bolsa brasileira (B3) sob o código ENEV3 (100% ações ordinárias). No último dia de pregão em 2022, a ação encerrou cotada a R\$ 11,9, uma desvalorização de 15,7% em relação ao preço registrado no último pregão de 2021 (R\$ 14,15), enquanto o IBOV e o IEE apresentaram uma desvalorização de 5,6% e 6,4%, respectivamente.

<sup>12</sup> A relação de 4,8x de Dívida Líquida/EBITDA no 4T22 considera o resultado de EBITDA de 12 meses dos ativos adquiridos em 2022, inclusive pré-incorporação, da Focus Energia, CGTF e CELSE, conforme condições de alteração de *covenant* aprovadas pelos credores da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas em 2022.

## Desempenho das Ações (Base 100)



Ao final de 2022, o capital social da ENEVA totalizava 1.584.446.224 ações ordinárias, com 99,52% das ações em circulação.

Em junho de 2022, a Companhia realizou uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de sua emissão, com a emissão de 300.000.000 de novas ações ordinárias decorrente de Oferta Restrita aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, resultando em uma captação de R\$ 4.200 milhões. Adicionalmente, ocorreram duas operações de aumento de capital decorrentes de Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, sendo a primeira em 25 de julho de 2022, com a emissão de 827.726 ações ordinárias, decorrente do exercício de opções outorgadas a determinado administrador no âmbito do Segundo e Terceiro Plano; e a segunda ocorrida em 07 de outubro de 2022, com a emissão de 279.315 ações ordinárias, decorrente do exercício de opções outorgadas a determinado administrador no âmbito do Terceiro Plano.

### ENEV3

	2022	2021	12 meses
Nº de ações - final período	1.584.446.224	1.266.339.183	318.107.041
Cotação fechamento - final período (R\$/ação)	11,93	14,15	-15,7%
Ações negociadas (MM) - média diária	10,6	5,9	78,3%
Volume financeiro (R\$ MM) - média diária	124,0	79,2	56,5%
Valor de mercado - final período (R\$ MM) <sup>1</sup>	18.902	17.919	5,5%
Enterprise value - final período (R\$ MM) <sup>2</sup>	35.485	24.151	46,9%

<sup>1</sup> Valor de Mercado considera 100% das ações da Eneva, incluindo ações detidas por administradores.

<sup>2</sup> Enterprise Value equivale à soma do valor de Mercado e da dívida líquida da Companhia, ambas do final do período.

## COMPROMISSOS ESG - *Environmental, Social and Governance*

Com uma visão integrada do setor e dos impactos socioeconômicos da transição energética, a Eneva apresentou em 2022 os compromissos ESG numa visão de longo prazo. Os compromissos são interdependentes e foram construídos a partir da materialidade dos impactos ambientais, sociais e de governança e passaram por um processo inicial de escuta junto à sociedade, com comunidades, especialistas e promotores de políticas públicas, até a sua validação e publicação em fevereiro de 2022. São 3 diretrizes principais que guiarão a Companhia para atingir a sua nova visão de “Liderar uma transição justa e inclusiva com energia que gera valor.” Ao longo de 2022, foram definidos os *roadmaps* de cada um dos pilares com ações e objetivos de curto e médio prazos para atingimento até os horizontes temporais definidos.

### Compromisso I - Reduzir Emissões

A Eneva assumiu o compromisso de reduzir sua intensidade de emissões na geração de energia elétrica, agregando mais eficiência ao seu parque de geração, seja no setor termelétrico, seja a partir de fontes renováveis.

O primeiro desafio para redução de emissões diz respeito à geração de energia a gás natural, cuja eficiência observada no ano-base 2020 foi de 0,45 tCO<sub>2</sub>e /MWh. Através de investimentos em eficiência energética, a Eneva se propõe a reduzir esta intensidade para 0,39 tCO<sub>2</sub>e/MWh até 2030, com foco em ações de eficiência energética e investimentos em tecnologias de redução de emissões de carbono.

### Compromisso II - Contribuir para melhorar o Índice de Progresso Social (IPS) nos municípios onde atuamos

Os ativos da Companhia estão localizados no interior do país e são vizinhos a municípios com baixo Índice de Progresso Social (IPS), diagnóstico elaborado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) a partir de dados públicos e que identificam os desafios do desenvolvimento sustentável nas cidades localizadas nessa região do país.

Para contribuir com a geração de valor local e otimizar esforços advindos da sua presença territorial na Amazônia Legal, contribuindo para a melhoria do Índice de Progresso Social dos municípios em que atua, a Eneva definiu em 2022 a sua estrutura de *Corporate Social Responsibility (CSR)* com foco em 3 principais linhas de atuação e 4 pilares:

- **Responsabilidade Social:** Projetos sociais voltados para famílias em vulnerabilidade, com foco em promoção de práticas de agricultura familiar, geração de renda e melhoria dos índices de educação
- **Mão-de-obra Local:** Incrementar as iniciativas de formação de mão-de-obra local para maior empregabilidade e exercício da cidadania
- **Fornecedores Locais:** Promoção de iniciativas que contribuem para o desenvolvimento da economia local a partir de compras sustentáveis

Dentre os destaques, o Projeto HortCanaã em São Luís (MA), alcançou índices importantes como 233% de aumento da renda familiar e zero analfabetismo dentro da comunidade. Em 2022, a Eneva seguiu com a replicação destes pressupostos partindo para novos territórios, iniciando o projeto de apoio a práticas de Agricultura Familiar e Conservação Ambiental no Amazonas, com um projeto-piloto com 450 famílias envolvidas em práticas de produção sustentável.

No polo educacional, com investimentos sociais no Maranhão ao longo dos últimos 3 anos, a Eneva em parceria com a ONG Laboratório da Educação (LabEdu), desenvolveu o Projeto Aprender: dentro e fora da escola. Ele ocorreu nos cinco municípios produtores de gás natural no Maranhão, cujo propósito é potencializar o aprendizado de crianças na primeira infância (de 0 a 6 anos). O projeto envolveu mais de 9 mil pessoas - entre público escolar, alunos e seus familiares. Seu sucesso junto às comunidades envolvidas fortaleceu as iniciativas estaduais e deu origem a uma Política Pública do Estado do Maranhão de apoio à Educação na Primeira Infância, implementada pelo Governo do Estado. Assim, sua expansão alcançou, pelo Governo do Estado, mais de 24 mil pessoas entre público escolar, alunos e seus familiares, 4.867 instituições de ensino em mais de 200 municípios no estado.

### Compromisso III - Conservar a Amazônia Legal

Segundo o Sistema de Emissões de Gases de Efeito Estufa, em 2022, o maior causador de emissões brasileiras continuou sendo a mudança no uso e ocupação do solo, incluindo o desmatamento. Apesar das áreas próximas às operações da Companhia não serem afetadas diretamente pela pressão de desmatamento, mas considerando que existem municípios adjacentes que já se registram altos índices de extração vegetal, foi elaborado uma estratégia de atuação ambiental na Amazônia Legal.

Para colaborar com o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal, o compromisso da Companhia é multiplicar o impacto direto do ano-base 2020, que totalizava 500 hectares, por 1.000, conservando a floresta em pé e contribuir com a consolidação de 500 mil hectares de áreas protegidas na Amazônia Legal até 2030. Para alcançar esse objetivo por meio de iniciativas apoiadas ou conduzidas pela Eneva, foram estabelecidos 5 eixos de atuação: (i) Estímulo à Bioeconomia e a Agroflorestas; (ii) Apoio a Unidades de Conservação; (iii) Restauração de áreas degradadas; (iv) Monitoramento territorial; e (v) Ações em linha com o mercado de carbono.

## Principais Conquistas

---

Em 2022, a Eneva apresentou uma melhoria na divulgação de relatórios, indicadores, respostas a índices externas e ratings, entre outras iniciativas, mantendo notas alinhadas a média setorial. Dentre as principais conquistas que comprovam o compromisso da Companhia com a transparência, estão: (i) ingresso pela primeira vez na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3; (ii) melhora da avaliação no Refinitiv, subindo 3 posições ao longo de 2022, saindo de C para B; (iii) resposta aos questionários de Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica do *Carbon Disclosure Project (CDP)*, com melhora de classificação; e (iv) Reconhecimento com o selo ouro no Programa Brasileiro do *GHG Protocol*, pela segunda vez em 2022.

Adicionalmente, pelo terceiro ano, a Eneva divulgou o Relatório de Sustentabilidade com os desempenhos operacional, econômico e socioambiental referentes ao ano de 2021 . documento foi elaborado de acordo com as normas da *Global Reporting Initiative (GRI)* e SASB e passou, pela primeira vez, por verificação externa independente.

## AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia possui um contrato para a realização de auditoria independente das suas demonstrações financeiras com a firma KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), o qual tem vigência de três anos a partir da auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A política de contratação adotada pela Companhia estabelece diretrizes e princípios a serem seguidos no processo de serviços de auditoria externa da Companhia e de suas empresas controladas, com o objetivo de evitar a existência de conflitos de interesse ou a perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, vedando a contratação de serviços de consultoria que podem ameaçar a independência dos Auditores Independentes durante a vigência do contrato de auditoria.

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, todos os serviços prestados por nossos auditores independentes são aprovados pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

Os honorários referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, para a Eneva e suas empresas controladas, foram os seguintes:

	2022	2021
<b>Honorários<sup>1</sup> (R\$ mil)</b>		
Auditoria contábil e tributária <sup>2</sup>	2.860	1.433
Serviços adicionais relacionados à auditoria <sup>3</sup>	2.177	560
	<b>5.037</b>	<b>1.993</b>

Os auditores emitiram parecer sem ressalvas em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eneva S.A. referentes ao exercício de 2022. Os principais assuntos de auditoria abordados foram a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos em combinações de negócios, assim como o valor recuperável dos impostos diferidos ativos da Eneva S.A., Itaqui e Celse.

<sup>1</sup> Resolução CVM nº 162/2022.

<sup>2</sup> Auditoria contábil inclui os honorários cobrados em relação à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais, informações trimestrais e auditorias das nossas controladas. Auditoria tributária são honorários relativos a revisões de conformidade fiscal conduzidas em conexão com os procedimentos de auditoria nas demonstrações financeiras.

<sup>3</sup> Serviços adicionais relacionados à auditoria referem-se à asseguaração e serviços relacionados que estão razoavelmente relacionados ao desempenho da auditoria (ex: asseguaração para oferta pública de ações, emissão de debentures e interoffice report).



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Eneva S.A.**

**31 de dezembro de 2022**

Com relatório dos auditores  
independentes sobre as  
demonstrações financeiras

# SUMÁRIO

## Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Resultados	3
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	4
Demonstrações dos Fluxos de caixa	5
Balanço Patrimonial	6
Balanço Patrimonial - Continuação	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas	10

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

01. Contexto operacional	10
02. Licenças e autorizações	13
03. Apresentação das demonstrações financeiras	14
04. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	15
05. Combinação de negócios	16
06. Informações por segmento	22
07. Receita de venda de bens e/ou serviços	26
08. Custos e despesas por natureza	28
09. Resultado financeiro	29
10. Tributos sobre o lucro e impostos diferidos	29
11. Caixa e equivalentes de caixa	34
12. Títulos e valores mobiliários	34
13. Contas a receber	35
14. Estoques	36
15. Arrendamentos	36
16. Investimentos	38
17. Imobilizado	43
18. Intangível	49
19. Fornecedores	51
20. Fornecedores de projetos em construção	51
21. Impostos e contribuições a recolher	52
22. Empréstimos, financiamentos e debêntures	53
23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	58
24. Provisão para contingências	64
25. Valor justo dos contratos de comercialização de energia	67
26. Provisão para obrigação de abandono	68
27. Partes relacionadas	69
28. Patrimônio Líquido	70
29. Resultado por ação	71
30. Plano de pagamento baseado em ações	72
31. Cobertura de seguros	73
32. Compromissos assumidos	74
33. Eventos subsequentes	74

## Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

AS NOTAS  
SÃO CLICÁVEIS 

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita de venda de bens e/ou serviços	7	719.415	1.449.877	6.128.603	5.124.441
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	8	(380.084)	(476.600)	(4.251.279)	(3.181.706)
<b>Lucro bruto</b>		<b>339.331</b>	<b>973.277</b>	<b>1.877.324</b>	<b>1.942.735</b>
<b>Despesas/receitas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	8	(620.658)	(445.770)	(877.121)	(544.768)
Outras receitas (despesas) operacionais	8	198.701	14.918	280.953	194.595
Resultado de equivalência patrimonial	16.2	625.899	665.557	2.799	(723)
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>543.273</b>	<b>1.207.982</b>	<b>1.283.955</b>	<b>1.591.839</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	9	388.582	217.645	540.738	151.885
Despesas financeiras	9	(725.786)	(157.696)	(1.307.900)	(338.405)
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>206.069</b>	<b>1.267.931</b>	<b>516.793</b>	<b>1.405.319</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro</b>					
Corrente	10	-	(72.286)	(89.747)	(105.886)
Diferido	10	169.705	(22.345)	(51.272)	(126.141)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>375.774</b>	<b>1.173.300</b>	<b>375.774</b>	<b>1.173.292</b>
<b>Atribuído a sócios da empresa controladora</b>		<b>375.774</b>	<b>1.173.300</b>	<b>375.774</b>	<b>1.173.300</b>
<b>Atribuído a sócios não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8)</b>
<b>Lucro por ações atribuíveis aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)</b>					
Lucro líquido básico por ação	29	-	-	0,26933	0,92750
Lucro líquido diluído por ação	29	-	-	0,26926	0,92025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	375.774	1.173.300	375.774	1.173.292
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado</b>				
Ajustes de conversão	(99)	8.450	(99)	8.450
Perdas com derivativos	(1.047)	-	(1.047)	-
<b>Total dos itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado</b>	<b>(1.146)</b>	<b>8.450</b>	<b>(1.146)</b>	<b>8.450</b>
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado</b>				
Ganhos/perdas com derivativos	30.568	(820)	30.568	(820)
Alienação de participação societária	22.060	-	22.060	-
Mudança na participação relativa em controlada	(53.197)	-	(53.197)	-
	<b>(569)</b>	<b>(820)</b>	<b>(569)</b>	<b>(820)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>374.059</b>	<b>1.180.930</b>	<b>374.059</b>	<b>1.180.922</b>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(8)
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	374.059	1.180.930	374.059	1.180.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos Fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>				
	206.069	1.267.931	516.793	1.405.319
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	17.1	150.957	212.873	838.522
Baixa de imobilizado e intangível		-	-	483
Realização mais valia CGH's		27.252	-	27.252
Impairment CGH's		23.793	-	23.793
Resultado de equivalência patrimonial do investimento e do passivo a descoberto	16.2	(625.899)	(665.557)	(2.799)
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais	17.1	27.751	56.289	27.751
Recuperação de créditos tributários e juros		-	-	(19.934)
Provisão para contingências		(372)	(1.728)	(28.696)
Reversão de impairment de Itaquí	8	-	-	-
Resultado financeiro líquido		343.367	(75.094)	814.039
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	7	-	-	(132.160)
Compra vantajosa aquisição da Focus	8	(121.803)	-	(121.803)
Compra vantajosa aquisição da CGTF	8	(215.945)	-	(215.945)
Amortização de custo de captação	9	7.348	2.771	12.651
Ajuste a valor presente – operações com fornecedores	9	-	-	2.551
		<b>(177.482)</b>	<b>797.485</b>	<b>1.742.015</b>
				<b>2.098.665</b>
<b>Aumento / Diminuição dos ativos e dos passivos operacionais:</b>				
Adiantamentos a fornecedores		(16.547)	(1.025)	18.373
Despesas antecipadas		(5.348)	(3.051)	34.892
Contas a receber		(11.215)	(305)	180.506
Impostos a recuperar		(12.709)	(84.586)	(15.960)
Depósitos vinculados		-	-	9.857
Estoques		(4.446)	(4.824)	(102.181)
Impostos, taxas e contribuições		(71.194)	50.651	(1.695)
Fornecedores		(179.923)	(112.161)	(573.557)
Obrigações sociais e trabalhistas		38.408	(1.203)	50.218
Mútuos com partes relacionadas		288.454	156.617	-
Operações comerciais com partes relacionadas		(39.721)	(111.803)	(17.689)
Dividendos a receber		-	6.339	-
Outros ativos e passivos		(47.943)	55.899	18.495
		<b>(62.184)</b>	<b>(49.452)</b>	<b>(398.741)</b>
				<b>(770.877)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(188)	(56.602)	(75.184)
Dividendos recebidos	16	555.141	318.452	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados pelas atividades operacionais</b>		<b>315.287</b>	<b>1.009.883</b>	<b>1.268.090</b>
				<b>1.232.792</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado e intangível		(533.316)	(289.781)	(2.162.892)
Aporte de capital em investida		-	(20.361)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		(1.099.755)	96.308	-
Aquisição de debêntures da Focus		(886.778)	-	(886.778)
Aquisição da Focus Energia, líquido do caixa obtido na aquisição		(732.754)	-	(340.131)
Aquisição da CGTF, líquido do caixa obtido na aquisição		(461.890)	-	(232.463)
Aquisição da Celse, líquido do caixa obtido na aquisição		(6.590.307)	-	(5.291.101)
Aquisição de participação societária na Amapari	1.1 (e)	(17.798)	-	(17.798)
Títulos e valores mobiliários		513.396	(194.447)	(158.170)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos</b>		<b>(9.809.202)</b>	<b>(408.281)</b>	<b>(9.089.333)</b>
				<b>(1.245.682)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Pagamento do passivo de arrendamento		(19.236)	(44.646)	(149.610)
Aumento de capital	28.1	4.200.000	-	4.200.000
Recompra de ações próprias		-	-	-
Captações de financiamentos	22	5.440.000	-	6.539.686
Amortizações do principal - financiamentos	22	(15.488)	(15.447)	(1.150.642)
Juros pagos	22	(348.990)	(214.701)	(952.076)
Custos de captações		(173.646)	-	(235.144)
Custo de captação follow-on		(144.249)	-	(144.249)
Depósitos vinculados		-	-	12.283
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumidos) nas atividades de financiamentos</b>		<b>8.938.391</b>	<b>(274.794)</b>	<b>8.120.248</b>
				<b>(379.753)</b>
<b>Aumento / (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(555.524)</b>	<b>326.808</b>	<b>299.005</b>
				<b>(392.643)</b>
<b>Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício		602.142	275.334	992.290
No fim do exercício		46.618	602.142	1.291.295
<b>Aumento / (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(555.524)</b>	<b>326.808</b>	<b>299.005</b>
				<b>(392.643)</b>

Transações que não envolvem caixa: Ajuste a valor presente sobre os fornecedores de projetos em construção no montante de R\$ 1.047 na controladora e R\$ 38.176 no consolidado, conforme nota explicativa 20.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	11	46.618	602.142	1.291.295	992.290
Títulos e valores mobiliários	12	11.565	367.161	731.310	685.447
Contas a receber	13	12.933	1.718	1.270.137	718.835
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	25	-	-	993.052	9.336
Estoques	14	54.547	50.101	673.065	520.033
Despesas antecipadas		15.201	10.053	87.827	42.955
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10	58.980	77.090	296.629	134.021
Outros impostos a recuperar	10	7.420	13.575	97.671	30.629
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	27	272.342	39.999	750	-
Mútuos com partes relacionadas	27	349.188	216.046	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	7.325	-	468	-
Operações comerciais com partes relacionadas	27	159.220	158.021	-	-
Adiantamentos a fornecedores		19.743	3.196	57.710	48.248
Outros		25.602	2.507	44.641	7.707
		<b>1.040.684</b>	<b>1.541.609</b>	<b>5.544.555</b>	<b>3.189.501</b>
Ativos não circulantes mantido para venda	1.1 (g)	21.917	-	39.131	-
		<b>1.062.601</b>	<b>1.541.609</b>	<b>5.583.686</b>	<b>3.189.501</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	25	-	-	676.206	81.909
Operações comerciais com partes relacionadas	27	269.705	136.522	390	51
Mútuos com partes relacionadas	27	1.205.099	1.469.047	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10	12.415	531	18.327	6.251
Outros impostos a recuperar	10	158.402	133.312	182.474	143.951
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10	-	480.797	510.601	767.633
Outros		9.449	2.008	31.599	4.425
		<b>1.655.070</b>	<b>2.222.217</b>	<b>1.419.597</b>	<b>1.004.220</b>
<b>Investimentos</b>	<b>16</b>	18.374.813	6.495.729	9.387	9.532
<b>Imobilizado</b>	<b>17</b>	4.255.532	3.033.986	26.822.621	12.727.223
<b>Intangível</b>	<b>18</b>	1.036.724	910.979	7.878.678	1.314.079
		<b>25.322.139</b>	<b>12.662.911</b>	<b>36.130.283</b>	<b>15.055.054</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>26.384.740</b>	<b>14.204.520</b>	<b>41.713.969</b>	<b>18.244.555</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Balanço Patrimonial - Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	19	181.033	152.861	1.296.155	526.582
Fornecedores de projetos em construção	20	10.501	-	467.111	78.327
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	25	-	-	874.314	7.676
Empréstimos e financiamentos	22	15.677	15.595	365.451	77.795
Debêntures	22	326.637	28.231	865.540	284.846
Arrendamento	15.2	29.328	35.224	136.121	53.742
Operações com partes relacionadas	27	77.480	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	21	1.167	73.264	224.122	98.653
Outros impostos a recolher	21	39.792	39.077	137.080	54.443
Outros impostos diferidos		-	-	9.816	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	-	3.211
Instrumentos financeiros derivativos – Swap debêntures	23	143.301	-	143.301	-
Adiantamento de clientes		-	-	80.000	-
Obrigações sociais e trabalhistas		40.832	23.986	68.046	39.746
Participações nos lucros		82.271	60.709	122.714	88.796
Contas a pagar - setor elétrico		-	-	37.717	14.110
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	7 (f)	-	-	66.285	49.984
Provisão - custo de ressarcimento	7 (g)	-	-	77.920	54.963
Outras obrigações		643	11	55.180	3.664
		<b>948.662</b>	<b>428.958</b>	<b>5.026.873</b>	<b>1.436.538</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	19	143.761	54	298.023	29.831
Valor justo dos contratos de energia	25	-	-	323.569	46.146
Empréstimos e financiamentos	22	34.080	49.222	4.528.841	1.709.342
Debêntures	22	10.262.443	4.581.722	12.702.203	5.675.467
Arrendamento	15	111.218	43.540	3.531.683	108.807
Operações comerciais com partes relacionadas	27	25.393	8.212	-	169
Mútuos com partes relacionadas	27	64.190	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto		9.215	4.307	-	-
Provisão para contingências	24	5.629	4.994	98.762	91.885
Provisão de abandono	26	128.921	83.457	128.297	83.075
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10	972.930	-	1.301.645	61.408
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	21	-	-	16.982	-
Outras obrigações		-	-	21.073	5.264
		<b>11.757.780</b>	<b>4.775.508</b>	<b>22.951.078</b>	<b>7.811.394</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>12.706.442</b>	<b>5.204.466</b>	<b>27.977.951</b>	<b>9.247.932</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	28	13.075.688	8.894.086	13.075.688	8.894.086
Ações em tesouraria	28.4	(28.444)	(84.642)	(28.444)	(84.642)
Reserva de capital	28.2	146.914	20.208	146.914	20.208
Reserva de incentivos fiscais	28.3	814.419	610.573	814.419	610.573
Outros resultados abrangentes		16.690	18.405	16.690	18.405
Prejuízos acumulados	28.5	(346.969)	(458.576)	(346.969)	(458.576)
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>13.678.298</b>	<b>9.000.054</b>	<b>13.678.298</b>	<b>9.000.054</b>
Participações de acionistas não controladores	16.4	-	-	57.720	(3.431)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>13.678.298</b>	<b>9.000.054</b>	<b>13.736.018</b>	<b>8.996.623</b>
		<b>26.384.740</b>	<b>14.204.520</b>	<b>41.713.969</b>	<b>18.244.555</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social integralizado	Ações em tesouraria	Reserva de capital (opções de Ações outorgadas)	Reserva de incentivos fiscais	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>8.848.409</b>	-	25.418	253.071	10.775	(1.203.510)	7.934.163	(3.423)	7.930.740
Aumento de capital	45.677	-	(45.677)	-	-	-	-	-	-
Programa de recompra de ações	-	(155.506)	1.248	-	-	-	(154.258)	-	(154.258)
Transações com pagamentos baseados em ações	-	70.864	-	-	-	(70.864)	-	-	-
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	112.112	-	(112.112)	-	-	-
Incentivo fiscal ICMS	-	-	-	245.390	-	(245.390)	-	-	-
<b>Transações com acionistas:</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.173.300	1.173.300	(8)	1.173.292
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	39.219	-	-	-	39.219	-	39.219
<b>Outros resultados abrangentes:</b>									
Ajustes de conversão	-	-	-	-	8.450	-	8.450	-	8.450
Perdas com derivativos	-	-	-	-	(820)	-	(820)	-	(820)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>8.894.086</b>	<b>(84.642)</b>	<b>20.208</b>	<b>610.573</b>	<b>18.405</b>	<b>(458.576)</b>	<b>9.000.054</b>	<b>(3.431)</b>	<b>8.996.623</b>
Transações com pagamentos baseados em ações	15.731	58.486	(15.731)	-	-	(58.486)	-	-	-
Devolução de ações em tesouraria	-	(2.288)	2.288	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	43.996	-	(43.996)	-	-	-
Incentivo fiscal ICMS	-	-	-	159.850	-	(159.850)	-	-	-
<b>Transações com acionistas:</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	375.774	375.774	-	375.774
Aumento de capital	4.200.000	-	-	-	-	-	4.200.000	-	4.200.000
Custo de captação	(144.249)	-	-	-	-	-	(144.249)	-	(144.249)
Incorporação da Focus	110.120	-	93.540	-	-	(1.835)	201.825	-	201.825
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	46.609	-	-	-	46.609	-	46.609
<b>Outros resultados abrangentes:</b>									
Ajustes de conversão	-	-	-	-	(99)	-	(99)	-	(99)
Alienação de participação societária	-	-	-	-	22.060	-	22.060	-	22.060
Mudança na participação relativa em controlada	-	-	-	-	(53.197)	-	(53.197)	61.151	7.954
Ganho com derivativos	-	-	-	-	29.521	-	29.521	-	29.521
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>13.075.688</b>	<b>(28.444)</b>	<b>146.914</b>	<b>814.419</b>	<b>16.690</b>	<b>(346.969)</b>	<b>13.678.298</b>	<b>57.720</b>	<b>13.736.018</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receitas</b>	<b>1.175.847</b>	<b>1.691.319</b>	<b>7.202.714</b>	<b>5.779.893</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	862.845	1.690.990	6.886.740	5.636.882
Outras receitas	313.002	329	315.974	143.011
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>(496.214)</b>	<b>(230.463)</b>	<b>(3.555.390)</b>	<b>(2.218.966)</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(495.966)	(229.467)	(3.444.920)	(1.166.092)
Insumos de geração	-	-	(109.936)	(1.201.827)
Perda e recuperação de valores ativos	(248)	(996)	(534)	148.953
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>679.633</b>	<b>1.460.856</b>	<b>3.647.324</b>	<b>3.560.927</b>
Depreciação e amortização	(150.957)	(212.873)	(838.522)	(608.837)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>528.676</b>	<b>1.247.983</b>	<b>2.808.802</b>	<b>2.952.090</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>1.067.936</b>	<b>923.322</b>	<b>543.537</b>	<b>151.162</b>
Resultado de equivalência patrimonial	625.899	665.557	2.799	(723)
Receitas financeiras	288.649	161.123	533.813	148.492
Juros sobre operações de mútuos e debêntures	99.516	56.508	144	651
Serviços compartilhados	53.455	40.120	-	-
Outros	417	14	6.781	2.742
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.596.612</b>	<b>2.171.305</b>	<b>3.352.339</b>	<b>3.103.252</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>1.596.612</b>	<b>2.171.305</b>	<b>3.352.339</b>	<b>3.103.252</b>
<b>Pessoal</b>	<b>292.624</b>	<b>208.087</b>	<b>531.993</b>	<b>381.701</b>
Remuneração direta	162.547	139.442	337.014	269.195
Benefícios	122.012	60.795	177.945	97.212
FGTS e contribuições	8.065	7.850	17.034	15.294
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>216.970</b>	<b>637.273</b>	<b>1.132.117</b>	<b>1.207.838</b>
Federal	6.002	334.528	778.702	899.642
Estadual	66.644	86.461	158.128	42.299
Municipal	473	740	3.624	783
Taxas e contribuições	143.851	215.544	191.663	265.114
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>711.244</b>	<b>152.645</b>	<b>1.312.455</b>	<b>340.421</b>
Juros de empréstimos e debêntures	489.212	88.303	850.380	179.552
Outras despesas financeiras	196.676	42.327	355.996	66.885
Variação cambial e monetária	20.817	17.381	72.142	76.034
Aluguéis	10.460	7.449	30.931	24.649
Outros	(5.921)	(2.815)	3.006	(6.699)
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>375.774</b>	<b>1.173.300</b>	<b>375.774</b>	<b>1.173.292</b>
Lucro líquido do exercício	375.774	1.173.300	375.774	1.173.300
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional\*

SUMÁRIO

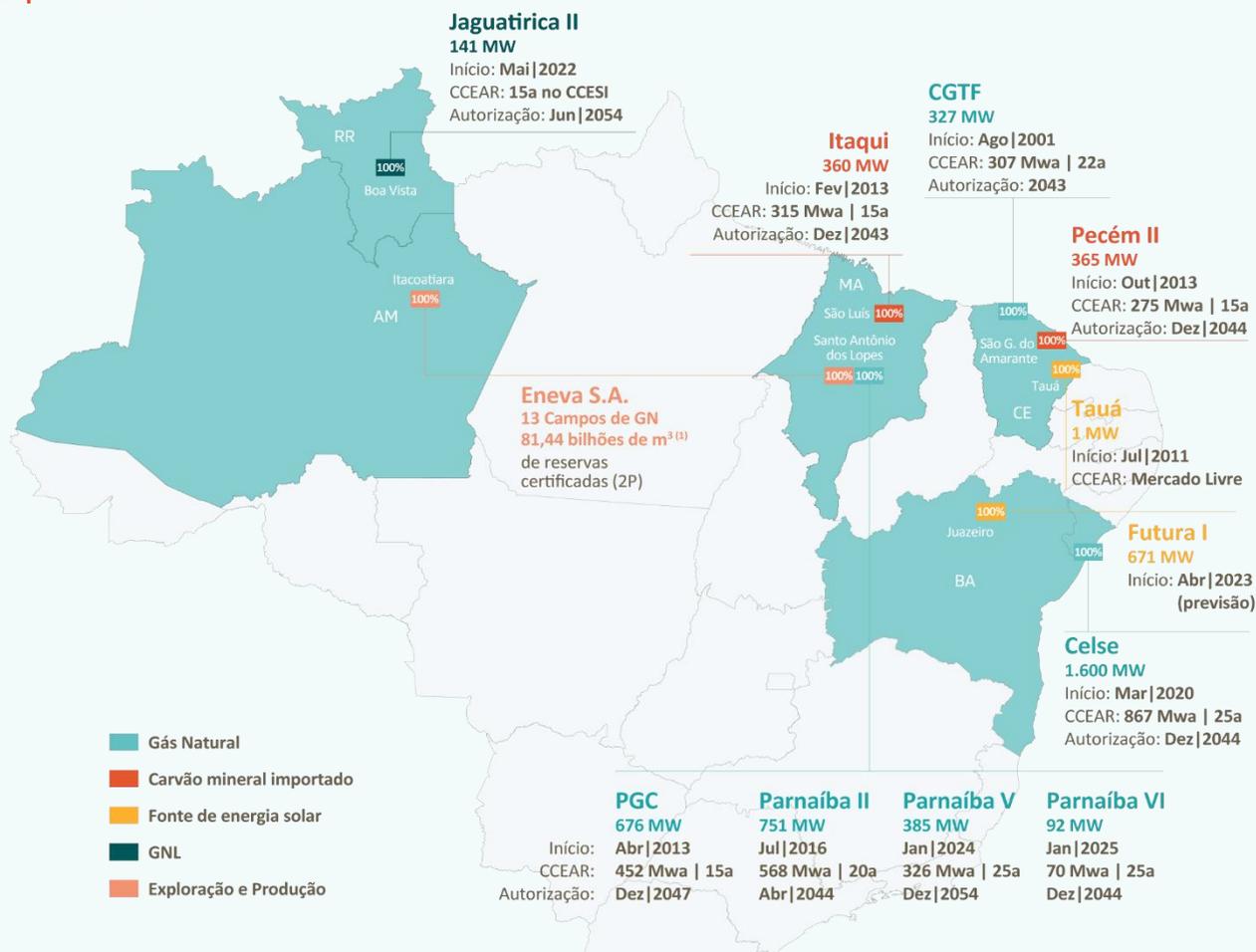
A Eneva S.A. (“Companhia” ou “Eneva”) é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “ENEV3”, com sede no município e estado do Rio de Janeiro, que atua na exploração e produção (E&P) de gás natural onshore, geração de energia e soluções em energia no Brasil.

A Eneva tem um parque de geração térmica com 6,3 GW de capacidade contratada (67% operacional), sendo 4,9 GW a gás natural (78%), 0,7 MW a carvão mineral (11%) e 0,7 MW a solar fotovoltaica (11%). É a segunda maior empresa em capacidade

térmica do país, responsável por 11% da capacidade térmica a gás instalada no Brasil.

Atualmente, a Companhia possui treze campos de gás natural onshore em seu portfólio. Desses ativos, sete estão em produção, sendo seis destinados totalmente ao abastecimento das termelétricas a gás natural localizadas no estado do Maranhão (“Complexo Parnaíba”), assumindo assim um compromisso de produção de 8,4 milhões de m<sup>3</sup>/dia; e um no Amazonas para abastecimento da termelétrica de Jaguatirica II, em Roraima.

## Empreendimentos



(\*) As informações operacionais referentes à capacidade instalada, à capacidade contratada, à produção e à área não são auditadas por auditor independente.

## 1.1 Eventos significativos do exercício:

Os eventos e transações ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, responsáveis pelos principais impactos no Resultado, Fluxo de Caixa e no Balanço Patrimonial foram os seguintes:

### a) Combinações de negócios (nota 5)

**a.1) Focus Energia Holding Participações (“Focus”)** - Em 11 de março de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da Focus. O valor justo dos ativos líquidos adquiridos nesta transação foi de R\$ 1.058.290, sendo composto pela contraprestação transferida no valor de R\$ 936.487 e pelo ganho por compra vantajosa no valor de R\$ 121.803, reconhecidos na demonstração do resultado na linha de “Outras receitas (despesas) operacionais”.

**a.2) Central Geradora Termelétrica Fortaleza (“CGTF”)** - Em 23 de agosto de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações emitidas pela CGTF. O valor justo dos ativos líquidos adquiridos nesta transação foi de R\$ 766.500, sendo composto pela contraprestação transferida no valor de R\$ 489.756, mais a previsão de pagamentos contingentes no valor presente de R\$ 60.799 e o ganho por compra vantajosa no valor de R\$ 215.945, reconhecidos na demonstração do resultado na linha de “Outras receitas (despesas) operacionais”.

**a.3) Centrais Elétricas do Sergipe Participações S.A** - No dia 3 de outubro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações das empresas Centrais Elétricas do Sergipe Participações S.A (Celsepar), Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A (Cebarra) e da DC Energia, sociedade holding que detém participação societária na Celsepar e Cebarra. A operação foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato. O valor total da operação foi de R\$ 6.650.121, sendo R\$ 5.097.645 como valor justo dos ativos líquidos, acrescidos de R\$ 1.552.476 referente ao ágio identificado na transação.

### b) Oferta pública de ações ordinárias (nota 28)

Em 24 de junho de 2022, em reunião do Conselho de Administração, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de sua emissão, foram aprovados o preço de emissão por ação de R\$14,00, o efetivo aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 300.000.000 novas ações, bem como a sua homologação, resultando em um montante total de R\$ 4.200.000.

A totalidade dos recursos líquidos provenientes da Oferta Restrita foi destinada para a aquisição de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da empresa Centrais Elétricas do Sergipe Participações S.A.

### c) Emissões de debêntures e captação de financiamento (nota 22)

**c.1) 7ª emissão de debêntures em série única** - Liberação de R\$ 1.500.000 junto ao Banco Bradesco através da 7ª emissão de debêntures em série única. Os recursos líquidos obtidos estão sendo utilizados para reforço do capital de giro da Companhia.

**c.2) 8ª emissão de debêntures em quatro séries** – Liberação de R\$2.040.000 foram liberados pelo Banco Itaú através da 8ª emissão de debêntures em quatro séries, utilizados para reembolso de despesas com mútuos de projetos específicos, pré-pagamento de financiamentos e gastos relacionados a projetos específicos, além de negócios de gestão ordinária da Companhia.

**c.3) 9ª emissão de debêntures em três séries** – Liberação de R\$1.900.000 foram liberados pelo Banco Itaú através da 9ª emissão de debêntures em três séries, destinados ao reembolso de despesas e amortização de financiamentos, bem como o custeio de gastos relacionados a três projetos prioritários do Ministério de Minas e Energia: o Projeto Futura 1, a ampliação do Projeto Parnaíba VI e a exploração do Projeto UTE Jaguatirica II.

**c.4) Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”)** - Liberação de R\$ 300.000 junto ao Banco BNB, por meio do repasse de recursos do FNE. Os recursos líquidos obtidos estão sendo destinados ao desenvolvimento e à construção do projeto Futura I.

#### **d) Comercialização de energia elétrica para exportação (notas 6 e 7)**

Durante o ano de 2022, foram realizadas vendas de energia pelas subsidiárias Parnaíba II e Parnaíba Geração e Comercialização de Energia, para suprimento do mercado argentino. A operação gerou faturamento de R\$ 574.491 e teve como contraparte a comercializadora Tradener Ltda., empresa autorizada a exportar energia para o país vizinho. Essas vendas se tornaram possível através da Portaria nº 418/GM/MME, de 19 de novembro de 2019, que estabelece as diretrizes para a exportação de energia elétrica destinada à Argentina e Uruguai, proveniente de usinas termoelétricas em operação comercial despachadas de forma centralizada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e disponíveis para atendimento ao Sistema Interligado Nacional, porém sem despacho por ordem de mérito nem por garantia de suprimento energético.

#### **e) Aquisição de participação em controlada (nota 16.2)**

Em 11 de outubro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 55.057.111 ações detidas pela empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, correspondente a 49% do capital social de Amapari Geração de Energia S.A. pelo montante de R\$ 17.798, o valor justo da transação é composto por R\$ 21.765 descontados R\$ 3.967 referente ao passivo a descoberto, passando a deter 100% do capital social da Amapari.

#### **f) Venda da Participação Focus Mais e Focus Geração Barbacena (nota 8)**

No dia 14 de dezembro de 2022, a Eneva S.A e Focus Futura Holding Participações S.A venderam 100% da participação no capital social e votante das subsidiárias Focus Mais Geração Distribuída S.A (“Focus Mais”) e Focus Geração Barbacena (“Barbacena”).

A Focus Mais é proprietária e operadora das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH’s) denominadas (i) Camanducaia com capacidade instalada de aproximadamente 2,61MW e (ii) CGH Cachoeira Espírito Santo com capacidade instalada de aproximadamente 1,68MW. A Barbacena é proprietária e operadora das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH’s) denominadas (i) CGH Lavras com capacidade instalada aproximadamente de 1,20 MW e da (ii) CGH Ilhéus com capacidade instalada aproximadamente de 2,56MW.

Essas subsidiárias foram adquiridas pela Eneva por meio da combinação de negócios com a Focus Energia Holding Participações, onde a aquisição visava principalmente os parques solares (Projeto Futura) e a carteira de clientes de comercialização de energia. Por isso, as referidas CGHs não faziam parte da estratégia operacional da Companhia.

A contraprestação recebida pela venda será de R\$ 39.131. O preço de aquisição deverá ser pago pela compradora para cada uma das vendedoras em parcela única: R\$ 21.917 para a Eneva S.A e R\$ 17.214 para a Focus Futura Holding Participações S.A. O ajuste final do preço de aquisição será em até 90 dias após a data de fechamento. Foi apurado perda de *impairment* das vendas no valor de R\$ 54.882, sendo R\$ 27.252 referente a baixa da mais valia gerada na aquisição das CGHs e R\$ 27.630 de perda na alienação de investimentos referentes a venda da participação da Focus Mais, reconhecidos na demonstração do resultado na linha de “outras receitas (despesas) operacionais”.

O closing da operação ocorreu no dia 01 de fevereiro de 2023.

## Eventos e transações ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que terão impactos prospectivos no Resultado, no Fluxo de Caixa e no Balanço Patrimonial são os demonstrados abaixo:

### a) Leilão de Reserva de Capacidade de Energia - LRCE

Em setembro de 2022, os projetos das UTEs Azulão II e Azulão IV, localizados no Amazonas, sagraram-se vitoriosos no 2º Leilão de Reserva de Capacidade de Energia, - LRCE.:

- O contrato terá potência contratada total de 520,8 MW médios, com inflexibilidade de 70%, pelo prazo de 15 anos a partir de 31 de dezembro de 2026, garantindo receita fixa anual durante o período de suprimento de R\$ 1.921.925 (data-base maio de 2022), reajustada anualmente conforme variação do IPCA. Além disso, quando os projetos despacharem acima da inflexibilidade contratual, as UTEs Azulão II e Azulão IV receberão receita variável de R\$150/Mwh (data-base maio de 2022) sobre a energia despachada acima da inflexibilidade reajustada anualmente de acordo com a variação do IPCA. O projeto permitirá o desenvolvimento do Complexo de Geração do Azulão (885MW) com custo estimado de R\$ 5.800.000.

### b) Comercialização de Gás Natural Liquefeito (GNL) para terceiros

No dia 25 de maio de 2022, a Companhia firmou contrato com a Suzano S.A. ("Suzano") para fornecimento de GNL às instalações industriais desta. A Companhia suprirá o GNL a partir de suas concessões na Bacia do Parnaíba, onde será instalada uma unidade adicional de liquefação de gás natural. O investimento estimado é de R\$ 530.000, destinado para atender a Suzano e novos clientes potenciais na região. O Contrato tem vigência de 10 anos a partir do início do fornecimento comercial, previsto para o primeiro semestre de 2024.

### c) Benefício Fiscal SUDAM

Em 28 de dezembro de 2022, foi emitido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - "SUDAM" o Laudo Constitutivo nº 145/2022 que concede à Azulão Geração de Energia S/A o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ sobre os lucros das atividades de geração de energia pelo prazo de 10 anos, iniciando em 01 de janeiro de 2023.

### d) Conflito Rússia – Ucrânia

O conflito militar entre Rússia e Ucrânia está causando volatilidade nos mercados globais e sanções econômicas foram impostas por vários países à Rússia, tais como restrições financeiras, energéticas, comerciais e de exportação.

O conflito Rússia-Ucrânia pode causar efeitos negativos para os negócios da Companhia, tais como interrupção dos fluxos de comércio internacional, extrema volatilidade dos preços de mercado, com impacto no setor de energia, nas cadeias de suprimentos industriais, no transporte e na incerteza regulatória e contratual com o aumento das tensões geopolíticas em todo o mundo. Já é possível observar o aumento dos preços de commodities como petróleo, gás natural, carvão e outros, devido à diminuição repentina da oferta desses produtos, o que eleva seu valor no mercado internacional. Essa situação pode ter um grande impacto na economia, dependendo de sua magnitude e da duração do conflito, podendo afetar negativamente as perspectivas de crescimento econômico.

No exercício de 2022, a Companhia não apurou impactos decorrentes da guerra em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da guerra, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

## 2. Licenças e autorizações



A Companhia busca uma atuação de excelência pautada por uma gestão responsável dos impactos que a sua atividade pode gerar na sociedade, no meio ambiente e nas comunidades do entorno de suas operações. Por meio de um sistema de controle de prazos e cumprimento de requisitos legais, é feita a gestão de mais de 200 licenças e autorizações ambientais, totalizando mais de 1.500 condicionantes distribuídas em unidades operacionais.

Em 2022, a Companhia manteve todas as licenças necessárias para os ativos, tendo sido emitidas 27 novas licenças e autorizações de forma a garantir o fortalecimento e a expansão de suas atividades. Nesse período, destaca-se (i) a emissão da licença de instalação que autorizou o início das obras da unidade de processamento para liquefação de GNL no Parnaíba (Maranhão); (ii) 4 poços de gás a mais autorizados no Amazonas; (iii) a licença de instalação para construção da UTE Azulão I (295 MW) também no Amazonas; e (iv) as licenças que autorizam a operação do Parque Solar de Futura, na Bahia.

### 3. Apresentação das demonstrações financeiras



#### Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; (ii) as perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos; (iii) o valor justo dos ativos não circulantes mantidos para venda.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e daquelas empresas em que a Companhia detém o controle (direto e indireto), os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados. Uma lista com as empresas mais relevantes, incluindo subsidiárias, coligadas e controladas em conjunto, e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na nota 16 – "investimentos".

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023.

#### Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

#### Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

#### Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e à forma como tais riquezas foram distribuídas.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas ligadas à Companhia são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia e de suas controladas, exceto a controlada Parnaíba BV (que utiliza o dólar).

A Companhia realiza a conversão de sua moeda funcional em outras moedas distintas para fins contábeis. Os saldos de resultados são convertidos pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica. As diferenças de conversão são contabilizadas como Ajustes de Conversão no resultado abrangente.

#### Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

##### Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

O IASB e CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01/01/2022. Outras normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Revisão e normas impactadas	Correlação com o IASB	Impactos contábeis
<b>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19</b>		
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	Annual Improvements to IFRS Standards 2018- 2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a Contract; e Reference to the Conceptual Framework	Sem impactos relevantes
<b>Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado — Recursos antes do uso pretendido</b>		
As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes de o ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado	IAS 16	As receitas de teste serão registradas no resultado da Companhia a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos não são relevantes.

### Alterações em pronunciamentos contábeis a partir de 2023

Recentemente, algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas e entraram em vigor a partir de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não espera que elas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras futuras da Companhia.

## 4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos



Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e seus resultados são reconhecidos prospectivamente.

### 4.1 Estimativas e julgamentos

#### 4.1.1 Incertezas sobre premissas e estimativas

- (i) **Instrumentos financeiros e derivativos (nota 23)**
- (ii) **Vida útil do ativo imobilizado e intangível (notas 17 e 18)**
- (iii) **Teste de redução ao valor recuperável – “Avaliação de impairment” (nota 17.2)**
- (iv) **Recuperabilidade dos impostos diferidos (nota 10)**
- (v) **Provisão para obrigação de abandono (nota 26)**
- (vi) **Valor justo dos contratos de energia (nota 25)**
- (vii) **Combinação de negócios (nota 5)**
- (viii) **Mudanças climáticas** - Os investimentos anunciados e a estratégia da Companhia para o risco de mudança climática foram avaliados no contexto dos julgamentos contábeis críticos e das principais estimativas da Companhia. Futuras alterações nessa estratégia ou no cenário global podem afetar as principais estimativas da Companhia. Com isso, podem resultar em impactos materiais no resultado e nos saldos contábeis de ativos e passivos de futuras demonstrações financeiras da Companhia.
- (ix) **Provisão para contingências (nota 24)**



## 5. Combinação de negócios

### Prática contábil

A Companhia utiliza o método de aquisição nas operações de combinação de negócios. A contraprestação transferida pela aquisição de uma controlada compreende os seguintes componentes: (i) o valor justo dos ativos transferidos; (ii) os passivos assumidos do negócio adquirido; (iii) instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia; (iv) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação contingente; e (v) o valor justo de qualquer participação acionária preexistente na controlada.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e passivos contingentes em uma combinação de negócios são, com limitadas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. Um *Goodwill* surge quando há excesso entre a contraprestação transferida pela Companhia e os valores agregados dos componentes. Quando o valor agregado dos componentes é inferior à contraprestação transferida pela aquisição da subsidiária, um ganho de compra vantajosa é reconhecido na demonstração do resultado.

### Estimativas e julgamentos

No processo de mensuração da combinação de negócios a Companhia aplica premissas e técnicas de avaliação nos principais elementos (ativos adquiridos e passivos assumidos) identificados na aquisição. A aplicação dessas premissas e técnicas de avaliação envolve julgamento por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e as características individuais dos elementos que estão sendo avaliados. Caso a contabilização inicial da combinação de negócios esteja incompleta ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, o adquirente deve reportar os valores preliminares cuja contabilização estiver incompleta. Durante o período de mensuração, o adquirente deve ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data de aquisição e reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos existentes na data da aquisição, que se fosse conhecida naquela data teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. Contudo, o período de mensuração não deve ultrapassar um ano da data de aquisição.

### Aquisição da empresa Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A – (“CELSEPAR”)

No dia 3 de outubro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações das empresas Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A (Celsepar), da Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (Celse) e da Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A (Cebarra), que possui ativo imobilizado para construção dos projetos de expansão da Celse, e da DC Energia, sociedade holding que detém participação societária na Celsepar e Cebarra.

A operação foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato de aquisição. O valor total da operação foi de R\$ 6.650.121. Sua conclusão está alinhada com o plano econômico e estratégico da Companhia em fortalecer a atuação no mercado de geração de energia na região nordeste do Brasil.

A Celsepar tem como principal ativo operacional a UTE Porto de Sergipe I (“Usina”), uma usina termelétrica a gás natural em ciclo combinado, com capacidade instalada de 1.593 MW, localizada em Barra dos Coqueiros, no Estado de Sergipe, na região Nordeste do país. A Usina está integralmente contratada no ambiente regulado até dezembro de 2044, fazendo jus a uma receita fixa anual de R\$ 1,9 bilhão (novembro de 2021), indexada ao IPCA, acrescida de receita variável equivalente a R\$ 406,2/MWh (junho de 2022), indexada ao Petróleo Brent, conforme os termos do contrato de suprimento de gás.

A contraprestação transferida foi efetivada pela Companhia em 03 de outubro de 2022, no montante de R\$ 6.650.121, compostos por R\$ 6.590.307 pagos com retenção do preço pago (holdback) no montante de R\$ 59.814. Esse montante de holdback está registrado como passivo no balanço da adquirente (controladora).

### Apuração do valor justo da combinação de negócios:

A Companhia contratou consultoria especializada para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis, com o objetivo de alocar o preço de compra (PPA - Purchase Price Allocation) na Eneva S.A.

A seguir apresentamos o valor justo dos principais ativos e passivos identificados:

	<b>Valor Justo adquirido</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.293.404</b>
Caixa e equivalentes de caixa	173.783
Aplicações financeiras	699.788
Contas a receber*	233.469
Outros ativos circulantes	186.364
<b>Ativo não circulante</b>	<b>14.057.160</b>
Outros ativos não circulantes	395.477
<b>Imobilizado</b>	<b>9.095.854</b>
Intangível	4.565.829
<b>Ativo total</b>	<b>15.350.564</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>779.091</b>
Fornecedores	238.499
Empréstimos e financiamentos	201.593
Debêntures	205.537
Obrigações tributárias por vendas de energia no curto prazo	15.623
Outros passivos circulantes	117.839
<b>Passivo não circulante</b>	<b>9.473.828</b>
Empréstimos e financiamentos	1.915.646
Debêntures	2.330.334
Impostos e contribuições sociais	1.682.151
Imposto diferido	7.507
Partes relacionadas	3.508.552
Outros passivos não circulantes	29.638
<b>Ativos líquidos</b>	<b>5.097.645</b>
<b>Composição do preço pago</b>	
Valor justo dos ativos líquidos	5.097.645
Ágio alocado	1.552.476
<b>Contraprestação transferida</b>	<b>6.650.121</b>

\*O item “Contas a Receber” é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$ 233.469, e não há valores estimados como não recuperáveis na data de aquisição e por consequência não há valores provisionados.

Em 31 de dezembro de 2022, a Celse contribuiu com uma receita de R\$ 452.322 e gerou um lucro de R\$ 97.637 às demonstrações financeiras consolidadas do grupo Eneva. Caso a aquisição da Celse tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022, a Administração estima que, considerando os mesmos ajustes a valor justo, a receita consolidada seria de R\$ 7.668.270 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 366.483 em 31 de dezembro de 2022.

### Mensuração do valor justo – Intangíveis gerados na combinação de negócios

A técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis significativos foi a de fluxos de caixa descontados, seguindo as seguintes premissas:

- i) A taxa média de desconto aplicada na avaliação foi equivalente a 9,51% (WACC);
- ii) Autorização de operação comercial: A UTE Porto de Sergipe I tem a autorização de operação comercial (21º Leilão de Energia Nova A 5/2015), se caracterizando como uma geradora de energia térmica por disponibilidade. Essa autorização, em conjunto com seus contratos de compra e venda de energia (PPAs), garante à companhia receitas já previamente estabelecidas em contrato por prazo definido, de tal forma que seu valor econômico futuro pode ser mensurado com confiabilidade e separabilidade, se caracterizando como intangível. Ademais, tendo em vista que se trata de um ativo com vida útil definida, a norma contábil preconiza que todo o valor seja alocado como intangível, de forma que não haja ágio ou valor residual.
- iii) Contrato de operação de gás: Em 13 de junho de 2022, a Celse e companhia TAG assinaram um contrato de conexão de acesso para a interligação do terminal de gás atrelado à operação da UTE Porto de Sergipe I, gerando à companhia uma nova via de geração de receitas pela venda de determinados volumes de gás, sendo esta uma nova alavanca de valor para a companhia e um intangível identificável e passível de avaliação. As premissas utilizadas para mensuração deste ativo foram as receitas provenientes do contrato de concessão e a curva de *ramp-up* das receitas, ou seja, foi considerado que no ano de 2044 encerra-se o prazo dos contratos de fornecimento de gás.

Os principais intangíveis identificados foram:

<b>Valores justos apurados</b>	
100% de Autorização de operação comercial	4.421.535
100% de Contrato de operação de Gás	144.294
<b>Intangível total avaliado a valor justo</b>	<b>4.565.829</b>
Imposto de renda diferido s/ativos reconhecidos (34% do valor justo)	1.552.334

## Aquisição da Central Geradora Termelétrica Fortaleza – (“CGTF”)

Em 23 de agosto de 2022, após atendidas todas as condições precedentes da transação, foi concluída a aquisição da totalidade da participação acionária da CGTF.

A CGTF está localizada na região metropolitana do Ceará, integrando o complexo industrial e portuário do Pecém, instalado em uma região estratégica para o crescimento desse estado. Atua na geração e comercialização de energia elétrica, produzindo energia em um ciclo combinado de gás e vapor. Em outubro de 2001, recebeu autorização da Aneel como produtor independente de energia elétrica, sendo o vencimento de sua concessão em dezembro de 2023.

A aquisição da CGTF possui como principal motivador econômico e estratégico o fortalecimento da atuação no mercado de geração de energia na região nordeste do Brasil.

A contraprestação transferida foi efetivada pela Companhia em 23 de agosto de 2022, no montante de R\$ 550.556, composto por R\$ 489.757 efetivamente pagos e R\$ 60.799 relativos ao valor presente do pagamento contingente previsto em caso de recontração da planta (“Earn-out”) até 31 de dezembro de 2028, contabilizado como uma obrigação junto aos antigos acionistas.

A seguir apresentamos a composição da contraprestação transferida e a metodologia de cálculo do *Earn out*:

Contraprestação paga (R\$ milhares)		
Preço-base	489.757	
Valor presente do Earn-out	60.799	
<b>Preço total pago</b>	<b>550.556</b>	
Earn-out		
Volume contratado <b>(a)</b>	295,33	MW médio
Valor por MWH <b>(b)</b>	306.000	R\$MWh
Valor a ser pago 01/07/2022 - valores reais <b>(c) = (a)*(b)</b>	90.372,36	
Fator de correção <b>(d)</b>	1,23	
Fator de desconto <b>(e)</b>	0,55	
Valor presente do Earn-out <b>(f) = (c) * (d) * (e)</b>	60.799	

- a.** Capacidade térmica da usina
- b.** Premissa de preço
- d.** Correção monetária contratual (IPCA)
- e.** Taxa de desconto

### Apuração do valor justo da combinação de negócios:

A aquisição dos ativos e passivos da CGTF foi registrada utilizando o método de aquisição, considerando o valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da aquisição.

A Companhia contratou consultoria especializada para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis, bem como dos passivos identificáveis com o objetivo de alocar o preço de compra (PPA - Purchase Price Allocation) na Eneva S.A..

A seguir apresentamos o valor justo dos principais ativos e passivos identificados:

<b>Valor justo adquirido – R\$</b>	
<b>Ativo circulante</b>	<b>609.697</b>
Caixa e equivalentes de Caixa	308.725
Contas a receber**	193.341
Outros ativos circulantes	107.631
<b>Ativo não circulante</b>	<b>472.503</b>
Outros ativos não circulantes	32.337
<b>Imobilizado</b>	<b>112.688</b>
<b>Intangível</b>	<b>327.478</b>
<b>Ativo total</b>	<b>1.082.200</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>313.702</b>
Fornecedores	113.293
Obrigações tributárias por vendas de energia no curto prazo	143.532
Outros passivos circulantes	56.877
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.998</b>
Outros passivos não circulantes	1.998
<b>Ativos líquidos</b>	<b>766.500</b> (A)
<b>Apuração do ganho por compra vantajosa – R\$</b>	
Valor pago em caixa	489.757
Valor presente do Earn-out	60.799
<b>Contraprestação transferida</b>	<b>550.556</b> (B)
<b>Ganho por compra vantajosa apurada*</b>	<b>215.945</b> (C)=(A-B)

\* A apuração do ganho por compra vantajosa está relacionada com a estratégia do vendedor de sair do mercado de ativos termelétricos, conforme divulgado ao mercado. O registro do ganho por compra vantajosa foi realizado na demonstração dos resultados na linha de "Outras receitas (despesas) operacionais". Sobre o ganho por compra vantajosa foi registrado o montante de R\$ 73.421, relativo a Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na demonstração dos resultados.

\*\* O item "Contas a Receber" é composto por montantes contratuais brutos no montante de R\$ 193.341, dos quais R\$ 259 são estimados como não recuperáveis na data de aquisição e estão integralmente provisionados.

Em 31 de dezembro de 2022, a CGTF contribuiu com uma receita de R\$ 485.584 e gerou um lucro de R\$ 132.752 às demonstrações financeiras consolidadas do grupo Eneva. Caso essa aquisição tivesse ocorrido em 1º janeiro de 2022, a Administração estima que, considerando os mesmos ajustes a valor justo, a receita consolidada do Grupo Eneva em 31 de dezembro de 2022 seria de R\$ 7.035.269 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 653.163.

### Mensuração do valor justo – ativos identificáveis

Para mensurar o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, utilizou-se a técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, de acordo com as seguintes premissas:

- i) A taxa média de desconto aplicada na avaliação foi equivalente a 10,52% (WACC);
- ii) Projeção do IPCA, utilizando dados do boletim Focus;
- iii) Contrato de comercialização de energia: A Companhia possui contrato de venda de energia com a distribuidora Companhia Energética do Ceará S.A, celebrado em 31 de agosto de 2001 com vigência até 2023, que garante fluxo de caixa estável até o seu término. Portanto, esse contrato foi mensurado a valor justo por meio do seu fluxo de caixa descontado e foi registrado como intangível;
- iv) O imobilizado foi avaliado pelo valor justo estimado para o 2º ciclo de monetização do ativo (período entre 2024 e 2044), ou seja, dos fluxos de caixa estimados para o período posterior ao término do atual contrato de comercialização de energia vigente até 2023. Dessa forma, e principalmente considerando a incerteza quanto as premissas de preço e custos para esse 2º ciclo, foi observada a necessidade de redução do valor registrado para adequá-lo ao seu valor recuperável.

Os principais ativos identificados foram:

**Valores justos apurados**

Intangível - Contrato de venda de energia e autorização para geração de energia	311.768
Imobilizado - Menos valia	(461.890)
<b>Intangível e imobilizado total avaliado a valor justo</b>	<b>(150.122)</b>

## Aquisição da Focus Energia Holding Participações S.A. - Focus

Em 11 de março de 2022, após atendidas todas as condições precedentes da transação, foi concluída a aquisição da totalidade da participação acionária da Focus Energia Holding Participações S.A. ("Focus") e suas subsidiárias.

A Focus atuava como uma plataforma integrada de negócios de energia renovável no Brasil, com foco nos segmentos de comercialização, geração de energia para comercialização no mercado livre, geração distribuída e prestação de serviços em energia para geradores e consumidores livres. Além das operações de comercialização de energia, a Focus também possuía como foco principal a construção e o desenvolvimento do Projeto Futura, usinas de geração de energia renovável, de fonte solar.

A contraprestação transferida foi efetivada pela Companhia em 21 de março de 2022 no montante total de R\$ 936.487, compostos por R\$ 732.827 de pagamento em dinheiro feito aos antigos acionistas da adquirida (que se refere ao montante de R\$ 715.000 do acordo original atualizado até a data de efetivação do negócio) e R\$ 203.660, que equivale à emissão de 17 milhões de novas ações da Eneva S.A. ao preço unitário de R\$ 11,98 (valor justo das ações na data de aquisição), entregues aos vendedores.

A aquisição da Focus possui como principais motivadores econômicos e estratégicos (i) a aquisição do Projeto Futura que pretende ser o maior parque de energia solar do Brasil, acelerando, dessa forma, a diversificação da matriz energética da Companhia, sendo este o maior atrativo para a operação; (ii) expansão de sua operação no segmento de comercialização de energia; e (iii) possibilidade de diversos ganhos de sinergias operacionais e financeiras.

### Apuração do valor justo da combinação de negócios:

A aquisição dos ativos e passivos da Focus foi registrada utilizando o método de aquisição, considerando o valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da aquisição.

A Companhia contratou consultoria especializada para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis, com o objetivo de alocar o preço de compra (PPA - Purchase Price Allocation) na Eneva S.A..

A seguir apresentamos o valor justo dos principais ativos e passivos identificados:

	<b>Valor Justo adquirido – R\$</b>	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.168.149</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	392.696	
Contas a receber***	139.600	
Valor justo dos contratos de energia	585.330	
Outros ativos circulantes	50.523	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>2.530.250</b>	
Valor justo dos contratos de energia	332.731	
Outros ativos não circulantes	5.743	
<b>Imobilizado</b>	<b>1.992.897</b>	
<b>Intangível</b>	<b>198.879</b>	
<b>Ativo total</b>	<b>3.698.399</b>	
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.046.367</b>	
Empréstimos e financiamentos	10.572	
Fornecedores	380.487	
Valor justo dos contratos de energia	516.337	
Instrumentos financeiros – derivativos	27.875	
Imposto de renda diferido s/ ativos reconhecidos	65.681	
Outros passivos circulantes	45.415	
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.593.742</b>	
Empréstimos e financiamentos	23.214	
Passivo fiscal diferido	98.009	
Adiantamento de clientes	80.034	
Valor justo dos contratos de energia	99.392	
Outros passivos não circulantes	52.315	
Debêntures	1.240.778	
<b>Ativos líquidos</b>	<b>1.058.290</b>	(A)
	<b>Apuração do ganho por compra vantajosa – R\$</b>	
Caixa	732.827	
Instrumentos patrimoniais*	203.660	
<b>Contraprestação transferida</b>	<b>936.487</b>	(B)
<b>Ganho por compra vantajosa apurada**</b>	<b>121.803</b>	(C)=(A-B)

\*Esse valor foi segregado, conforme apresentado na Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido, entre: (i) capital social, no montante de R\$ 110.120 correspondente à emissão das ações pelo preço patrimonial da empresa adquirida (valor unitário de R\$ 6,48) e (ii) reserva de capital, no

montante de R\$ 93.660 correspondente à diferença entre o valor unitário de emissão das ações e a cotação das ações da Eneva na data da operação (R\$ 11,98 – cotação em 11 de março de 2022).

\*\* A apuração do ganho por compra vantajosa está relacionada à situação de desequilíbrio financeiro da Focus antes da transação, que estava com dificuldades em honrar compromissos referentes à construção do Projeto Futura. O registro do ganho por compra vantajosa foi realizado na demonstração dos resultados na linha de "Outras receitas (despesas) operacionais". Sobre o ganho por compra vantajosa foi registrado o montante de R\$ 41.413, relativo a Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos na demonstração dos resultados.

\*\*\* O item "Contas a Receber" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$ 142.768, dos quais R\$ 3.168 são estimados como não recuperáveis na data de aquisição e estão integralmente provisionados.

Em 31 de dezembro de 2022, a Focus contribuiu com uma receita de R\$ 1.708.449 e gerou um lucro de R\$ 291.061 às demonstrações financeiras consolidadas do grupo Eneva. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º janeiro de 2022, a Administração estima que, considerando os mesmos ajustes a valor justo, a receita consolidada seria de R\$ 6.464.875 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 374.922.

### Mensuração do valor justo – Intangíveis gerados na combinação de negócios

Para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis adquiridos, utilizou-se a técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados estimados, de acordo com as seguintes premissas:

- i) Projeto Futura: receitas projetadas conforme diretrizes dos contratos de longo prazo celebrados e venda no mercado spot de energia;
- ii) Comercialização de energia: receitas projetadas conforme base de contratos de comercialização de longo prazo e média histórica de volume contratado para os demais anos de projeção. Foram considerados como inputs não observáveis mais significativos:
  - (i) o custo médio ponderado de capital próprio e de terceiros ("WACC") em termos nominais;
  - (ii) o preço da energia para a contratação bilateral com base em histórico observável de mercado;
  - (iii) os encargos regulatórios considerando patamares reajustados pela inflação;

Os principais intangíveis identificados foram:

#### Valores justos apurados

Contratos de venda de energia e autorização para geração de energia – Projeto Futura	144.946
Contratos de venda de energia e autorização para geração de energia – CGHs	27.867
Carteira de clientes – Focus Inteligência (serviços de consultoria no mercado elétrico)	20.366
Outros ativos intangíveis já registrados na adquirida	5.700
<b>Intangível total avaliado a valor justo</b>	<b>198.879</b>
Imposto de renda diferido s/ativos reconhecidos (34% do valor justo)	(65.681)

## 5.1 Segmentos adicionados após combinação de negócio

### Novo segmento - Usinas solares

Conforme já mencionado, o Projeto Futura é um complexo de geração de energia solar que está sendo desenvolvido e que contempla os projetos Futura I, II e III. A primeira usina, Futura I, está com as obras em fase final e com previsão de conclusão para abril de 2023. O impacto das usinas solares adquiridas nas operações do Grupo, quer seja em sua etapa de construção ou quando entrarem em operação, é considerado relevante e, por esse motivo, a Companhia entende que é necessário criar um novo segmento para demonstrar a forma como será feita a gestão do negócio. O crescimento do portfólio de geração de energia renovável contribuirá ainda mais para fortalecer o processo de transição energética da Companhia. Não houve inclusão de novo segmento de negócio com as aquisições da CGTF e da Celse, uma vez que a Eneva já apresentava o segmento de geração térmica a gás.



## 6. Informações por segmento <sup>(1)</sup>

Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos demais segmentos de negócio.

A Administração da Companhia gerencia seus empreendimentos com base em seis segmentos de negócios, sendo eles: (i) térmicas a gás, (ii) *upstream*, (iii) térmicas a carvão, (iv) comercialização de energia, (v) usinas solares e (vi) holding e outros.

As atividades de cada segmento têm seu desempenho avaliado pela Administração da Companhia e refletem a estrutura do modelo de negócio adotado. Cabe destacar que as operações entre a Companhia e suas controladas, bem como as operações entre as controladas, são integralmente eliminadas para a apresentação dos saldos por segmento.

A Administração utiliza os indicadores de desempenho econômico como principal fonte de informações para a tomada de decisão operacional e de alocação de capital. Por esse motivo, as demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentadas por segmento a seguir. As informações comparativas de 2021 foram reapresentadas, considerando o novo segmento adicionado na combinação de negócios com o grupo Focus.

Segue abaixo a descrição dos segmentos:

### i. Térmicas a gás

Fazem parte as controladas Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização S.A., compondo o Complexo do Parnaíba, no Maranhão. O referido complexo possui capacidade total instalada de aproximadamente, 1,9 GW, sendo 1,8 GW operacionais (usinas Parnaíba I, II, III, IV e V) e uma usina não operacional, Parnaíba VI, que tem como objetivo a expansão da usina termelétrica UTE MC2 Nova Venécia 2 ("Parnaíba II"), com capacidade instalada adicional de 92,3 MW, com conclusão prevista para o 2º semestre de 2024.

Todo o complexo está conectado ao Subsistema Norte de geração e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O segmento de geração térmica a gás também conta com o projeto Azulão-Jaguatirica, com capacidade instalada de 141 MW, na cidade de Boa Vista, no estado de Roraima.

Adicionalmente, em agosto de 2022, a Companhia adquiriu 100% das ações emitidas pela CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza, que tem como principal ativo a UTE Fortaleza, cuja capacidade instalada é de 327MW, localizada no município de Caucaia, no estado do Ceará. Em outubro de 2022, a Companhia adquiriu 100% das ações emitidas pela DC Energia, que detém participação societária na Celsepar e na Cebarra. O principal ativo é a UTE Porto do Sergipe I, com capacidade instalada de 1.600MW, localizada em Barra dos Coqueiros, no estado de Sergipe. A usina está em operação desde 2020 e está integralmente contratada no ambiente regulado até dezembro de 2044.

### ii. Upstream

Nesse segmento, a Companhia opera 12 campos e 1 área de acumulação marginal nas Bacias do Parnaíba, do Amazonas e de Solimões. As áreas dos contratos de concessão para exploração e produção (E&P) somam mais de 60.000 km<sup>2</sup>.

A Companhia possui capacidade de produção de 9 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural por dia, sendo 8,4 milhões m<sup>3</sup> destinados ao abastecimento do Complexo do Parnaíba e 0,6 milhões de m<sup>3</sup> destinados ao abastecimento da UTE Jaguatirica II, consolidando o modelo Reservoir-to-Wire ("R2W"), implementado de forma pioneira no país. Esse segmento é composto pelas Companhias Eneva S.A. e Parnaíba B.V.

### iii. Térmicas a carvão

Esse segmento é composto pela controlada Itaqui Geração de Energia S.A., que possui capacidade instalada de 360 MW, localizada no estado do Maranhão e conectada ao Subsistema Norte, e pela controlada Pecém II Geração de Energia S.A., com capacidade instalada de 365 MW, localizada no estado do Ceará e conectada ao Subsistema Nordeste. Ambas as usinas são conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

### iv. Comercialização de Energia

Nesse segmento, ocorre a comercialização de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), obrigatoriamente registrada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por intermédio das controladas Eneva Comercializadora de Energia Ltda, FC Three Energia Participações Ltda, FC Four Energia Participações Ltda, Platinum Comercializadora de Energia Participações Ltda, Focus Energia Ltda, FC One Energia Ltda e Focus Inteligência em Energia Ltda.

**v. Usinas solares**

Esse segmento, em que ocorre a geração de energia solar, é composto pelo Complexo Futura, que está sendo desenvolvido no estado da Bahia e que terá capacidade instalada de 671 MW. A usina Futura I tem previsão de entrar em operação comercial em abril de 2023. O Complexo Futura inclui ainda os projetos Futura II e Futura III que poderão ser desenvolvidos futuramente de acordo com o cenário macroeconômico e as oportunidades do mercado. Além do Projeto Futura, o segmento também inclui a Usina Fotovoltaica Tauá, que possui capacidade instalada de 1 MW, localizada no estado do Ceará.

**vi. Holding e outros**

Esse segmento é composto pela Eneva Participações S.A., além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos.

*<sup>(1)</sup> As informações referentes à capacidade instalada, citadas nos itens “i” e “iii”, e aos blocos exploratórios e campos, citados no item “ii”, não são auditadas pelos auditores independentes das demonstrações financeiras.*

## Demonstração do Resultado em 2022

	Geração a gás natural			Subtotal consolidado	Térmicas a carvão		Subtotal consolidado	Comercialização de energia	Usinas solares	Holding e outros	Eliminações	Total do consolidado
	Térmicas a gás	Upstream	Eliminações		Térmicas a carvão	Eliminações						
Receita operacional líquida	3.294.335	719.415	(661.051)	3.352.699	891.074	-	891.074	2.158.228	195	-	(273.593)	6.128.603
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(2.223.738)	(380.085)	661.051	(1.942.772)	(605.059)	-	(605.059)	(1.941.831)	(35.210)	-	273.593	(4.251.279)
Despesas operacionais	(93.504)	(30.236)	60	(123.680)	(22.578)	-	(22.578)	(34.860)	(5.462)	(472.856)	(92.795)	(752.231)
Outros resultados operacionais	69.982	(155)	-	69.827	11.472	-	11.472	(1.740)	2.863	197.470	1.061	280.953
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	58.105	(58.105)	-	-	(1.607)	657.786	(653.380)	2.799
Despesas com exploração e poço seco	-	(124.811)	-	(124.811)	-	-	-	(79)	-	-	-	(124.890)
Receita financeira	257.444	144	-	257.588	36.566	-	36.566	8.916	3.682	392.771	(158.785)	540.738
Despesa financeira	(503.468)	(207)	-	(503.675)	(177.258)	-	(177.258)	(5.249)	(5.694)	(774.809)	158.785	(1.307.900)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(222.835)	-	-	(222.835)	(37.899)	-	(37.899)	(68.571)	12.767	175.519	-	(141.019)
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>	<b>578.216</b>	<b>184.065</b>	<b>60</b>	<b>762.341</b>	<b>154.423</b>	<b>(58.105)</b>	<b>96.318</b>	<b>114.814</b>	<b>(28.466)</b>	<b>175.881</b>	<b>(745.114)</b>	<b>375.774</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	578.216	184.065	60	762.341	154.423	(58.105)	96.318	114.814	(28.466)	175.881	(745.114)	375.774

## Demonstração do Resultado em 2021 (Reapresentado) \*

	Geração a gás natural			Subtotal consolidado	Térmicas a carvão		Subtotal consolidado	Comercialização de energia	Usinas solares*	Holding e outros	Eliminações	Total do consolidado
	Térmicas a gás	Upstream	Eliminações		Térmicas a carvão	Eliminações						
Receita operacional líquida	2.699.123	1.449.877	(1.378.076)	2.770.924	2.061.453	-	2.061.453	550.194	700	-	(258.830)	5.124.441
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(2.278.288)	(476.600)	1.378.076	(1.376.812)	(1.557.191)	-	(1.557.191)	(504.780)	(1.753)	-	258.830	(3.181.706)
Despesas operacionais	(42.840)	(354.131)	-	(396.971)	(24.879)	-	(24.879)	(10.301)	(787)	(5.600)	(13.692)	(452.230)
Outros resultados operacionais	20.678	14.896	-	35.574	159.243	-	159.243	-	(4)	(439)	221	194.595
Despesas com exploração e poço seco	-	(92.538)	-	(92.538)	-	-	-	-	-	-	-	(92.538)
Equivalência patrimonial	-	665.715	(218.058)	447.657	170.560	(170.560)	-	-	-	43.331	(491.711)	(723)
Receita financeira	44.410	217.711	-	262.121	53.167	-	53.167	1.199	5	2.967	(167.574)	151.885
Despesa financeira	(144.685)	(157.696)	-	(302.381)	(203.865)	-	(203.865)	(121)	(39)	(209)	168.210	(338.405)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(53.007)	(94.630)	-	(147.637)	(72.030)	-	(72.030)	(12.257)	(42)	(61)	-	(232.027)
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>245.391</b>	<b>1.172.604</b>	<b>(218.058)</b>	<b>1.199.937</b>	<b>586.458</b>	<b>(170.560)</b>	<b>415.898</b>	<b>23.934</b>	<b>(1.920)</b>	<b>39.989</b>	<b>(504.546)</b>	<b>1.173.292</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	245.391	1.172.604	(218.058)	1.199.937	586.458	(170.560)	415.898	23.934	(1.920)	39.989	(504.538)	1.173.300
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	(8)

\* Segmento adicionado e reapresentado após a incorporação dos ativos da Focus, conforme explicado na nota explicativa nº "5.1 – Segmentos adicionados após combinação de negócio"

## Receita bruta entre segmentos e clientes

	2022			2021 Reapresentado**		
	Receita bruta total do segmento (a)	Receita bruta intercompany*	Receita bruta clientes	Receita bruta total do segmento	Receita bruta intercompany*	Receita bruta clientes
Térmicas a gás	3.876.465	174.661	3.701.804	3.011.650	233.989	2.777.661
Upstream	862.845	803.991	58.854	1.690.990	1.675.001	15.989
Carvão	993.625	-	993.625	2.309.381	-	2.309.381
Comercializadora de energia	2.423.039	126.535	2.296.504	603.127	51.223	551.904
Usinas Solares**	216	-	216	787	-	787
<b>Total</b>	<b>8.156.190</b>	<b>1.105.187</b>	<b>7.051.003</b>	<b>7.615.935</b>	<b>1.960.213</b>	<b>5.655.722</b>

\* Receita eliminada para fins de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas.

### (a) Análise da receita bruta total do segmento - por categoria

	2022						Total	
	ACR		ACL	Arrendamento		Gás e condensado		
	Fixa disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável		
Térmicas a gás (a)	2.935.683	80.587	860.195	-	-	-	3.876.465	
Upstream	-	-	-	-	291.773	132.999	438.073	862.845
Carvão	971.317	778	21.530	-	-	-	993.625	
Comercializadora de energia (b)	-	-	2.290.879	132.160	-	-	2.423.039	
Usinas solares**	-	-	216	-	-	-	216	
<b>Total</b>	<b>3.907.000</b>	<b>81.365</b>	<b>3.172.820</b>	<b>132.160</b>	<b>291.773</b>	<b>132.999</b>	<b>438.073</b>	<b>8.156.190</b>

	2021 Reapresentado**						Total	
	ACR		ACL	Arrendamento		Gás e condensado		
	Fixa disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável		
Térmicas a gás	1.356.466	1.070.538	584.646	-	-	-	3.011.650	
Upstream	-	-	-	-	291.773	594.407	804.810	1.690.990
Carvão	884.089	1.364.640	60.652	-	-	-	2.309.381	
Comercializadora de energia	-	-	572.260	30.867	-	-	603.127	
Usinas solares	-	-	787	-	-	-	787	
<b>Total</b>	<b>2.240.555</b>	<b>2.435.178</b>	<b>1.218.345</b>	<b>30.867</b>	<b>291.773</b>	<b>594.407</b>	<b>804.810</b>	<b>7.615.935</b>

a. O incremento na receita em 31 de dezembro de 2022, em comparação com o mesmo período de 2021, é referente aos seguintes fatores: (i) atualização da receita fixa pelo IPCA, que ocorre sempre no 2º semestre de cada ano, e (ii) exportação de energia gerada pelo Complexo do Parnaíba para a Argentina.

b. O volume de energia comercializado nas operações de trading com empresas não vinculadas ao grupo aumentou em função da combinação de negócios com a Focus. Com isso, tivemos menos transações com partes relacionadas, e assim, menor receita eliminada.

\*\* Segmento adicionado e reapresentado após a incorporação dos ativos da Focus, conforme na nota explicativa nº "5.1 – Segmentos adicionados após combinação de negócio"



## 7. Receita de venda de bens e/ou serviços

### Prática contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminadas as vendas entre as empresas.

Para ambas as atividades de geração de energia e produção de gás natural, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto é transferido para o cliente.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício assim se apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receita bruta</b>				
Disponibilidade (ACR) (a)	-	-	3.907.000	2.240.555
Venda de energia (ACR) (b)	-	-	87.230	2.450.380
Venda de energia (ACL) (c)	-	-	2.865.759	917.931
Valor justo dos contratos de energia (d)	-	-	132.160	30.867
Venda de gás e condensado (e)	438.073	804.810	58.854	15.989
Arrendamento (e)	424.772	886.180	-	-
	<b>862.845</b>	<b>1.690.990</b>	<b>7.051.003</b>	<b>5.655.722</b>
<b>Deduções da receita</b>				
Impostos sobre vendas	(143.430)	(241.113)	(713.369)	(464.816)
P&D (f)	-	-	(44.768)	(47.625)
Ressarcimento (g)	-	-	(154.681)	(18.840)
Outras deduções	-	-	(9.582)	-
	<b>(143.430)</b>	<b>(241.113)</b>	<b>(922.400)</b>	<b>(531.281)</b>
<b>Total da receita líquida</b>	<b>719.415</b>	<b>1.449.877</b>	<b>6.128.603</b>	<b>5.124.441</b>

### Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), celebrados entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão, contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes.

Esse tipo de contrato tem como objetivo minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no mercado de curto prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela ANEEL.

Cabe destacar ainda que esses contratos possuem mecanismo de reajuste anual para a parcela fixa para a recomposição da inflação acumulada no período. A parcela variável por sua vez possui como um de seus componentes a taxa de inflação, reduzindo substancialmente o descasamento entre as receitas e os custos de geração.

#### a. Disponibilidade ACR (receita fixa)

Essa modalidade de receita tem como objetivo remunerar o empreendimento de geração mantido à disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"). A variação deve-se à atualização contratual anual.

#### b. Venda de energia ACR (receita variável)

Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e por meio de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não é considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. A redução está diretamente relacionada ao fato de as usinas não terem despachado em 2022.

## Ambiente de Contratação Livre (ACL)

É o segmento de mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

### c. Venda de energia ACL

*Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado quanto no mercado livre.*

*As informações do resultado estão apresentadas por segmento na nota explicativa nº 6 – “Informações por segmento”.*

### d. Valor justo dos contratos de energia

*A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo. Os valores apresentados são referentes ao resultado da marcação a mercado (MtM) desses contratos de compra e venda para entrega futura. Esse valor justo é mensurado conforme nota explicativa nº 4.1 “Estimativas”.*

## Exploração e produção de gás

### e. Venda de gás, condensado e arrendamento

*A Eneva S.A. é responsável pela exploração e extração de gás natural e mantém contrato de fornecimento de gás e de arrendamento com o Complexo Parnaíba.*

*A venda de gás está atrelada diretamente ao despacho do Complexo Parnaíba (“Complexo”). O preço é estabelecido em contrato firmado entre as partes e o volume comercializado varia em função da necessidade de gás do Complexo. A receita pela venda de gás é reconhecida por medição periódica e é equivalente ao volume transferido para o cliente, mas ainda não é considerada nas medições anteriores ao fechamento do exercício.*

## Deduções da receita

### f. Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

*As empresas reguladas pela ANEEL têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.*

### g. Ressarcimento

*O ressarcimento ao mercado ocorre quando as usinas termelétricas contratadas no ambiente de contratação reguladas (ACR) não atendem ao despacho do Operador Nacional do Sistema (ONS).*



## 8. Custos e despesas por natureza

Custo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Custo</b>				
Custos regulatórios <b>(a)</b>	-	-	(418.152)	(151.359)
Depreciação e amortização	(115.512)	(179.427)	(695.882)	(547.491)
Despesas com aluguéis	(6.316)	(4.612)	(25.493)	(21.176)
Despesas com pessoal <b>(b)</b>	(56.730)	(39.632)	(240.944)	(181.380)
Energia elétrica para revenda <b>(c)</b>	-	-	(1.960.620)	(612.136)
Impostos e contribuições	(540)	(286)	(540)	(286)
Insumos de geração <b>(d)</b>	-	-	(287.857)	(1.253.969)
Material de consumo	(10.791)	(6.015)	(55.774)	(39.126)
Participações governamentais	(144.240)	(215.185)	(144.240)	(215.185)
Seguros operacionais	(5.347)	(4.270)	(30.385)	(28.891)
Serviços de terceiros <b>(e)</b>	(39.384)	(26.738)	(286.045)	(92.122)
Outras	(1.224)	(435)	(105.347)	(38.585)
	<b>(380.084)</b>	<b>(476.600)</b>	<b>(4.251.279)</b>	<b>(3.181.706)</b>
<b>Despesas administrativas e gerais</b>				
Depreciação e amortização	(35.445)	(33.446)	(142.640)	(61.346)
Despesas ambientais	(5.659)	(2.905)	(9.929)	(3.722)
Despesas com aluguéis	(4.144)	(2.837)	(5.438)	(3.473)
Despesas com exploração e poço seco	(125.334)	(92.537)	(125.413)	(92.537)
Despesas com pessoal <b>(b)</b>	(314.581)	(264.437)	(359.414)	(279.478)
Impostos e contribuições	(1.945)	(1.050)	(6.093)	(1.167)
Material de consumo	(4.199)	(1.121)	(5.656)	(1.777)
Serviços compartilhados - Cost Sharing	53.455	40.120	-	-
Serviços de terceiros <b>(f)</b>	(113.697)	(53.492)	(141.688)	(64.581)
Outras	(69.109)	(34.065)	(80.850)	(36.687)
	<b>(620.658)</b>	<b>(445.770)</b>	<b>(877.121)</b>	<b>(544.768)</b>
<b>Outras receitas e despesas</b>				
Provisão para perdas de investimento	(249)	-	(499)	-
Ganho em compra vantajosa na aquisição da Focus Energia	121.803	-	121.803	-
Perda na alienação de investimentos <b>(g)</b>	(24.746)	-	(21.828)	-
Perda na alienação de bens <b>(h)</b>	(27.252)	106	(30.905)	(201)
Ganho em compra vantajosa na aquisição da CGTF	215.945	-	215.945	-
Reversões de contingências	372	1.728	28.696	2.379
Crédito de PIS/COFINS <b>(i)</b>	-	22.265	56.554	38.156
Reversão do impairment de Itaquí	-	-	-	150.105
Serviços de terceiros	(76.385)	-	(76.421)	-
Outras receitas (despesas)	(10.787)	(9.181)	(12.392)	4.156
	<b>198.701</b>	<b>14.918</b>	<b>280.953</b>	<b>194.595</b>
	<b>(802.041)</b>	<b>(907.452)</b>	<b>(4.847.447)</b>	<b>(3.531.879)</b>

- a.** O aumento está relacionado aos encargos do uso dos sistemas de transmissão das aquisições da Focus, CGTF e Celse, além da atualização dos valores de contratos dos empreendimentos que já faziam parte do grupo.
- b.** O aumento nos gastos de pessoal está substancialmente, ligado ao incremento na quantidade de colaboradores decorrentes das aquisições da Focus e Celse.
- c.** O aumento se deve principalmente à entrada da Focus Energia, que aumentou, de forma significativa, o volume de comercialização de energia, e também à compra de energia para recomposição de lastro.
- d.** Redução nos custos com insumo decorrente do fato de as usinas não despacharem em 2022.
- e.** Aumento decorrente da entrada em operação comercial de Azulão-Jaguaririca, aquisição da Celse, serviços técnicos de exploração de gás e taxa de distrato do carvão nas subsidiárias Pecém II e Itaquí.
- f.** O aumento está relacionado à contratação de assessorias e consultorias jurídicas e financeiras e gerenciamento de projetos e às aquisições da CGTF e da Focus.
- g.** Refere-se principalmente à venda da participação da Focus Mais.
- h.** Refere-se principalmente ao impairment da venda das CGH's Focus.
- i.** Reconhecimento de créditos de PIS/COFINS decorrentes de: i) revisão da sistemática de apropriação de créditos dos últimos 5 anos das empresas operacionais, a fim de mapear créditos eventualmente não aproveitados no âmbito do regime não-cumulativo, tendo por base as definições constantes das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, bem como a ampliação do conceito de insumo definida pelo STJ em 2018 (baseada nos critérios de essencialidade e relevância); ii) Decisão do STF, em maio/21, bem como o trânsito em julgado obtido pela Eneva S.A. para excluir o ICMS da base de cálculo de PIS e Cofins relativo ao período entre janeiro/2020 a abril/2022.

## 9. Resultado financeiro



	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos da dívida	(5.798)	(4.969)	(128.285)	(4.969)
Multa e juros pagos ou incorridos	(3.462)	(2.026)	(6.217)	(2.488)
Amortização custo de transação de empréstimos	(7.348)	(2.771)	(12.651)	(7.969)
Comissão sobre fianças bancárias	(19.970)	(1.543)	(50.265)	(4.011)
Juros de provisão de abandono	(18.800)	(23.329)	(19.405)	(24.851)
Juros de passivos de arrendamento	(12.811)	(7.524)	(68.876)	(15.577)
Juros sobre mútuos	(986)	-	(2.029)	(413)
Juros de debêntures	(483.414)	(83.334)	(722.095)	(174.583)
Variação cambial e monetária	(20.817)	(17.381)	(72.142)	(76.034)
Derivativos	(54.126)	-	(54.126)	-
Perda no valor justo das debêntures	(48.598)	-	(48.598)	-
Juros de fornecedores	-	-	(2.551)	-
Outros	(49.656)	(14.819)	(120.660)	(27.510)
	<b>(725.786)</b>	<b>(157.696)</b>	<b>(1.307.900)</b>	<b>(338.405)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicação financeira	223.922	37.251	358.037	81.205
Multas e juros recebidos ou auferidos	31	58	10.811	41.961
Rendimentos de mútuos	99.516	56.508	144	651
Variação cambial e monetária	63.298	121.119	150.692	16.389
Outros	1.815	2.709	21.054	11.679
	<b>388.582</b>	<b>217.645</b>	<b>540.738</b>	<b>151.885</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(337.204)</b>	<b>59.949</b>	<b>(767.162)</b>	<b>(186.520)</b>

## 10. Tributos sobre o lucro e impostos diferidos



### Prática contábil

Os encargos de IRPJ e CSLL correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das investidas que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL correntes são apresentados líquidos no passivo, por entidade contribuinte, quando há montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes pagos antecipadamente excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

As despesas de IRPJ e CSLL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

### Estimativas e julgamentos

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 11 a 12 anos. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, levando em consideração as principais premissas de receitas estimadas, custos e despesas, crescimento econômico e CAPEX.

## Tributos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de Renda - IRPJ	70.662	50.743	230.368	77.658
Contribuição Social - CSLL	733	26.878	84.588	62.614
	<b>71.395</b>	<b>77.621</b>	<b>314.956</b>	<b>140.272</b>
Circulante	58.980	77.090	296.629	134.021
Não circulante	12.415	531	18.327	6.251

Os demais impostos a recuperar estão compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS (a)	28.756	25.385	36.055	29.308
COFINS (a)	133.927	118.364	178.247	134.692
ICMS (b)	985	-	52.134	-
Outros	2.154	3.138	13.709	10.580
	<b>165.822</b>	<b>146.887</b>	<b>280.145</b>	<b>174.580</b>
Circulante	7.420	13.575	97.671	30.629
Não circulante	158.402	133.312	182.474	143.951

- a. Os saldos da Controladora referem-se a créditos de PIS/COFINS sobre gastos com ativo imobilizado do segmento de E&P, cuja compensação ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação/amortização. No Consolidado, estão incluídos os créditos de PIS/COFINS sobre insumos e aquisições de ativo imobilizado das UTEs.
- b. O ICMS a recuperar está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações: i) R\$ 14.739 referem-se a valores que foram pagos indevidamente a maior pela CGTF, tendo sido deferido em maio de 2022 a compensação em 18 meses pela Secretaria de Fazenda do Ceará; ii) R\$ 35.573 é preponderantemente decorrente das operações de exportação do GNL realizado pela Celse. iii) O saldo remanescente de R\$ 1.822 é da holding e das demais subsidiárias de valores que foram recolhidos a maior e que aguardam apreciação da restituição das respectivas Secretarias de Fazenda dos Estados.

## Impostos diferidos

### Composição dos tributos diferidos:

	2022	2021
Prejuízo Fiscal/Base negativa de CSLL	1.194.743	832.901
Diferenças temporárias (a)	(1.985.787)	(126.676)
<b>Saldo líquido</b>	<b>(791.044)</b>	<b>706.225</b>

- a. A variação das diferenças temporárias foi gerada substancialmente pela constituição de passivo fiscal diferido nos montantes de R\$ 1.552.334 sobre a mais valia na aquisição da Celse, R\$ 73.421 sobre a compra vantajosa na aquisição da CGTF, R\$ 65.681 sobre a mais valia apurada na aquisição e R\$ 41.413 sobre a compra vantajosa do Grupo Focus, conforme descrito na Nota explicativa nº 5 – “Combinação de negócios”. Adicionalmente, a partir de abril de 2022, foi incorporado o saldo do passivo fiscal diferido sobre o valor justo dos contratos de comercialização de energia da subsidiária Focus Energia que não eram consolidados no grupo Eneva, ocasionando um aumento na composição das diferenças temporárias.

## Movimentos dos tributos diferidos por empresa e natureza

Consolidado

2022

	Saldo líquido em 2021	Prejuízo fiscal/ base negativa	Diferenças temporárias ativo/passivo	Saldo líquido em 2022
Eneva	480.797	191.457	(1.645.184)	(972.930)
Itaqui	178.398	2.029	(22.721)	157.706
Parnaíba Geração e Comercialização	(48.190)	(3.347)	(73.844)	(125.381)
Parnaíba II	6.160	(17.238)	(8.467)	(19.545)
Comercializadora de Energia	32.663	11.033	29.534	73.230
Eneva Participações	36	-	-	36
Pecém II Geração	59.568	(4.390)	(10.144)	45.034
Azulão	10.011	3.772	(7.295)	6.488
Focus Energia	-	-	(162.080)	(162.080)
FC One	-	8.482	(15.818)	(7.336)
Central Geradora Termelétrica S.A.	-	-	160	160
Centrais Elétricas do Sergipe S.A.	-	155.286	57.903	213.189
SPEs Futuras	-	14.758	-	14.758
Outras	(13.218)	-	(1.155)	(14.373)
	<b>706.225</b>	<b>361.842</b>	<b>(1.859.111)</b>	<b>(791.044)</b>
<b>Ativo diferido líquido</b>	767.633			510.601
<b>Passivo diferido líquido</b>	(61.408)			(1.301.645)
<b>Resultado diferido líquido</b>	<b>706.225</b>			<b>(791.044)</b>

Consolidado

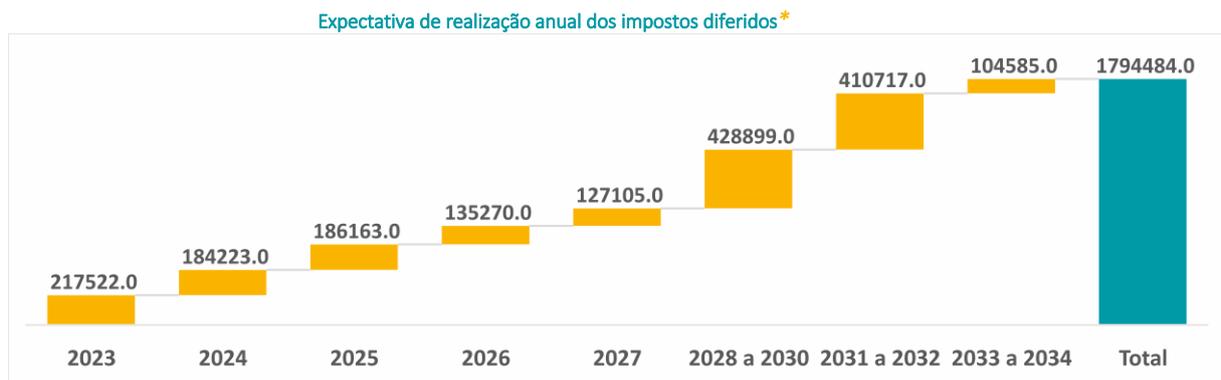
2021

	Saldo líquido em 2020	Prejuízo Fiscal/ base negativa	Ativos avaliados a valor justo	Diferenças temporárias ativo/passivo	Saldo líquido em 2021
Eneva	503.142	476.444	79.082	(74.729)	480.797
Itaqui	208.476	181.419	-	(3.021)	178.398
Parnaíba Geração e Comercialização	(19.521)	4.070	-	(52.260)	(48.190)
Parnaíba II	24.092	52.609	-	(46.449)	6.160
Comercializadora de Energia	43.599	41.181	-	(8.518)	32.663
Eneva Participações	36	-	-	36	36
Pecém II Geração	85.714	77.178	-	(17.610)	59.568
Azulão	-	-	-	10.011	10.011
Outras	(13.171)	-	-	(13.218)	(13.218)
	<b>832.367</b>	<b>832.901</b>	<b>79.082</b>	<b>(205.758)</b>	<b>706.225</b>
<b>Ativo diferido líquido</b>	865.059				767.633
<b>Passivo diferido líquido</b>	(32.692)				(61.408)
<b>Resultado diferido líquido</b>	<b>832.367</b>				<b>706.225</b>

## Composição dos tributos diferidos por natureza (ativos e passivos):

	2022	2021
<b>Prejuízo fiscal/ Base negativa</b>	<b>1.194.743</b>	<b>832.901</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Provisões ativas	255.163	82.439
Gastos pré-operacionais – inclusive RTT	47.038	57.150
IFRS 16 ativo	297.540	54.988
IFRS 16 passivo	(234.220)	(50.045)
Depreciação acelerada	(276.967)	(191.276)
Ganho por compra vantajosa	(190.215)	(90.951)
Mais/menos valia de ativos	(1.558.734)	54.237
Ajuste a valor justo	(30.493)	(30.493)
Provisões passivas	(294.899)	(12.725)
<b>Total das diferenças temporárias</b>	<b>(1.985.787)</b>	<b>(126.676)</b>
<b>Ativo diferido</b>	<b>1.794.484 (a)</b>	<b>977.433</b>
<b>Passivo diferido</b>	<b>(2.585.528)</b>	<b>(271.208)</b>
<b>Diferido líquido</b>	<b>(791.044)</b>	<b>706.225</b>

## (a) Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:



\* A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 11 a 12 anos.

## Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

Em 31 de dezembro de 2022, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o Imposto de Renda (IRPJ) (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a Contribuição Social (CSLL) (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de IRPJ e CSLL é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	206.069	1.267.931	516.793	1.405.319
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	<b>(70.063)</b>	<b>(431.097)</b>	<b>(175.710)</b>	<b>(477.808)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	244.781	230.998	(952)	(246)
Subvenção para investimento – ICMS <b>(a)</b>	54.349	83.432	54.349	83.432
Outras diferenças permanentes <b>(b)</b>	(40.149)	(11.151)	(53.968)	(15.186)
Ativo fiscal não constituído <b>(c)</b>	4.833	6.118	(4.541)	9.990
Reversão de impairment	-	-	-	51.036
Mais/menos valia de CGTF	(24.046)	-	(24.046)	-
Redução benefício SUDENE e PAT <b>(d)</b>	-	27.069	63.532	116.755
Lucro presumido	-	-	317	-
IRPJ e CSLL correntes e diferidos <b>(e)</b>	<b>169.705</b>	<b>(94.631)</b>	<b>(141.019)</b>	<b>(232.027)</b>
Despesa de IRPJ e CSLL correntes	-	(72.286)	(89.747)	(105.886)
IRPJ e CSLL diferidos	169.705	(22.345)	(51.272)	(126.141)
<b>Total</b>	<b>169.705</b>	<b>(94.631)</b>	<b>(141.019)</b>	<b>(232.027)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-82,35%</b>	<b>7,46%</b>	<b>27,29%</b>	<b>16,51%</b>

- a. Subvenção para investimento referente ao incentivo fiscal no estado do Maranhão, concedido pela Lei nº 9.463/2011, que consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a esse combustível.
- b. Referem-se às adições/exclusões permanentes da apuração de IRPJ/CSLL, tais como exercício de Stock options e respectivos encargos, incentivo à inovação tecnológica, doações e patrocínios.
- c. Refere-se à parcela de impostos diferidos de controladas que não foram registrados devido à incerteza quanto à sua recuperação.
- d. O valor mais relevante se refere ao benefício fiscal regional concedido pela Sudene, que resulta em redução de até 75% do IRPJ, no período de 10 anos.
- e. A variação da despesa diferida no exercício foi gerada substancialmente, pela constituição de crédito tributário diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa da controladora, devido à redução de despacho das térmicas em 2022.



## 11. Caixa e equivalentes de caixa

### Prática contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem aos critérios descritos acima, são classificados como Títulos e valores mobiliários.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	12.584	6.149	248.092	15.446
Fundos de investimentos	(a) 8.115	7.437	515.895	187.280
CDBs	(b) 25.919	588.556	527.308	789.564
	<b>46.618</b>	<b>602.142</b>	<b>1.291.295</b>	<b>992.290</b>

- a. Trata-se do fundo exclusivo de investimentos em Cotas de FI Renda Fixa Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.
- b. Representam valores investidos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 103,65%.



## 12. Títulos e valores mobiliários

### Prática contábil

Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes, conforme nota explicativa 11. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Companhia apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fundo de investimento	(a) 11.565	13.161	731.310	331.447
Debênture privada	(b) -	354.000	-	354.000
	<b>11.565</b>	<b>367.161</b>	<b>731.310</b>	<b>685.447</b>

- a. Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2023 e 2030, com liquidez diária, e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Banco Itaú, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido do fundo) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.
- b. Refere-se a debêntures privadas emitidas pela Focus Energia Holding Participações S.A., com vencimento em dezembro de 2022, e estão sujeitas a remuneração de acordo com a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, acrescido de uma sobretaxa correspondente a 8% ao ano, pro rata temporis por dias úteis até a data do efetivo pagamento, sujeito a prazo de carência de 6 meses. A debênture privada faz parte da operação de combinação de negócios, conforme nota explicativa nº 5 e foi liquidada na aquisição.



## 13. Contas a receber

### Prática contábil

Correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR):</b>		
Azulão Geração de Energia S.A.	56.851	194
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	91.253	124.199
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	79.431	175.911
Pecém II Geração de Energia S.A.	56.790	155.985
Itaqui Geração de Energia S.A.	65.673	148.944
Centrais Elétricas de Sergipe S.A.	272.627	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	187.272	-
	<b>809.897</b>	<b>605.233</b>
<b>Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre (ACL):</b>		
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	27.147	7.524
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	77.176	49.760
Pecém II Geração de Energia S.A.	3.511	6.060
Parnaíba Geração e Comercialização S.A.	143.327	58.741
Itaqui Geração de Energia S.A.	4	153
Tauá Geração de Energia Ltda.	297	9
Focus Energia Ltda	177.408	-
Focus Inteligência em Energia Ltda	759	-
FC One Energia Ltda	17.678	-
	<b>447.307</b>	<b>122.247</b>
<b>Contratos de comercialização de gás condensado</b>		
Eneva S.A.	12.933	1.718
	<b>12.933</b>	<b>1.718</b>
<b>Perda de crédito esperada</b>		
Provisão para perda de crédito esperada	-	(10.363)
	<b>1.270.137</b>	<b>718.835</b>

### Avaliação do risco de crédito

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

Adicionalmente, para os contratos comercializados bilateralmente, é realizada uma análise de risco frente às contrapartes antes da operação, por meio de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE. Também é realizado um acompanhamento da empresa em relação aos pagamentos, para que, em caso de atraso, a energia negociada não seja registrada e a contraparte fique com um déficit de energia, sujeita ao preço de energia atual no mercado (PLD) e à multa na Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE).

O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Além disso, a Companhia realiza uma análise individual por cliente afim de avaliar se há algum cliente com risco de crédito, histórico e condições de venda. Após a análise, não foi identificado nenhum risco de perda de crédito esperada.

O detalhamento por tipo de recebível está descrito na nota explicativa nº 7 – “Receita de venda de bens e/ou serviços”.

## 14. Estoques



### Prática contábil

Os estoques da Companhia são essencialmente compostos por materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia e exploração de gás. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, o menor dos dois. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. Os estoques de insumos (principalmente carvão) são avaliados com base na média ponderada móvel.

Para o exercício de 2022, devido ao baixo despacho das plantas a carvão, o giro do estoque dessa commodity foi menor do que o apresentado em anos anteriores. Avaliamos se existia indicativo de *impairment* para esse item e concluímos que o valor de custo registrado é menor que seu valor de realização (seja através da geração de energia, seja pela comercialização).

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Materiais, suprimentos e outros	38.221	27.284	90.048	57.901
Carvão	-	-	431.937	372.471
Peças eletrônicas e mecânicas	11.493	18.399	107.720	78.178
Lubrificantes e químicos	4.833	4.418	16.363	11.483
Gás Natura Liquefeito ("GNL")	-	-	26.997	-
	<b>54.547</b>	<b>50.101</b>	<b>673.065</b>	<b>520.033</b>

## 15. Arrendamentos



### Prática contábil

Inicialmente, o ativo de direito de uso é mensurado ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento feito no momento ou antes da data de início. Subsequentemente, o ativo é depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da sua vida útil. A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e/ou para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual.

Inicialmente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos, descontados utilizando a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

Os arrendamentos mercantis incluem, principalmente, as máquinas e equipamentos, o afretamento de uma unidade flutuante de armazenagem e regaseificação relacionados à atividade de exploração de gás natural e edificações. A movimentação dos contratos de arrendamento de direito de uso reconhecido no imobilizado e como arrendamento passivo está demonstrada a seguir:

## 15.1 Ativo de direito de uso

Consolidado  
2022

	Automóveis	Navio	Exploração de óleo & gás	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Serviços	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>5.840</b>	-	<b>24.664</b>	<b>44.922</b>	<b>88.944</b>	<b>60.684</b>	<b>225.054</b>
Adições por novos contratos	1.912	-	3.982	20.825	74.250	-	100.969
Adições - Combinações de negócios Celse	-	3.469.941	-	-	-	-	3.469.941
Ajustes por remensuração	1.269	243.086	2.454	5.777	7.879	(567)	259.898
Baixas	-	-	(1)	-	783	-	782
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>9.021</b>	<b>3.713.027</b>	<b>31.099</b>	<b>71.524</b>	<b>171.856</b>	<b>60.117</b>	<b>4.056.644</b>
<b>Depreciação</b>							
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(604)</b>	-	<b>(1.681)</b>	<b>(12.098)</b>	<b>(51.699)</b>	<b>(10.924)</b>	<b>(77.006)</b>
Adições	(2.982)	(148.645)	(1.326)	(8.767)	(42.512)	(12.562)	(216.794)
Adições - Combinações de negócios Celse	-	(241.562)	-	-	-	-	(241.562)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(3.586)</b>	<b>(390.207)</b>	<b>(3.007)</b>	<b>(20.865)</b>	<b>(94.211)</b>	<b>(23.486)</b>	<b>(535.362)</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>5.236</b>	-	<b>22.983</b>	<b>32.824</b>	<b>37.245</b>	<b>49.760</b>	<b>148.048</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>5.435</b>	<b>3.322.820</b>	<b>28.092</b>	<b>50.659</b>	<b>77.645</b>	<b>36.631</b>	<b>3.521.282</b>

## 15.2 Arrendamento passivo

Consolidado  
2022

	Automóveis	Navio	Exploração de óleo & gás	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Serviços	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>5.358</b>	-	<b>23.620</b>	<b>39.425</b>	<b>42.055</b>	<b>52.091</b>	<b>162.549</b>
Juros do período	591	184.470	3.505	6.961	6.123	4.719	206.369
Adições - combinação de negócios Celse	-	3.492.948	-	-	-	-	3.492.948
Adições por novos contratos	1.912	-	3.982	20.825	74.250	-	100.969
Ajustes por remensuração e variação cambial	1.270	36.380	2.383	4.864	6.203	419	51.519
Contraprestações pagas	(3.061)	(265.767)	(3.654)	(11.256)	(45.418)	(17.492)	(346.648)
Baixas	-	-	-	-	-	98	98
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>6.070</b>	<b>3.448.031</b>	<b>29.836</b>	<b>60.819</b>	<b>83.213</b>	<b>39.835</b>	<b>3.667.804</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>3.523</b>	<b>84.044</b>	<b>2.677</b>	<b>7.598</b>	<b>24.479</b>	<b>13.800</b>	<b>136.121</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>2.547</b>	<b>3.363.987</b>	<b>27.159</b>	<b>53.221</b>	<b>58.734</b>	<b>26.035</b>	<b>3.531.683</b>

## 15.3 Contratos por prazo e taxa de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, considerando os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread de crédito"). O spread foi obtido em duas etapas: primeiramente, por meio da diferença entre o custo médio das dívidas da Eneva e os títulos públicos brasileiros padrão, e a segunda etapa consistiu no cálculo de proxy de garantia, que é um spread negativo na taxa de desconto pelo fato de as dívidas da Eneva possuírem garantias. O cálculo de proxy foi feito pela diferença entre taxas de juros do mercado de energia americano de ativos com rating BBB contra ativos de rating BBB-. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Prazos contratos	Taxa % a.a.
> 1 ano	9,49
> 3 anos	11,03
> 5 anos	11,76
> 10 anos	12,35

## 15.4 Maturidade dos contratos

A análise do vencimento dos passivos de arrendamento da Companhia é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2023	135.023
2024	137.371
2025	124.703
2026	123.040
2027	120.426
2028	116.134
2029	121.387
2030	125.273
2031	131.992
2032	138.270
2033 até o último vencimento	2.394.185
<b>Saldo dos passivos de arrendamento em 2022</b>	<b>3.667.804</b>

## 15.5 PIS/COFINS

Atualmente, a companhia possui 15 contratos de arrendamento de imóveis, automóveis, serviços, exploração de óleo & gás e de máquinas e equipamentos, que são geradores de crédito de PIS/COFINS, com base na legislação tributária vigente. O quadro a seguir é um indicativo dos créditos a serem recuperados:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	156.156	113.212
PIS/Cofins potencial (9,25%)	14.444	10.472

## 16. Investimentos



### Prática contábil

#### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) das quais a Companhia detém o controle. A consolidação contábil é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de exercer o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos, inclusive os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios, são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. As transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

#### (b) Transações com participações de acionistas não controladores

Os investimentos detidos por outros investidores nas controladas da Eneva são classificados como “participações de acionistas não controladores”.

Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

**(c) Empreendimentos controlados em conjunto**

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Esses investimentos são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, os passivos, as receitas e as despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações patrimoniais é reconhecida no patrimônio da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenham incorrido obrigações ou pagamentos em nome da controlada em conjunto.

As políticas contábeis das *joint ventures* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

**16.1 Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Participações societárias*	17.789.643	6.433.877	9.387	9.532
Adiantamento para futuro aumento de capital	585.170	61.852	-	-
	<b>18.374.813</b>	<b>6.495.729</b>	<b>9.387</b>	<b>9.532</b>

\* No ano de 2022, a Companhia realizou aquisições que impactaram as participações societárias, conforme notas explicativas 16.2 “mutação do investimento – valor patrimonial” e 5 “combinações de negócios”.

As participações societárias da Companhia incluem as controladas (diretas e indiretas), controladas em conjunto e as coligadas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos dos principais grupos de contas das investidas são os seguintes:

								<b>2022</b>
	<b>Participação societária</b>	<b>Ativo circulante</b>	<b>Ativo não circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado</b>	
<b>Controladas (diretas e indiretas)</b>								
<b>Térmicas a Gás</b>								
Azulão Geração de Energia S.A.	99,90%	95.569	2.377.602	198.956	1.079.593	1.194.622	5.477	
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	100,00%	616.335	2.688.680	519.912	1.520.555	1.264.548	179.297	
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	403.544	1.930.640	575.164	702.349	1.056.671	163.112	
Parnaíba VII Geração de Energia S.A.	99,90%	-	55.098	-	-	55.098	-	
Centrais Elétricas de Sergipe Participações	79,00%	200	2.138.924	1.015	-	2.138.109	60.136	
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	100,00%	531.464	607.252	351.593	18.442	768.681	132.752	
<b>Upstream</b>								
Parnaíba B.V.	100,00%	1.093	-	980	-	113	(1.222)	
<b>Térmicas a Carvão</b>								
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	410.975	2.201.804	372.505	536.111	1.704.163	38.180	
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	513.536	1.614.145	294.944	715.105	1.117.632	58.105	
Pecém II Participações S.A.	100,00%	1.831	1.117.632	23.940	3.472	1.092.051	58.138	
<b>Comercialização de Energia</b>								
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	480.976	455.161	606.500	319.628	10.009	(78.884)	
FC One Energia Ltda	100,00%	79.850	363.191	162.977	18.823	261.241	193.696	
<b>Solar</b>								
Focus Futura Holding Participações S.A.	100,00%	48.793	2.408.673	18.558	13.252	2.425.656	(26.225)	
Focus Futura Geração 1 S.A.	10,00%	2.750	1.437.849	9.026	29.580	1.401.993	(12.092)	
<b>Outros</b>								
Amapari Energia S.A.	100,00%	69.225	957	4.117	73.731	(7.666)	(2.253)	
Eneva Norte S.A.	100,00%	1	-	-	-	1	(60)	
Eneva Participações S.A.	100,00%	4.996	106.181	4.989	34.065	72.123	(82.420)	
DC Energia e Participações	21,00%	711	451.109	-	-	451.820	12.629	
Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A.	75,00%	281	8.432	283	5	8.425	-	
Jandaíra Ventos S.A.	99,90%	16	-	-	-	16	(219)	
Jandaíra II Ventos S.A.	99,90%	16	-	1	-	15	(85)	
SPEs Ventos	100,00%	143	892	15	195	825	(458)	
Seival Geração de Energia Ltda.	100,00%	3.320	-	48	23.837	(20.565)	229	
Sul Geração de Energia Ltda.	50,00%	14	13.091	-	1.014	12.091	(14)	
Termopantanal Ltda.	66,67%	10	7.464	1	9.731	(2.258)	-	
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	9	400	1	2.726	(2.318)	-	
Tauá Geração de Energia Ltda.	100,00%	391	17.246	510	2.706	14.421	(1.000)	
SPE Futura 2 Geração e Comercialização de Energia	10,00%	11.913	519.622	77.420	750	453.365	(3.342)	
Sparta 300 Participações	100,00%	30	-	9	-	21	(1.236)	
Nossa Senhora de Fátima	100,00%	-	16.817	7	4.181	12.629	(535)	
<b>Controladas em conjunto</b>								
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	1.682	2.378	1.722	2.415	(77)	(858)	
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	8.017	1.790	2.045	391	7.371	294	
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	13.519	2.211	4.691	149	10.890	883	

							<b>2021</b>
	<b>Participação societária</b>	<b>Ativo circulante</b>	<b>Ativo não circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado</b>
<b>Controladas (diretas e indiretas)</b>							
<b>Térmicas a gás</b>							
Azulão Geração de Energia S.A.	99,90%	3.321	2.101.275	156.015	982.165	966.416	(16.846)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	100,00%	457.244	2.474.845	365.280	1.413.618	1.153.191	179.412
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	394.333	1.690.006	315.643	688.485	1.080.211	82.828
Nossa Senhora de Fátima	100,00%	3	16.816	-	4.483	12.336	2
<b>Upstream</b>							
Parnaíba B.V.	100,00%	1.893	-	471	-	1.422	(834)
<b>Térmicas a carvão</b>							
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	512.196	2.323.113	376.947	693.536	1.764.826	245.276
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	564.787	1.669.395	190.012	855.949	1.188.221	170.560
Pecém II Participações S.A.	100,00%	1.796	1.188.221	20	3.401	1.186.596	170.622
<b>Comercialização de energia</b>							
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	106.146	36.758	40.697	16.056	86.151	23.934
<b>Outros</b>							
Amapari Energia S.A.	51,00%	61.774	1.207	2.447	65.947	(5.413)	(16)
Eneva Norte S.A.	100,00%	1	-	-	-	1	-
Eneva Participações S.A.	100,00%	5.002	197.981	4.958	34.050	163.975	40.632
Jandaíra Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(86)
Jandaíra II Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(65)
SPes Ventos	100,00%	2	1.873	25	418	1.432	(15)
Seival Geração de Energia Ltda.	100,00%	3.010	-	11	23.793	(20.794)	55
Sul Geração de Energia Ltda.	100,00%	13	13.105	-	1.013	12.105	(15)
Termopantanal Ltda.	50,00%	10	7.464	1	9.731	(2.258)	-
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	10	400	1	2.726	(2.317)	-
Tauá Geração de Energia Ltda.	66,67%	605	17.137	542	2.606	14.594	(1.786)
Sparta 300 Participações	100,00%	-	-	-	-	-	-
<b>Controladas em conjunto</b>							
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	1.933	4.238	3.038	2.351	782	(1.491)
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	6.399	2.900	1.486	300	7.513	514
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	12.379	3.161	4.029	742	10.769	797

**Mutação do Investimento - valor patrimonial**

<b>Investimentos</b>	<b>Saldo em 2021</b>	<b>Transferência de participação/Passivo a descoberto</b>	<b>Integralização/Redução de capital</b>	<b>AFAC</b>	<b>Equivalência</b>	<b>Amortização</b>	<b>Juros</b>	<b>Hedge accounting</b>	<b>Dividendos*</b>	<b>Baixa de investimento</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Aquisição de investimento</b>	<b>Saldo em 2022</b>
Azulão Geração de Energia S.A.	965.450	-	234.549	(12.042)	5.472	-	-	-	-	-	-	-	1.193.429
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	1.308.416	-	-	-	179.293	-	53.763	28	(150.346)	-	-	-	1.391.154
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	996.817	-	-	-	163.112	-	-	(2.627)	(62.770)	-	-	-	1.094.532
Parnaíba VII Geração de Energia S.A.	-	-	-	55.044	-	-	-	-	-	-	-	-	55.044
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	-	-	-	-	132.752	-	-	-	(280.693)	-	-	916.623	768.682
Parnaíba B.V.	3.539	-	-	-	(1.222)	-	-	-	-	-	(99)	-	2.218
Itaqui Geração de Energia S.A.	1.764.826	-	-	-	38.179	-	-	-	(98.841)	-	-	-	1.704.164
Pecém II Participações S.A.	1.186.596	-	-	-	58.138	-	-	-	(152.683)	-	-	-	1.092.051
FC One Energia LTDA	-	22.060	-	17.960	195.237	-	-	-	(41.132)	-	-	161.042	355.167
Focus Futura Holding Participações S.A.	-	-	-	1.032.857	(26.098)	-	54.322	46.086	(2.024)	(6)	-	1.419.323	2.524.460
Focus Futura Geração 1 S.A.	-	-	-	86	(12)	-	-	-	-	(50.195)	-	816	(49.305)
Tauá Geração de Energia	-	14.604	-	568	(752)	-	-	-	-	-	-	-	14.420
Eneva Participações S.A.	228.362	(14.604)	1.674	4.544	(82.420)	-	-	(1.047)	-	-	-	-	136.509
Centrais Elétricas de Sergipe Participações	-	-	-	-	47.507	-	-	-	-	-	-	1.641.599	1.689.106
DC Energia e Participações	-	-	-	-	12.628	-	-	-	-	-	-	436.374	449.002
Cebarra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.318	6.318
Nossa Senhora de Fátima	12.336	-	576	380	(535)	-	-	-	-	-	-	-	12.757
Outros	6.148	903	1.406	358	(1.790)	-	-	-	-	-	-	-	7.025
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	5.384	-	-	-	442	-	-	-	(475)	-	-	-	5.351
Pecém Oper. e Manutenção de Ger. Elétrica S.A.	3.757	-	-	-	147	-	-	-	(273)	-	-	-	3.631
MABE Construção e Administração de Projeto	391	-	-	-	(429)	-	-	-	-	-	-	-	(38)
	<b>6.482.022</b>	<b>22.963</b>	<b>238.205</b>	<b>1.099.755</b>	<b>719.649</b>	<b>-</b>	<b>108.085</b>	<b>42.440</b>	<b>(789.237)</b>	<b>(50.201)</b>	<b>(99)</b>	<b>4.582.095</b>	<b>12.455.677</b>
<b>Mais valia e menos valia de ativos</b>													
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	9.549	-	-	-	-	(464)	-	-	-	-	-	-	9.085
Pecém II Participações S.A.	(159.520)	-	-	-	-	(6.456)	-	-	-	-	-	-	(165.976)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	-	-	-	-	-	(70.725)	-	-	-	-	-	(150.122)	(220.847)
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.118.163	6.118.163
	<b>(149.971)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(77.645)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.968.041</b>	<b>5.740.425</b>
<b>Valor justo</b>													
Amapari Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.804	-	21.804
Nossa Senhora de Fátima	8.027	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.027
	<b>8.027</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.804</b>	<b>-</b>	<b>29.831</b>
<b>Direito de uso</b>													
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	29.406	-	-	-	(4.454)	-	-	-	-	-	-	-	24.952
Itaqui Geração de Energia S.A.	11.083	-	-	-	(511)	-	-	-	-	-	-	-	10.572
Eneva Participações S.A.	115.162	-	-	-	(1.806)	-	-	-	-	-	-	-	113.356
	<b>155.651</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.771)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>148.880</b>
<b>Total investimentos</b>	<b>6.495.729</b>	<b>22.963</b>	<b>238.205</b>	<b>1.099.755</b>	<b>719.649</b>	<b>(84.416)</b>	<b>108.085</b>	<b>42.440</b>	<b>(789.237)</b>	<b>(50.201)</b>	<b>21.705</b>	<b>10.550.136</b>	<b>18.374.813</b>

\*Do montante de R\$ 789.237 foram pagos em 2022 R\$ 555.141 de dividendos.

## 16.2 Composição do resultado de equivalência patrimonial

	Controladora	
	2022	2021
Resultado de equivalência patrimonial sobre os investimentos	719.690	679.409
Resultado de equivalência patrimonial sobre os passivos a descoberto	(998)	(159)
Amortização de ativos avaliados a valor justo	(92.793)	(13.693)
	<b>625.899</b>	<b>665.557</b>

## 16.3 Composição da participação de acionistas não controladores

A seguir, a composição da participação de acionistas não controladores no patrimônio e no resultado das investidas:

Investimentos	Participação	2022		2021	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Amapari Energia S.A.	49,00%	-	-	(2.658)	(8)
Termopantanal Participações	33,34%	(773)	-	(773)	-
SPE Futura 2	90,00%	58.493	-	-	-
<b>Total</b>		<b>57.720</b>	<b>-</b>	<b>(3.431)</b>	<b>(8)</b>

## 17. Imobilizado

SUMÁRIO 

### Prática contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- (i) O custo de materiais e mão de obra direta;
- (ii) Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- (iii) Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados; e
- (iv) Custos de empréstimos e debêntures, que são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos foram diretamente relacionados à construção de um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

### Estimativas e julgamentos

Para os ativos de E&P, as reservas de gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço e dados de pressão, dentre outros. Os volumes de reservas são utilizados para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização no método de unidades produzidas. A determinação da estimativa do volume de reservas requer julgamento significativo e está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção e à geologia dos reservatórios, bem como às alterações em preços e custos utilizados. As revisões também podem resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou na capacidade de produção.

### Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### Depreciação

#### Depreciação do imobilizado de geração

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos a partir do seu início de operação, conforme apresentado a seguir:

Itens de imobilizado	Faixa de depreciação
Edificações e benfeitorias	25 a 50 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 40 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Veículos	7 anos
Direitos de uso	1 a 28 anos

#### Depreciação do imobilizado na fase de exploração e produção – (E&P)

O imobilizado de E&P é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Anualmente, o volume de reservas 2P de cada campo é certificado por consultoria independente, e com base nessas informações, a Companhia mantém seus registros de depreciação por unidades produzidas.

## 17.1 Composição dos saldos

	Consolidado 2022											
	Terrenos	Edificações, obras civis benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado E&P	Menos valia	Provisão para perda Impairment	Imobilizado em curso	Direito de uso	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	7 anos	16 anos	Por produção	-	-	-	1 a 28 anos	
<b>Custo</b>												
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>15.245</b>	<b>3.225.269</b>	<b>4.592.033</b>	<b>21.211</b>	<b>2.450</b>	<b>41.876</b>	<b>2.722.097</b>	-	<b>(60.466)</b>	<b>5.899.012</b>	<b>225.055</b>	<b>16.683.782</b>
Adições (a)	72	57.867	90.868	76	644	51	141.957	-	-	1.929.646	-	2.221.181
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56.262	56.262
Adições Focus Energia – Combinação de negócios (b)	5.726	11.586	22.007	-	1.429	-	-	-	-	2.266.902	-	2.307.650
Adições CGTF – Combinação de negócios (b)	1.055	9.277	1.031.837	-	1.507	11.433	-	(461.890)	-	121.279	(848)	713.650
Adições Celse – Combinação de negócios (b)	15.975	576.239	4.222.903	170	(1.286)	(7.196)	-	-	-	295.605	3.360.580	8.462.990
Reclassificação Impairment Seival Geração	-	-	(60.466)	-	-	-	-	-	60.466	-	-	-
Baixas	(6.104)	(6.894)	(11.300)	-	(1.976)	(30)	-	-	-	(77.827)	(1.761)	(105.892)
MTM	-	-	(402)	-	-	-	-	-	-	-	-	(402)
Poço Seco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.751)	-	(27.751)
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	383.902	-	383.902
Provisão de abandono	-	-	(848)	-	-	-	-	-	-	-	-	(848)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.653)	-	(4.653)
Transferências	-	730.197	1.687.493	1.838	94.958	3.140	90.554	-	-	(2.608.180)	-	-
Custos com empréstimos qualificados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	719.775	-	719.775
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>31.969</b>	<b>4.603.541</b>	<b>11.574.125</b>	<b>23.295</b>	<b>97.726</b>	<b>49.274</b>	<b>2.954.608</b>	<b>(461.890)</b>	-	<b>8.897.710</b>	<b>3.639.288</b>	<b>31.409.646</b>
<b>Depreciação (c)</b>												
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	-	<b>(881.641)</b>	<b>(1.539.084)</b>	<b>(12.996)</b>	<b>(2.907)</b>	<b>(18.825)</b>	<b>(1.423.881)</b>	-	<b>(218)</b>	-	<b>(77.007)</b>	<b>(3.956.559)</b>
Adições	-	(157.277)	(338.193)	(2.289)	(12.757)	(2.263)	(88.411)	-	-	-	-	(601.190)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.999)	(40.999)
Reclassificação Impairment Seival Geração	-	-	(218)	-	-	-	-	-	218	-	-	-
Baixas	1.623	2.578	7.108	-	414	-	-	-	-	-	-	11.723
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>1.623</b>	<b>(1.036.340)</b>	<b>(1.870.387)</b>	<b>(15.285)</b>	<b>(15.250)</b>	<b>(21.088)</b>	<b>(1.512.292)</b>	-	-	-	<b>(118.006)</b>	<b>(4.587.025)</b>
<b>Valor Contábil</b>												
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>15.245</b>	<b>2.343.628</b>	<b>3.052.949</b>	<b>8.215</b>	<b>(457)</b>	<b>23.051</b>	<b>1.298.216</b>	-	<b>(60.684)</b>	<b>5.899.012</b>	<b>148.048</b>	<b>12.727.223</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>33.592</b>	<b>3.567.201</b>	<b>9.703.738</b>	<b>8.010</b>	<b>82.476</b>	<b>28.186</b>	<b>1.442.316</b>	<b>(461.890)</b>	-	<b>8.897.710</b>	<b>3.521.282</b>	<b>26.822.621</b>

- a. A movimentação está representada, substancialmente, pelos equipamentos adquiridos para: (i) medições finais das obras do projeto Azulão- Jaguaritica e Parnaíba V, (ii) aquisição de equipamentos e finalização das obras do projeto solar Futura I.
- b. A movimentação está relacionada aos imobilizados adquiridos nas combinações de negócios realizadas em 2022, reconhecidas a valor justo.
- c. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componenete, a partir do início de sua operação, exceto para o imobilizado de E&P, que é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

## Consolidado 2021

	Terrenos	Edificações, obras civis benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda Impairment	Imobilizado em curso	Direito de uso	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	7 anos	16 anos	Por produção	-	-	1 a 28 anos	
<b>Custo</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	3.218.608	4.518.861	18.839	2.450	40.685	2.559.243	(237.030)	4.046.809	155.692	14.339.402
Adições	-	6.661	64.801	2.850	-	1.191	6.762	-	1.292.521	-	1.374.786
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135.338	135.338
Baixas	-	-	(3)	(478)	-	-	-	176.564	(47.268)	(65.975)	62.840
Poço seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(56.289)	-	(56.289)
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	202.374	-	202.374
Provisão de abandono	-	-	(1.588)	-	-	-	-	-	-	-	(1.588)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.314)	-	(40.314)
Transferências	-	-	9.962	-	-	-	156.092	-	(166.054)	-	-
Custos com empréstimos qualificados	-	-	-	-	-	-	-	-	667.233	-	667.233
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>15.245</b>	<b>3.225.269</b>	<b>4.592.033</b>	<b>21.211</b>	<b>2.450</b>	<b>41.876</b>	<b>2.722.097</b>	<b>(60.466)</b>	<b>5.899.012</b>	<b>225.055</b>	<b>16.683.782</b>
<b>Depreciação</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(768.657)	(1.293.028)	(11.192)	(2.630)	(16.803)	(1.257.165)	26.240	-	(69.492)	(3.392.727)
Adições	-	(112.984)	(246.056)	(1.804)	(277)	(2.022)	(166.716)	-	-	-	(529.859)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.802)	(52.802)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(26.458)	-	45.287	18.829
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>(881.641)</b>	<b>(1.539.084)</b>	<b>(12.996)</b>	<b>(2.907)</b>	<b>(18.825)</b>	<b>(1.423.881)</b>	<b>(218)</b>	<b>-</b>	<b>(77.007)</b>	<b>(3.956.559)</b>
<b>Valor contábil</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	2.449.951	3.225.833	7.647	(180)	23.882	1.302.078	(210.790)	4.046.809	86.200	10.946.675
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.245	2.343.628	3.052.949	8.215	(457)	23.051	1.298.216	(60.684)	5.899.012	148.048	12.727.223

## Certificação de reservas

Em 01 de fevereiro de 2023, a consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, Inc (GCA) emitiu novo relatório executivo de auditoria das reservas de gás natural dos doze campos declarados comerciais no Parque dos Gaviões, nas Bacias do Parnaíba, do Amazonas e do Solimões. A nova certificação desses ativos levou em consideração a ampliação planejada da capacidade de geração térmica a gás natural no Brasil, e a aceitação de recursos contingentes de gás para fins de comprovação de combustível no processo de habilitação de novos projetos em leilões de energia.

Segundo os critérios do *Petroleum Resources Management System* (PMRS), a GCA certificou as reservas de gás natural, conforme a tabela abaixo:

Reservas de Gás Natural dos doze Campos da Bacia do Parnaíba e um Campo da Bacia do Amazonas			
Categoria das Reservas	Reservas de Gás Bacia do Parnaíba (100% WI) (Bm <sup>3</sup> )	Reservas de Gás Bacia do Amazonas (100% WI) (Bm <sup>3</sup> )	Reservas de Gás da Total Eneva (100% WI) (Bm <sup>3</sup> )
Provada desenvolvida (1P)	17,1	10,2	27,3
Provada não desenvolvida (1P)	10,5	-	10,5
<b>Total (1P)</b>	<b>27,6</b>	<b>10,2</b>	<b>37,8</b>
Provada desenvolvida (2P)	18,4	14,5	32,9
Provada não desenvolvida (2P)	14,7	-	14,7
<b>Total (2P)</b>	<b>33,1</b>	<b>14,5</b>	<b>47,6</b>
<b>Total (3P)</b>	<b>41,7</b>	<b>18,3</b>	<b>60,0</b>

**Reservas provadas:** são reservas que podem ser produzidas com alto nível de garantia.

**Reservas não provadas:** são baseadas em dados geológicos e de engenharia semelhantes aos usados para calcular reservas provadas. Contudo, devido a incertezas técnicas, contratuais ou regulatórias, não são incluídas as reservas provadas.

**Reservas desenvolvidas:** são aquelas aptas a serem recuperadas, cujos investimentos necessários em infraestrutura para produção já foram executados.

**Não desenvolvidas:** são aquelas em que todo o plano de desenvolvimento necessita ser implementado.

Os níveis de garantia de produção subdividem-se em:

**1P** – Alto nível de garantia de produção;

**2P** – Reservas prováveis de produção, atribuíveis 50% no nível de garantia;

**3P** – Reservas possíveis de produção, atribuíveis 10% no nível de garantia;

Evolução das reservas certificadas da ENEVA de 2021 a 2022:

Evolução das Reservas Certificadas (2P) em 2022



### Bacia do Parnaíba – principais efeitos/descobertas

Campo de Gavião Mateiro (+4,387 Bm3 de gás natural 2P): Campo descoberto no final de 2021 através do poço exploratório 1- ENV-26-MA, e reservas avaliadas através dos poços de extensão: 3-ENV-32-D-MA, 3-ENV-34-MA, 3- ENV-37D e 3-ENV-38 em 2022, com declaração de comercialidade em 10 de novembro de 2022.

### Bacia do Amazonas – principais efeitos/descobertas

Campo de Azulão (+7,490 Bm3 de gás natural 2P): A certificação de reservas com data-base de 31 de dezembro de 2022 considera o resultado positivo dos 5 poços de desenvolvimento já perfurados no campo (7-AZU-2D, 7-AZU-3, 7-AZU-4D, 7-AZU-5D e 7-AZU-6D) e o poço 1-ENV-31D-MA perfurado na área.

## 17.2 Avaliação de impairment

A Companhia e suas controladas são requeridas anualmente a efetuarem teste de redução ao valor recuperável de ativo intangível de vida útil indefinida (*'goodwill'*). Também é requerida a avaliação quanto à existência de qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável (*'impairment'*), conforme estabelecido pelos normativos contábeis. Não realizamos os testes para recuperabilidade, pois não foram identificados nenhum indicativo para esses ativos, exceto para os ativos de vida útil indefinida.

O ativo intangível de vida útil indefinida gerado na combinação de negócios realizada em 2015, após a reestruturação societária ocorrida em 2018, está registrado como investimento na controlada Parnaíba II, foram submetidos ao teste de recuperabilidade considerando o modelo de valor em uso baseado no valor presente do fluxo de caixa, por unidade geradora de caixa. Não houve a necessidade de reconhecimento de qualquer provisão para redução ao valor recuperável. Conforme as premissas-chave dos testes de valor recuperável descritas a seguir, sendo uniformes entre os ativos testados e tendo sido aprovadas pela Administração.

Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A Companhia considera que cada usina de geração térmica (gás e carvão) e a unidade de produção de gás natural constituem as Unidades Geradoras de Caixa.

### Abordagem

Projetaram-se fluxos de caixa operacionais, expressos em termos nominais (considerando os efeitos inflacionários da economia) e apresentados em moeda corrente, Reais (R\$).

### Prazo

A projeção inicia-se em 2023 e se estende até o ano de 2045 para Parnaíba II.

Nos ativos de geração de energia, a vida útil está definida pela capacidade operacional das plantas e pela viabilidade econômica. As Usinas possuem Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com prazo de 15 a 20 anos, encerrando em 2036 (Parnaíba II).

Para o período complementar que se estende até a finalização do período de projeção (2045), a premissa assumida foi a continuidade das operações sob regime de capacidade, utilizando como base os parâmetros definidos no leilão de capacidade ocorrido em 2021 para projetar os fluxos operacionais.

### Preço de venda

A referência utilizada para o 1º ciclo de monetização (período no qual as empresas possuem CCEAR) são as condições contratuais atuais, indexadas pela inflação (IPCA).

A premissa de preço assumida para o 2º ciclo de monetização do ativo, ou seja, período compreendido entre o término dos CCEARs atuais da Companhia, e o final do período projetivo, teve como base o resultado do leilão de capacidade ocorrido em dezembro de 2021.

### CAPEX de manutenção e overhaul

Foram projetados investimentos em manutenção de acordo com o ciclo orçamentário indexados pela inflação (IPCA). São dispêndios que se comportam de forma linear ao longo dos anos, exceto para os gastos com *overhaul*, que ocorrem em ciclos predeterminados pelo fabricante da turbina.

## Taxa de desconto

A Companhia aplica a abordagem do custo de Capital Próprio (Ke) para Parnaíba II, considerando efeitos inflacionários, conforme abaixo:

	Parnaíba II
CMPC e Ke nominal (pós tax)	8,07%
CMPC e Ke nominal (pré tax)	11,85%

As taxas acima apresentadas foram ajustadas ao longo da projeção, considerando a evolução da estrutura de endividamento específica da “UGC” e a evolução da alíquota de impostos e das premissas de inflação.

## Estimativas e julgamentos

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de eventos que indiquem deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. Caso seja observado indicativo de deterioração, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade. Esses testes envolvem algumas variáveis e incertezas no que se refere às projeções de fluxos de caixa, para avaliação dos ativos em uso, e às definições dos valores de mercado dos ativos, para aqueles com intenção de venda.

## 18. Intangível



### Prática contábil

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### Estimativas e julgamentos

Para os ativos de E&P, as reservas de gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço e dados de pressão, dentre outros. Os volumes de reservas são utilizados para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização no método de unidades produzidas. A determinação da estimativa do volume de reservas requer julgamento significativo e está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção e à geologia dos reservatórios, bem como às alterações em preços e custos utilizados. As revisões também podem resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou na capacidade de produção.

### Composição dos ativos intangíveis

	Faixa de amortização	2022			Consolidado 2021		
		Custo	Amortização*	Valor Líquido	Custo	Amortização*	Valor Líquido
Licenças e software de Informática	5 anos	58.600	(31.449)	27.151	35.770	(31.449)	4.321
Intangível de E&P	Unidade produzida	509.897	(42.832)	467.065	519.392	(42.832)	476.560
Direito de uso	15 a 33 anos	92.893	(39.920)	52.973	86.235	(39.920)	46.315
Outorgas e CCEARs	15 anos	171.226	(102.992)	68.234	183.449	(102.992)	80.457
Direito de uso na aquisição de investimentos	1 a 30 anos	1.158.435	(153.827)	1.004.608	720.196	(153.827)	566.369
Ágio e valor justo de ativos com vida útil indefinida	-	1.633.856	-	1.633.856	81.522	-	81.522
Mais valia	-	4.565.829	-	4.565.829	-	-	-
Intangível em curso	-	58.962	-	58.962	58.535	-	58.535
		<b>8.249.698</b>	<b>(371.020)</b>	<b>7.878.678</b>	<b>1.685.099</b>	<b>(371.020)</b>	<b>1.314.079</b>

\*A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, com exceção do intangível de E&P para exploração de gás natural, que é amortizado com base nas unidades produzidas. Esses métodos são os que melhor refletem o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados aos diferentes ativos.

## Mutação dos ativos intangíveis

Consolidado

	Licenças e software de informática	Intangível de E&P	Direito de uso	Outorgas e CCEARs	Direito de uso na aquisição de investimentos	Ágio e valor justo de ativos com a vida útil indefinida	Mais valia	Intangível em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.664	442.701	49.090	92.681	628.258	73.497	-	46.654	1.338.545
Adições	1.216	43.530	-	-	-	8.025	-	11.881	64.652
Baixas	-	-	-	-	(34.375)	-	-	-	(34.375)
Amortização	(2.559)	(9.671)	(2.775)	(12.224)	(27.514)	-	-	-	(54.743)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.321	476.560	46.315	80.457	566.369	81.522	-	58.535	1.314.079
Adições	2.645	47	5.350	-	497.079	-	-	2.009	507.130
Adições Focus Energia: combinação de negócios	956	-	-	-	52.572	-	-	-	53.528
Adições CGTF: combinação de negócios	-	-	3.400	-	-	-	-	12.310	15.710
Adições Celse: combinação de negócios	14.587	-	-	-	-	1.552.334	4.565.829	-	6.132.750
Baixas	(6.104)	-	-	-	-	-	-	-	(6.104)
Transferências	13.893	-	-	-	-	-	-	(13.893)	-
Amortização	(3.147)	(9.542)	(2.092)	(12.223)	(111.411)	-	-	-	(138.415)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.151	467.065	52.973	68.234	1.004.609	1.633.856	4.565.829	58.961	7.878.678

### Direito de uso

O direito de uso deve-se ao valor pago para a obtenção da concessão da área pela concessionária vencedora de licitação de campos exploratórios, mais conhecido como bônus de assinatura.

### Outorgas e CCEARs

Outorgas e CCEARs referem-se à autorização para exploração de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

### Direito de uso na aquisição de investimentos

Referem-se à alocação dos ágios de vida útil definida gerados nas combinações de negócios ocorridos em 2015 oriundos de outorgas e CCEARs.

### Ágio e valor justo de ativos com vida útil indefinida

O saldo corresponde ao ágio (*goodwill*) anterior a 2022 é oriundo das combinações de negócios realizadas em 2015 pela Companhia. Trata-se do excedente da parcela paga pela Eneva (adquirente) devido à expectativa de geração de lucros futuros pelas adquiridas. Cabe destacar que, após a reestruturação societária realizada pelo Grupo nos últimos anos, o ágio está registrado sobre o investimento na controlada Parnaíba II e valor justo de R\$ 8.025 referente a aquisição de 100% da participação da Nossa Senhora de Fátima. Adicionalmente, em 2022, a Companhia adquiriu 100% da participação na Celse, gerando um valor justo de R\$ 1.552.334 na aquisição, conforme nota explicativa nº 5 - "Combinação de negócios".

O valor recuperável do ágio é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de *impairment*, conforme determina o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas na nota explicativa nº 17.2 – "Avaliação de *impairment*". Com base nos testes realizados, não foi identificada perda no seu valor recuperável para o exercício de 2022.

### Mais valia

Mais valia decorrente da combinação de negócios da Celse de R\$4.565.829, conforme nota explicativa nº 5 - "Combinação de negócios".

## 19. Fornecedores



### Prática contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Inicialmente, elas são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	Consolidado	
	2022	2021
Geração de energia (a)	429.939	155.771
Construção de novas usinas (b)	118.354	100.225
Comercialização de energia	249.994	49.237
Exploração e produção de gás (c)	147.696	94.802
Manutenção das usinas (d)	428.381	94.993
Outros (e)	219.814	61.385
	<b>1.594.178</b>	<b>556.413</b>
Circulante	1.296.155	526.582
Não circulante	298.023	29.831

- a. O saldo é composto substancialmente por obrigações com fornecedores de insumos para a geração de energia, além de obrigações assumidas em decorrência das combinações de negócios com a Focus, CGTF e Celse.
- b. Correspondem aos investimentos ligados às aquisições dos projetos Futura 3 e 6 e a finalização da construção do projeto Azulão-Jaguatirica e da usina termelétrica Parnaíba V.
- c. O saldo é composto por fornecedores e prestadores de serviços ligados à atividade de exploração e produção de gás natural.
- d. O saldo está ligado substancialmente às paradas programadas das usinas, que têm como objetivo a manutenção de máquinas e o aumento de sua vida útil.
- e. O saldo é composto por fornecedores diversos, com destaque para o Earn-out advindo da combinação de negócios com a CGTF e Holdback da combinação de negócios com a Celse, além de compromissos com a contratação de consultorias financeiras para a aquisição de novas empresas.

## 20. Fornecedores de projetos em construção



### Prática contábil

A Companhia renegociou os passivos oriundos de obrigações junto aos principais fornecedores dos projetos em construção. Essa renegociação teve como objetivo a extensão de prazo para liquidação dessas obrigações. A Companhia avalia se as alterações nos termos e condições do passivo original modificam substancialmente o fluxo de caixa exigido para a liquidação da obrigação ou não. Se o passivo original foi substancialmente modificado, a Companhia desreconhece o passivo original e reconhece um novo passivo, registrando o eventual ganho/perda gerado pelas alterações no resultado ou no imobilizado. Se o passivo original não foi substancialmente modificado, a Companhia mantém o passivo original reconhecido. Essa avaliação considera aspectos qualitativos e quantitativos, vinculados respectivamente a natureza e função dos passivos e o reflexo quantitativo na mudança dos fluxos de caixa da obrigação (em média a diferença entre os fluxos originais e os renegociados tiveram uma diferença de 3,81%).

Adicionalmente, para esses passivos em específico a Companhia realiza o registro contábil com base no valor presente das obrigações. O Ajuste a Valor Presente (AVP) é apurado levando em consideração as taxas de juros praticadas nas operações e a curva de juros DI x Pré na B3, referência para marcação a mercado de instrumentos financeiros e adotada como taxa de desconto para o prazo remanescente dos títulos em aberto.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores de projetos em construção	11.848	-	505.287	79.175
Juros a incorrer de fornecedores - AVP	(1.347)	-	(38.176)	(848)
	<b>10.501</b>	<b>-</b>	<b>467.111</b>	<b>78.327</b>

As condições comerciais negociadas com os fornecedores tinham por objetivo o alinhamento de fluxo de caixa dos projetos em construção, seja com a liberação ou liquidação de financiamentos contratados aos projetos ou pelo início da fase de geração de caixa desses ativos, viabilizando o avanço das obras com uma programação financeira adequada e, naturalmente, assegurando o cumprimento das obrigações da Companhia junto ao órgão regulador e seus clientes, no sentido do cumprimento de suas obrigações no âmbito de seus contratos comerciais no setor elétrico. Os encargos financeiros incorridos nessas situações de alongamento de prazo foram em aproximadamente de 2,92% ao ano (acima da curva de juros DI x Pré referência) e o alongamento do prazo de pagamento foi de 335 dias na média, em comparação ao prazo ordinário de faturamento de 30 dias. Os juros incorridos no exercício de 2022 foi no montante de R\$ 21.802, sendo R\$ 2.551 reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício e R\$ 19.251 como custo de construção do ativo imobilizado.

### Operações de desconto de títulos

Com o intuito de fortalecer as relações comerciais junto a alguns fornecedores, e viabilizar suas alternativas de gestão financeira, a Companhia autorizou a estes para eventualmente realizar a cessão de crédito junto a instituições financeiras, a seu exclusivo critério. Para as situações que faturas foram negociadas com instituições financeiras, Companhia, por sua vez, foi informada para que passe a realizar o pagamento ao novo detentor e beneficiário dos títulos, na data de vencimento e nos montantes previamente acordados com seus fornecedores originais, sem qualquer mudança dos termos e condições das faturas originais, bem como ausência de garantias e/ou condições contratuais que prevejam situações de cobranças antecipadas. Vale ressaltar que a Companhia não possui gestão sobre as eventuais negociações entre fornecedores e instituições financeiras, sendo a eventual negociação das faturas discricionariedade dos fornecedores na gestão de seus fluxos de caixa.

A cessão dos títulos não altera as condições comerciais previamente estabelecidas com os fornecedores.

## 21. Impostos e contribuições a recolher



	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.167	47.274	163.120	40.071
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	25.990	77.984	58.582
	<b>1.167</b>	<b>73.264</b>	<b>241.104</b>	<b>98.653</b>
Circulante	1.167	73.264	224.122	98.653
Não circulante	-	-	16.982	-

As empresas do grupo são tributadas com base no regime de Lucro Real, efetuando as antecipações mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos da legislação vigente.

A seguir, apresentamos os saldos dos demais impostos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS	6.048	3.034	38.764	10.275
PIS, COFINS e IOF	4.936	10.877	58.771	16.421
Tributos de importação	2.245	856	1.480	987
Royalties	12.654	11.967	12.654	11.967
Outros *	13.909	12.343	25.411	14.793
	<b>39.792</b>	<b>39.077</b>	<b>137.080</b>	<b>54.443</b>
Circulante	39.792	39.077	137.080	54.443

\* Composto principalmente das rubricas de Participação na produção a pagar aos proprietários de terra e tributos federais retidos de terceiros.

## 22. Empréstimos, financiamentos e debêntures

### Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é por meio dos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsecamente ligado à obtenção de recursos para a construção do parque gerador e produtor de gás da Companhia.

Os custos das debêntures que são diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis foram registrados como parte do custo desses ativos, no ativo imobilizado. As debêntures que receberam essa classificação foram as seguintes: a 3ª série, referentes à 2ª emissão de debêntures simples, que são diretamente atribuíveis à construção de "Parnaíba V", à 3ª emissão e à 5ª emissão de debêntures simples em série única, atribuíveis à construção do projeto Parque dos Gaviões, a 6ª emissão de primeira e segunda séries, atribuíveis à construção do projeto Parque dos Gaviões e de "Parnaíba VI", à 8ª emissão de primeira e segunda séries, atribuíveis à construção de "Parnaíba VI" e aos custos da 9ª emissão de primeira, segunda e terceira séries, atribuíveis à construção de "Parnaíba VI" e "Futura 1".

### Depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures atendem aos seguintes critérios:

- a. *não estão condicionados a eventos futuros; e*
- b. *são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência.*

Dessa forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto aos empréstimos, financiamentos e debêntures a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

						Consolidado								
						2022				2021				
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas*	Vencimento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Valor justo das debêntures	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
<b>Empréstimos e financiamentos</b>														
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+3,00%	9,62%	17/03/2025	-	26.166	100	-	26.266	-	37.516	133	37.649
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+1,00%	7,62%	15/12/2028	(179)	23.599	71	-	23.491	(235)	27.328	75	27.168
PGC	BNB	R\$	IPCA + 1,9388%	8,48%	15/07/2036	(6.587)	842.048	173.347	-	1.008.808	(7.260)	753.482	98.605	844.827
Azulão	BASA SubCrédito A e B	R\$	IPCA + 1,6190%	8,18%	16/06/2036	(7.673)	563.431	3.404	-	559.162	(8.266)	600.000	3.509	595.243
Azulão	BASA SubCrédito C	R\$	IPCA + 1,3247%	7,89%	16/06/2036	(5.134)	375.646	2.271	-	372.783	(5.525)	400.000	2.274	396.749
Azulão	FDA	R\$	IPCA + 2,335%	8,90%	01/02/2038	(2.640)	199.021	16.038	-	212.419	-	-	-	-
SPE 3 Futura	BNB	R\$	IPCA + 2,0431%	8,60%	15/07/2045	-	200.000	6.200	-	206.200	-	-	-	-
SPE 4 Futura	BNB	R\$	IPCA + 3,4906%	10,05%	15/08/2046	(1.423)	262.043	10.472	-	271.092	-	-	-	-
SPE 5 Futura	BNB	R\$	IPCA + 2,0431%	8,60%	15/07/2045	-	150.000	4.650	-	154.650	-	-	-	-
SPE 6 Futura	BNB	R\$	IPCA + 2,0431%	8,60%	15/07/2045	-	100.000	3.100	-	103.100	-	-	-	-
Parnaíba II	FDNE	R\$	IPCA + 3,383%	9,94%	01/07/2041	(5.011)	100.057	1.961	-	97.007	-	-	-	-
Celse	IFC	R\$	IPCA + 9,78%	16,34%	15/04/2032	(25.034)	907.454	17.985	-	900.405	-	-	-	-
Celse	IDB	R\$	IPCA + 9,60%	16,16%	15/04/2032	(23.795)	750.748	14.605	-	741.558	-	-	-	-
Celse	IDB USD	R\$	USD + Libor + 5,4%	9,94%	15/04/2032	(4.080)	177.290	3.818	-	177.028	-	-	-	-
Celse	China Fund	R\$	USD + Libor + 5,4%	9,94%	15/04/2032	(5.369)	233.278	5.024	-	232.933	-	-	-	-
						<b>(86.925)</b>	<b>4.910.781</b>	<b>263.046</b>	<b>-</b>	<b>5.086.902</b>	<b>(21.286)</b>	<b>1.818.326</b>	<b>104.596</b>	<b>1.901.636</b>
Depósitos vinculados						-	(192.610)	-	-	(192.610)	-	(114.499)	-	(114.499)
						<b>(86.925)</b>	<b>4.718.171</b>	<b>263.046</b>	<b>-</b>	<b>4.894.292</b>	<b>(21.286)</b>	<b>1.703.827</b>	<b>104.596</b>	<b>1.787.137</b>
Circulante						<b>(12.247)</b>	<b>300.432</b>	<b>77.266</b>	<b>-</b>	<b>365.451</b>	<b>(1.783)</b>	<b>73.587</b>	<b>5.991</b>	<b>77.795</b>
Não circulante						<b>(74.678)</b>	<b>4.417.739</b>	<b>185.780</b>	<b>-</b>	<b>4.528.841</b>	<b>(19.503)</b>	<b>1.630.240</b>	<b>98.605</b>	<b>1.709.342</b>

\* Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses:

Out-22 - CDI de 11,54%, IPCA de 7,17%, TJLP de 6,47% e LIBOR de 4,54%

Nov-22 - CDI de 12,02%, IPCA de 6,47%, TJLP de 6,62% e LIBOR de 4,54%

Dez-22 - CDI de 12,46%, IPCA de 6,05%, TJLP de 6,78% e LIBOR de 4,54%

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas*	Vencimento	2022					Consolidado 2021			
						Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Valor justo das debêntures	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
<b>Debêntures</b>														
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 7,2227%	13,81%	15/11/2025	(2.290)	265.978	2.366	-	266.054	(3.685)	300.903	2.761	299.979
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%	14,47%	15/11/2025	(3.237)	282.663	5.532	-	284.958	(5.581)	370.822	5.140	370.381
Parnaíba II	3ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,60%	0,00%	02/10/2022	-	-	-	-	-	(131)	100.000	1.940	101.809
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%	13,02%	02/10/2024	(420)	290.000	9.851	-	299.431	(754)	290.000	5.920	295.166
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%	13,41%	02/10/2026	(934)	360.000	12.576	-	371.642	(1.220)	360.000	7.692	366.472
Eneva	2ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,95%	12,95%	15/05/2024	(2.227)	750.000	13.201	-	760.974	(3.846)	750.000	8.880	755.034
Eneva	2ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,45%	13,45%	15/05/2027	(4.130)	750.000	14.014	-	759.884	(5.216)	750.000	9.371	754.155
Eneva	2ª emissão - 3ª Série	R\$	IPCA + 5,05%	11,61%	15/05/2029	(3.309)	618.755	3.879	-	619.325	(3.910)	584.908	3.782	584.780
Eneva	3ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,2259%	10,79%	15/12/2027	(9.577)	795.024	1.438	-	786.885	(11.915)	751.537	1.483	741.105
Eneva	5ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 5,50%	12,06%	15/06/2030	(18.791)	788.130	1.844	-	771.183	(21.436)	745.019	1.902	725.485
Eneva	6ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,127%	10,69%	15/09/2030	(13.952)	448.764	5.288	-	440.100	(15.206)	424.217	5.068	414.079
Eneva	6ª emissão - 2ª Série	R\$	IPCA + 4,5034%	11,06%	15/09/2035	(22.959)	688.710	8.848	-	674.599	(24.199)	651.038	8.476	635.315
Eneva	7ª Emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 1,35%	13,36%	24/05/2023	(2.482)	1.500.000	180.409	-	1.677.927	-	-	-	-
Eneva	8ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 6,5254%	12,88%	15/07/2032	(21.001)	718.481	20.472	19.954	737.906	-	-	-	-
Eneva	8ª Emissão - 2ª Série	R\$	IPCA + 6,5891%	12,99%	15/07/2037	(13.064)	471.502	13.563	19.578	491.579	-	-	-	-
Eneva	8ª Emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,70%	13,71%	15/07/2029	(13.327)	500.000	33.145	-	519.818	-	-	-	-
Eneva	8ª Emissão - 4ª Série	R\$	CDI + 2,00%	14,01%	15/07/2032	(9.518)	350.000	23.690	-	364.172	-	-	-	-
Eneva	9ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 6,90%	13,48%	15/09/2032	(51.160)	762.757	13.241	39.987	764.825	-	-	-	-
Eneva	9ª Emissão - 2ª Série	R\$	IPCA + 7,00%	13,69%	15/09/2037	(33.057)	575.857	10.138	45.096	598.034	-	-	-	-
Eneva	9ª Emissão - 3ª Série	R\$	IPCA + 7,15%	14,15%	15/09/2042	(33.529)	580.907	10.440	64.051	621.869	-	-	-	-
Celse	1ª Emissão - 1ª Série	R\$	9,85%	9,85%	30/04/2032	(562.277)	2.963.663	60.817	-	2.462.203	-	-	-	-
						<b>(821.241)</b>	<b>14.461.191</b>	<b>444.752</b>	<b>188.666</b>	<b>14.273.368</b>	<b>(97.099)</b>	<b>6.078.444</b>	<b>62.415</b>	<b>6.043.760</b>
Depósitos vinculados						-	(705.625)	-	-	(705.625)	-	(83.447)	-	(83.447)
						<b>(821.241)</b>	<b>13.755.566</b>	<b>444.752</b>	<b>188.666</b>	<b>13.567.743</b>	<b>(97.099)</b>	<b>5.994.997</b>	<b>62.415</b>	<b>5.960.313</b>
<b>Circulante</b>						<b>(138.701)</b>	<b>559.489</b>	<b>444.752</b>	<b>-</b>	<b>865.540</b>	<b>(15.220)</b>	<b>237.651</b>	<b>62.415</b>	<b>284.846</b>
<b>Não circulante</b>						<b>(682.540)</b>	<b>13.196.077</b>	<b>-</b>	<b>188.666</b>	<b>12.702.203</b>	<b>(81.879)</b>	<b>5.757.346</b>	<b>-</b>	<b>5.675.467</b>

\* Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses:

Out-22 - CDI de 11,54%, IPCA de 7,17%, TJLP de 6,47% e LIBOR de 4,54%

Nov-22 - CDI de 12,02%, IPCA de 6,47%, TJLP de 6,62% e LIBOR de 4,54%

Dez-22 - CDI de 12,46%, IPCA de 6,05%, TJLP de 6,78% e LIBOR de 4,54%

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, os empréstimos obtidos pelas subsidiárias estão garantidos na estrutura equivalente à Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos), bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs das subsidiárias. Adicionalmente, os financiamentos também contam com o aval da Controladora para as subsidiárias.

Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures (circulante e não circulante):

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 2021</b>	<b>64.817</b>	<b>1.787.137</b>	<b>4.609.953</b>	<b>5.960.313</b>
(+) Novas captações	-	1.099.686	5.440.000	5.440.000
(+) Aquisição Focus/Celse – combinação de negócios	-	3.027.263	-	1.923.449
(+) Juros incorridos	4.536	225.490	659.063	897.744
(+/-) Variação cambial	-	(16.303)	-	-
(+/-) Variação monetária	410	35.713	202.168	218.587
(-) Pagamento de principal	(15.488)	(883.334)	-	(267.308)
(-) Pagamento de juros	(4.575)	(301.617)	(344.415)	(650.458)
(+/-) Custo de captação	57	(1.634)	(166.355)	(220.859)
(+/-) Valor justo das debêntures	-	-	188.666	188.666
(+/-) Depósitos vinculados	-	(78.109)	-	77.609
<b>Saldo em 2022</b>	<b>49.757</b>	<b>4.894.292</b>	<b>10.589.080</b>	<b>13.567.743</b>

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 2020</b>	<b>80.218</b>	<b>1.330.292</b>	<b>4.285.252</b>	<b>5.712.373</b>
(+) Novas captações	-	480.872	-	-
(+) Juros incorridos	4.969	36.976	226.066	317.315
(+/-) Variação monetária	-	164.751	297.333	328.710
(-) Pagamento de principal	(15.447)	(15.447)	-	(100.628)
(-) Pagamento de juros	(4.995)	(115.441)	(209.706)	(288.132)
(+/-) Custo de captação	72	1.099	11.008	16.208
(+/-) Depósitos vinculados	-	(95.965)	-	(25.533)
<b>Saldo em 2021</b>	<b>64.817</b>	<b>1.787.137</b>	<b>4.609.953</b>	<b>5.960.313</b>

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Ano de vencimento</b>				
2024	15.645	283.181	750.000	1.297.114
2025	6.809	514.953	2.015.008	2.680.409
2026	3.916	373.987	257.505	752.600
2027	3.916	399.476	978.766	1.321.327
2028	3.916	444.355	765.423	1.163.083
2028 até o último vencimento	-	2.780.177	5.532.187	6.687.170
	<b>34.202</b>	<b>4.796.129</b>	<b>10.298.889</b>	<b>13.901.703</b>
Depósitos vinculados	-	(192.610)	-	(705.625)
Valor justo das debêntures	-	-	188.666	188.666
Custo de captação	(122)	(74.678)	(225.112)	(682.541)
	<b>34.080</b>	<b>4.528.841</b>	<b>10.262.443</b>	<b>12.702.203</b>

### Estratégia para contratação do endividamento

Para realizar a contratação de novos financiamentos, são considerados principalmente elementos como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Como na maioria dos casos, as receitas da Companhia são corrigidas anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação são as que trazem naturalmente um alinhamento entre receitas e despesas financeiras. Entretanto, por se tratar de financiamentos de longo prazo, as diversas indexações disponíveis são avaliadas comparativamente considerando as expectativas pelos prazos considerados e não pelo custo corrente. Por fim, a indexação de financiamentos é vinculada a tipos de instrumentos, com eficiências diferenciadas, e público-alvo de investidores. Portanto, a contratação de novos financiamentos ainda considera a alternativa que apresenta exequibilidade em função de condições de mercado. Em 2022, a Companhia realizou a contratação de Swaps para troca do indexador IPCA por CDI para debêntures da Controladora com o objetivo de equilibrar o portfólio de indexadores das dívidas.

### Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamentos e debêntures das Companhias operacionais (“PGC”, “Parnaíba II”, “Celse”, “Azulão” e “Eneva”) possuem obrigações que são monitoradas regularmente para garantir que o contrato seja cumprido. Essas cláusulas estão resumidas a seguir:

- (i) Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- (ii) Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações;
- (iii) Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- (iv) Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- (v) Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- (vi) Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- (vii) Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- (viii) Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias.

Os contratos de financiamentos e emissões de debêntures contém cláusulas específicas de *covenants* financeiros já em fase de medição, as quais se encontram atendidas.

Empresa	Descrição dos Covenants Financeiros	Posição em 31/12/2022	Posição em 31/12/2021
PGC	Dívida líquida de no máximo 4,0* <sup>1</sup> vezes o EBITDA Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou maior de 1,2	Atendido	Atendido
Parnaíba II	Dívida líquida de no máximo 3,0 vezes o EBITDA	Atendido	Atendido
Eneva S.A.	Dívida líquida de no máximo 6,5* <sup>2</sup> vezes o EBITDA	Atendido	Atendido
Celse	Índice de cobertura do serviço da dívida* <sup>3</sup>	Atendido	Atendido

\*<sup>1</sup> Conforme deliberado e aprovado na assembleia de debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures da PGC, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA em 31 de dezembro 2022 poderá atingir até 4,0 (quatro inteiros). Em 31 de dezembro de 2023 o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 3,5 (três vírgula cinco). Em 31 de dezembro de 2024 o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 3,0 (três inteiros). Adicionalmente, foi deliberado e aprovado que o índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) terá a sua apuração suspensa, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2024.

\*<sup>2</sup> Conforme deliberado e aprovado em assembleias de debenturistas das 2ª (segunda) emissão, 3ª (terceira) emissão, 5ª (quinta emissão), 6ª (sexta) emissão, 7ª (sétima) emissão de debêntures da Eneva S.A., assim como na 3ª (terceira) emissão de debêntures da Parnaíba II, no período compreendido entre 30 de junho de 2022 (inclusive) e 30 de junho de 2023 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 6,5 (seis vírgula cinco). No período compreendido entre 30 de setembro de 2023 (inclusive) e 31 de dezembro de 2023 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 5,5 (cinco vírgula cinco). No período compreendido entre 31 de março de 2024 (inclusive) e 30 de junho de 2024 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 5,0 (cinco inteiros). Após esse período, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA passa a ser de até 4,5 (quatro vírgula cinco).

\*<sup>3</sup> Conforme aprovado no “Consent and waiver to the common terms agreement”, no período compreendido entre 29 de julho de 2022 (inclusive) e 30 de junho de 2023 (inclusive), a Companhia não fará a apuração do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”).



## 23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

### Prática contábil

Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

### Estimativas e julgamentos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações financeiras. A definição do valor justo dos derivativos da Companhia exige o uso de metodologias de valoração que podem ser complexas e envolve o uso de estimativas futuras de câmbio, de inflação, de taxas de juros de longo prazo e de preços de energia.

### Classificação e mensuração subsequente

Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de finanças vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

- (i) **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios tem como objetivo manter o ativo para receber seus fluxos de caixa contratuais;
- (ii) **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios tem como objetivo tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente que, no reconhecimento inicial, a companhia eleger de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- (iii) **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. No caso da Companhia, esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- (i) **Nível I:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- (ii) **Nível II:** são informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (iii) **Nível III:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Segue descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros:

	2022				Consolidado 2021			
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos financeiros</b>								
Caixa e equivalente de caixa	775.400	-	515.895	1.291.295	992.290	-	-	992.290
Títulos e valores mobiliários	-	-	731.310	731.310	-	-	685.447	685.447
Contas a receber	1.270.137	-	-	1.270.137	718.835	-	-	718.835
Instrumentos financeiros derivativos - Trades	-	468	-	468	-	-	-	-
Valor justo dos contratos de energia	-	-	1.669.258	1.669.258	-	-	91.245	91.245
Operações comerciais com partes relacionadas	390	-	-	390	51	-	-	51
	<b>2.045.927</b>	<b>468</b>	<b>2.916.463</b>	<b>4.962.858</b>	<b>1.711.176</b>	<b>-</b>	<b>776.692</b>	<b>2.487.868</b>
<b>Passivos financeiros</b>								
Fornecedores	1.594.178	-	-	1.594.178	556.413	-	-	556.413
Fornecedores de projetos em construção	467.111	-	-	467.111	-	-	-	-
Valor justo dos contratos de energia	-	-	1.197.883	1.197.883	-	-	53.822	53.822
Empréstimos e financiamentos	4.894.292	-	-	4.894.292	1.787.137	-	-	1.787.137
Debêntures	10.353.527	-	3.214.216	13.567.743	5.960.313	-	-	5.960.313
Operações comerciais com partes relacionadas	-	-	-	-	169	-	-	169
Instrumentos financeiros Derivativos – Swap debêntures	-	125.060	(268.361)	(143.301)	-	3.211	-	3.211
Contas a pagar – setor elétrico	37.717	-	-	37.717	14.110	-	-	14.110
Provisão de custo por indisponibilidade	77.920	-	-	77.920	54.963	-	-	54.963
Pesquisa e desenvolvimento	66.285	-	-	66.285	49.984	-	-	49.984
Arrendamentos	3.667.804	-	-	3.667.804	162.549	-	-	162.549
	<b>21.158.834</b>	<b>125.060</b>	<b>4.143.738</b>	<b>25.427.632</b>	<b>8.585.638</b>	<b>3.211</b>	<b>53.822</b>	<b>8.642.671</b>

### Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com a hierarquia a seguir:

	2022				Consolidado 2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>								
Fundos de investimentos	-	515.895	-	515.895	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	731.310	-	731.310	-	685.447	-	685.447
Instrumentos financeiros derivativos - Trades	-	468	-	468	-	-	-	-
Valor justo dos contratos de energia	-	-	1.669.258	1.669.258	-	-	91.245	91.245
	-	<b>1.247.673</b>	<b>1.669.258</b>	<b>2.916.931</b>	-	<b>685.447</b>	<b>91.245</b>	<b>776.692</b>
<b>Passivos financeiros</b>								
Instrumentos financeiros derivativos – Swap debêntures	-	(143.301)	-	(143.301)	3.211	-	-	3.211
Valor justo das debêntures	-	3.214.216	-	3.214.216	-	-	-	-
Valor justo dos contratos de energia	-	-	1.197.883	1.197.883	-	-	53.822	53.822
	-	<b>3.070.915</b>	<b>1.197.883</b>	<b>4.268.798</b>	<b>3.211</b>	<b>-</b>	<b>53.822</b>	<b>57.033</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo durante o exercício.

### Análise de sensibilidade – hierarquia de nível 3

	Técnica de valorização	Dados não observáveis	Valor justo dos contratos de Energia	Sensibilidade dos inputs ao valor justo (a)	
Ativo financeiro	Método de fluxo de caixa descontado	Preço projetado de energia	1.669.257	+10%	1.418.813
				-10%	1.927.092
Passivo financeiro	Método de fluxo de caixa descontado	Preço projetado de energia	1.197.883	+10%	1.003.171
				-10%	1.399.311

a. Esse cenário de variação de 10% representa uma flutuação considerada razoável pela Companhia.

### Métodos e técnicas de avaliação

Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais por meio do fundo exclusivo da Companhia e, por isso, entende-se que o seu valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Alguns instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em função do seu ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do seu saldo contábil. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher o método e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Demonstramos abaixo o valor justo dos passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado:

	Consolidado	
	2022	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - nível 2
Passivos financeiros		
Debêntures	10.353.527	9.953.204

Para financiamentos captados via bancos de fomento e que são classificados e mensurados pelo custo amortizado, a Companhia entende que se tratam de operações bilaterais e que não possuem mercado ativo e nem outra fonte semelhante que tenha condições comparáveis e que possa servir de modelo para determinar seus valores justos, portanto, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

As debêntures possuem mercado secundário e são marcadas a mercado através de novas negociações.

## 23.1 Risco de mercado

**Principais riscos de mercado: taxa de câmbio, preços de commodities, preços de energia elétrica e de juros**

### Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas não possuem exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira, exceto a descrita abaixo.

#### 23.1.1 Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações de Non-Deliverable Forwards (NDFs) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados à moeda estrangeira.

A Companhia possui Non-Deliverable Forwards (NDFs) com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de investimentos em moeda estrangeira previstos nas seguintes subsidiárias: (i) Parnaíba II, na implantação do projeto de Parnaíba VI (fechamento de ciclo da UTE Parnaíba III), com conclusão prevista para julho de 2024, e (ii) na construção do projeto Futura (Parque Solar Futura), com conclusão prevista para abril de 2023; (iii) Eneva Comercializadora, nas receitas denominadas ou indexadas ao Dólar e (iv) na

construção das instalações do contrato de suprimento de GNL a Suzano e Vale (SSLNG); (v) hedge nas receitas denominadas ou indexadas ao dólar da CGTF. Esses programas foram designados para contabilidade de hedge e são classificados como hedge de fluxo de caixa, portanto, mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* de fluxo de caixa, tendo em vista que o objetivo da cobertura é trazer maior previsibilidade ao fluxo de caixa futuro, mitigando o risco do impacto cambial sobre os pagamentos que são objeto dos *hedges* contratados e não como investimentos especulativos.

	Valor de referência (US\$ mil)		Vencimento (Ano)	Valor justo (R\$ mil)		
	2022	2021		2022	2021	2022
Desembolso USD						
Termo de venda	121.565	-	2022-2028	896	-	896
Termo de compra	119.819	20.675	2022-2024	(428)	(3.211)	2.783
Exposição líquida	<b>1.746</b>	<b>20.675</b>		<b>468</b>	<b>(3.211)</b>	<b>3.679</b>

Em 31 de dezembro de 2022, os montantes líquidos apurados de Market to Market (“MtM”) para esses instrumentos derivativos representam ganhos de R\$ 468, que foram integralmente registradas no patrimônio líquido (hedge accounting) em outros resultados abrangentes. Os ganhos e perdas são reconhecidos no patrimônio líquido e transferidos para o imobilizado quando há a realização do item protegido que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, somam perdas de R\$ 56.202.

### Risco de variação de preço commodities

No caso da Companhia, esse risco está associado ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia nas termelétricas Pecém II e Itaqui. O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço.

### Risco de variação dos preços de mercado de energia elétrica

A Companhia e suas controladas operam no mercado de compra e venda de energia com o objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco preestabelecidos pela administração da Companhia. Essa atividade expõe a Companhia e suas controladas ao risco do preço futuro da energia.

As operações futuras de compra e venda de energia são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Companhia. O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros dos contratos de energia da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, certo julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado.

### Risco de taxa de juros

#### Risco relacionado aos juros flutuantes

A Companhia e suas controladas têm passivos indexados ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (taxa de juros de longo prazo).

O ativo da Companhia e de suas controladas, representado por suas receitas, também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de TJLP, CDI, IPCA e Libor fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Cenário provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de <i>Cash Flow</i> :			
Passivo indexado à TJLP	5.620	6.445	7.155
Passivo indexado ao CDI	573.583	697.084	818.633
Passivo indexado ao IPCA	1.217.829	1.369.388	1.519.850
Passivo indexado à Libor	38.501	53.404	70.486
<b>Despesa financeira esperada</b>	<b>1.835.533</b>	<b>2.126.321</b>	<b>2.416.124</b>
<b>Aumento da despesa financeira</b>	<b>-</b>	<b>290.788</b>	<b>580.591</b>

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

IPCA 12M: 5,74% (Fonte: Boletim Focus)

TJLP 12M: 7,20% (Fonte: Conselho Monetário Nacional)

CDI Médio 12M: 13,41% (Fonte: Projeção de Mercado)

LIBOR 12M: 4,54% (Fonte: Bloomberg)

### Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de swap com o intuito de converter para o CDI dívidas, empréstimos ou debêntures originalmente contratados em IPCA. A Companhia assume, nesses swaps, posições passivas em CDI e posições ativas em IPCA, conforme nota explicativa nº 21 – “Empréstimos, financiamentos e debêntures”.

Os programas a seguir são designados para contabilidade de hedge e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência (R\$ mil)		Vencimento (Ano)	Valor justo (R\$ mil)	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	3.366.298	-	2042	125.060	-
Passivo	(3.509.599)	-	2042	(268.361)	-
Exposição líquida	<b>(143.301)</b>	-		<b>(143.301)</b>	-

## 23.2 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						Consolidado
						2022
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	90.702	1.205.453	298.023	-	-	1.594.178
Fornecedores de projetos em construção	125.666	379.621	-	-	-	505.287
Instrumentos financeiros derivativos	(162.486)	(116.741)	(193.161)	(469.816)	3.484.637	2.542.433
Valor justo dos contratos de energia	446.009	428.279	211.206	112.389	-	1.197.883
Arrendamentos	68.054	68.066	254.605	366.447	2.910.631	3.667.803
Contas a pagar – setor elétrico	-	37.717	-	-	-	37.717
Pesquisa e desenvolvimento – setor elétrico	-	66.285	-	-	-	66.285
Empréstimos e financiamentos	340.802	286.190	1.006.206	2.373.213	6.128.891	10.135.302
Debêntures	1.169.537	1.114.226	2.624.787	8.075.903	13.180.327	26.164.780
	<b>2.078.284</b>	<b>3.469.096</b>	<b>4.201.666</b>	<b>10.458.136</b>	<b>25.704.486</b>	<b>45.911.668</b>

						Consolidado
						2021
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	106.550	498.359	29.831	-	-	634.740
Operações comerciais com partes relacionadas	-	-	169	-	-	169
Empréstimos e financiamentos	77.500	82.002	156.242	953.522	1.802.246	3.071.512
Debêntures	311.107	446.256	792.259	1.956.467	-	3.506.089
	<b>495.157</b>	<b>1.026.617</b>	<b>978.501</b>	<b>2.909.989</b>	<b>1.802.246</b>	<b>7.212.510</b>

### 23.3 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

A Companhia entende que não há risco de crédito na rubrica contas a receber, vide avaliação na nota explicativa nº 13 – “Contas a receber”. Além disso, para mitigar os riscos, adotamos como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição, e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os créditos estão expostos abaixo risco devido à classificação dos bancos de 1ª linha (AAA e AA), com os quais a Companhia tem relacionamento. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	2022	Consolidado 2021
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	1.291.295	992.290
Títulos e valores mobiliários	731.310	685.447
Contas a receber de clientes	1.270.137	718.835
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	1.669.258	91.245
Depósito vinculado sobre empréstimos e debêntures	898.235	197.946
	<b>5.860.235</b>	<b>2.685.763</b>

### 23.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou irá propor, nos casos em que aprovação dos acionistas é necessária, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

## 24. Provisão para contingências



A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, tributárias, ambientais e trabalhistas, assim como em processos administrativos regulatórios, que são constantemente avaliados pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos.

#### Prática contábil

A Companhia constitui provisões relacionadas a processos judiciais, administrativos e arbitrais, em valores suficientes para garantir eventuais perdas consideradas prováveis.

#### Estimativas e julgamentos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

O saldo consolidado da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é apresentado abaixo:

		2021				Consolidado
		Saldo acumulado	Adições	Reversão	Atualização	2022
						Saldo acumulado
Cíveis	(a)	70.783	3.717	(2.589)	7.695	79.606
Trabalhistas	(b)	21.062	2.345	(8.073)	3.782	19.116
Tributárias		40	315	(316)	1	40
<b>Total das provisões</b>		<b>91.885</b>	<b>6.377</b>	<b>(10.978)</b>	<b>11.478</b>	<b>98.762</b>

#### a. Riscos cíveis

A principal discussão cível se refere à ação ordinária ajuizada pela controlada Amapari Energia S.A. (“Amapari”) no valor de R\$ 44.091 com pedido de tutela antecipada, para que a Amapari seja enquadrada no mecanismo de ressarcimento de custo de combustíveis da CCC-ISOL. Em setembro de 2018, foi dado provimento ao recurso de apelação interposto pela Amapari, anulando a sentença e julgando procedente a demanda, autorizando a empresa a utilizar o mecanismo de ressarcimento do custo de combustíveis instituído pela Conta de Consumo de Combustíveis para o Sistema Isolado — CCC-ISOL. Ainda por meio do acórdão, foi determinado o imediato reembolso de CCC não recebido pela Amapari no período de novembro de 2008 até fevereiro de 2009.

Em 2019, em cumprimento à decisão, a ANEEL realizou o pagamento do reembolso pleiteado pela Amapari. Contra o referido acórdão, a ANEEL interpôs recurso, ainda pendente de julgamento, de modo que foi realizado o provisionamento contábil do montante recebido de forma antecipada.

Ainda em 2019, a Amapari iniciou execução provisória, em primeira instância, do acórdão favorável para cobrar da ANEEL os juros que não haviam sido pagos por ocasião do recebimento do valor principal da CCC-ISOL. A decisão de primeira instância, corroborada por decisão do TRF da 1ª Região, reconheceu o direito da Amapari ao recebimento dos juros e obrigou a ANEEL a pagá-los. Dessa forma, em abril de 2020, a Amapari recebeu, a título de juros, o valor de R\$ 20.216. Aguarda-se análise de impugnação da CCEE, gestora dos recursos da CCC, acerca de divergência de cálculos. Da mesma forma como ocorreu com o valor principal, considerando a discussão judicial em curso acerca do recebimento dos recursos, também foi realizado o provisionamento contábil como passivo contingente do montante recebido de forma antecipada.

#### b. Riscos trabalhistas

Englobam reclamações movidas por ex-colaboradores da Companhia e funcionários terceirizados de empresas prestadoras de serviços, que pleiteiam, dentre outros, o pagamento de verbas rescisórias, adicional de periculosidade, vínculo empregatício e posterior equiparação em direitos aos empregados da Companhia e, em alguns casos, eventuais verbas inadimplidas por suas contratantes diretas. A reversão apresentada no quadro anterior está vinculada a liquidações dos pedidos feitos pelos reclamantes e o encerramento de processos no decorrer do ano de 2022. Não existe causa individual relevante.

#### Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão)

As ações de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que não estão provisionadas envolvem prognóstico de perda possível classificado pela Administração, seus advogados e assessores jurídicos, e são apresentadas a seguir:

		Consolidado	
		2022	2021
Ambientais		35.404	22.449
Regulatórias		9.554	12.749
Trabalhistas		47.987	42.143
Cíveis	(a)	1.284.139	202.728
Tributárias	(b)	459.553	239.332
Fundiárias	(c)	107.000	-
<b>Total</b>		<b>1.943.637</b>	<b>519.401</b>

#### a. Cíveis

##### Procedimentos arbitrais da Companhia e suas controladas

A Companhia e suas controladas são partes em sete arbitragens, que tramitam perante o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA), o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), e a Câmara de Comércio Internacional (CCI). As contingências mais relevantes são relacionadas a contratos celebrados com fornecedores de serviços de construção e montagem de usinas termelétricas, em que as requerentes pleiteiam contra a Companhia e suas controladas reequilíbrio econômico dos contratos. A Companhia e suas controladas, por sua vez, pleiteiam a compensação por danos diretos e indiretos decorrentes do descumprimento das obrigações previstas nos contratos.

O pleito da Companhia e suas controladas no procedimento arbitral que tramita perante o CBMA corresponde a R\$ 50.000 e não há contrapleito em seu desfavor.

A soma dos valores dos pedidos formulados contra a Companhia e suas controladas nos procedimentos arbitrais em andamento perante o CCBC corresponde a R\$ 276.728, e os contrapleitos a seu favor equivalem a R\$ 314.000.

A soma dos valores dos pedidos formulados contra a Companhia e suas controladas no procedimento arbitral em andamento perante a ICC corresponde a R\$ 250.704, e os contrapleitos a seu favor equivalem a R\$ 230.000.

Além desses, a controlada CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("CELSE") e Focus Futura Holding Participações S.A. ("Focus") são partes em procedimentos arbitrais que tramitam perante a ICC desde data anterior às operações de aquisições realizadas pela Companhia. Na arbitragem que envolve a CELSE, a Companhia tem direito de regresso contra os antigos acionistas da controlada em caso de condenação. Os valores envolvidos na arbitragem que envolve a Focus, por sua vez, integram parcela contingente que compõe o valor de resgate da operação de combinação de negócios entre as duas companhias.

Todos os procedimentos arbitrais são confidenciais com tribunal arbitral já constituído e se encontram em instrução probatória. Não há qualquer decisão de mérito em caráter definitivo até a publicação desta Demonstração Financeira.

### Processos judiciais da Companhia e suas controladas

A controlada Pecém II Geração de Energia S.A. ("Pecém II") em conjunto com Porto do Pecém Geração de Energia S.A., ajuizou ação em face da ANEEL, pleiteando (i) o repasse, pela ANEEL, do valor cobrado pelo Estado do Ceará, a título de Encargo Hídrico Emergencial ("EHE"), aos CCEARs de Pecém II e Porto do Pecém, com o aumento do Custo Variável Unitário ("CVU") e da receita de venda percebida por essas empresas; e (ii) a suspensão da aplicação pela ANEEL de quaisquer penalidades por eventual redução e/ou interrupção da geração de energia das UTEs Pecém II e Pecém I em virtude da redução no fornecimento de água.

Em 31 de janeiro de 2017, foi proferida decisão da Justiça Federal indeferindo o pedido de tutela antecipada formulado pelas autoras. Foi interposto pelas autoras recurso de agravo de instrumento, o qual foi distribuído ao Desembargador Souza Prudente em 1º de março de 2017. A tutela antecipada requerida pelas Companhias foi deferida em 5 de maio de 2017, tendo sido solicitado o cumprimento da decisão do agravo de instrumento por parte da ANEEL.

Assim, foi expedido ofício ao Presidente da ANEEL determinando o cumprimento da decisão que deferiu os pedidos da ANEEL. Em 22 de agosto de 2017, a Diretoria da ANEEL aderiu à metodologia de cálculo de ressarcimento sugerido pelas autoras, autorizando o repasse do EHE para as autoras, o que vem sendo realizado regularmente desde 2018 até o momento. A ANEEL apresentou petição informando o cumprimento da decisão e interpôs recurso de agravo interno contra a decisão monocrática do relator. Atualmente, aguarda-se julgamento do agravo interno pelo Tribunal Regional Federal.

Em outra ação relevante, as controladas MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. ("MABE"), Pecém II e a Companhia são partes em ação condenatória ajuizada por antiga prestadora de serviços, que pleiteia a condenação da Companhia e suas controladas ao pagamento de quantias supostamente devidas e não pagas em razão da prestação de serviços de construção do empreendimento da subsidiária Pecém II.

Em agosto de 2021, foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos da autora e condenando as rés ao pagamento de parcelas referentes ao contrato celebrado entre MABE e a autora. Foram apresentados recursos de apelação contra a sentença condenatória, que foram integralmente acolhidos para anulação da sentença, determinando-se o retorno do processo à fase inicial.

Por fim, a controlada CELSE é parte em ações indenizatórias ajuizadas por moradores do entorno do Complexo Termoelétrico do Porto de Sergipe I, por meio das quais buscam reparações pecuniárias individuais por supostos danos materiais e morais decorrentes da instalação do empreendimento. Até a publicação desta Demonstração Financeira, não foram proferidas decisões relevantes em nenhum dos 59 processos.

### Outras contingências

Os demais valores subdividem-se em ações judiciais envolvendo pleitos de natureza cível que individualmente não possuem risco financeiro relevante, descritos no relatório com prognóstico de perda possível. A alteração de valores apresentada acima se refere às mudanças nos prognósticos dos casos no decorrer do trimestre.

#### b. Tributárias

A controlada Itaqui Geração de Energia S.A. ("Itaqui") possui demandas de natureza tributária em que figura como ré. A principal demanda se refere a auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais federais para glosar despesas financeiras supostamente desnecessárias por não ter sido comprovado caráter de cobertura (hedge) de determinada operação contratada para fazer frente a um empréstimo em moeda estrangeira não concretizado.

Desde 2019, o assunto permanece em discussão em âmbito administrativo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”). No início de 2020, por requerimento da controlada, o CARF determinou que o julgamento fosse convertido em diligência, tendo a controlada apresentado documentos e esclarecimentos para contribuir com o relatório de diligência fiscal. Esse relatório foi encerrado em 2021, quando a controlada apresentou nova manifestação e o processo foi devolvido ao CARF, onde aguarda julgamento.

Em caso de decisão final desfavorável na esfera judicial, a companhia perderá o direito a compensar futuros lucros fiscais com o montante de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL glosado pelas autoridades fiscais, no montante de R\$ 195 milhões. Não há crédito tributário constituído sobre referido prejuízo fiscal. Em caso de decisão final desfavorável, o efeito seria de baixa de aproximadamente R\$ 195 milhões de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL nos controles fiscais auxiliares (ECF), sem desembolso e impacto imediato no caixa da Companhia.

A controlada Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (“CGTF”) é parte em processo de execução fiscal ajuizada para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS de suposto recolhimento a menor desses impostos, nos períodos de novembro de 2003 e novembro de 2004, decorrentes da aplicação do regime cumulativo às receitas decorrentes do contrato de venda de energia elétrica e preço predeterminado celebrado entre CGTF e empresa de distribuição de energia elétrica do Estado do Ceará em agosto de 2001. O valor estimado da contingência é de R\$ 100 milhões. Esclarecemos, porém, que, em caso de desfecho desfavorável, a Companhia possui direito de regresso contra a vendedora da controlada Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A., conforme estabelecido em instrumento particular celebrado.

### c. Fundiários

A controlada Azulão Geração de Energia S.A. (“Azulão”) é parte em ação ajuizada por vendedores de um terreno localizado no município de Silves, no estado do Amazonas, adquirido pela Companhia em 2018. A ação busca a anulação de instrumento de compra e venda regularmente celebrado pelas partes, em virtude de supostos vícios de vontade. O processo está em fase de instrução probatória e ainda não foram proferidas decisões.

## 25. Valor justo dos contratos de comercialização de energia



### Prática contábil

As operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado bilateral e atendem à definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 e são reconhecidos nas informações financeiras pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo dos contratos de comercialização considera: (i) os preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) o preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos diferir do preço da transação, um ganho ou perda será reconhecido.

A Companhia, por meio de suas controladas, opera no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e firmou contratos bilaterais de compra e venda de energia com diferentes participantes do mercado. Dessa forma, assume compromissos de contratos bilaterais de curto e longo prazo que compõem seu portfólio. Em decorrência das operações descasadas, assume posições de sobras ou déficits de energia, que são mensuradas a uma curva de preço futuro de mercado (curva forward).

A carteira de comercialização permite flexibilidade para gerenciar os contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as políticas e os limites de riscos estabelecidos. A finalidade é gerar lucro por flutuações de preço no curto prazo ou ganho com margem em operações de longo prazo.

### Estimativas e julgamentos

O resultado da marcação a mercado (MtM) dos contratos de compra e venda de energia para entrega futura da carteira de trading da Comercializadora de Energia é calculado como o somatório das diferenças entre o valor contratado e o valor de mercado atual de cada posição em aberto, trazidas a valor presente pela taxa de desconto correspondente. O valor de mercado de cada posição em aberto é calculado pela multiplicação da quantidade de energia pelo preço de mercado correspondente ao submercado, fonte e maturidade (prazo para o suprimento) associado. As curvas de preços de mercado utilizadas para a marcação a mercado refletem o valor de saída das posições de energia, e se baseiam em referências de preços de mercado independentes e na visão interna da empresa.

Seguem abaixo as posições em aberto:

Valor justo dos contratos de comercialização de energia	Consolidado	
	2022	2021
Ativo circulante	993.052	9.336
Ativo não circulante	676.206	81.909
Passivo circulante	(874.314)	(7.676)
Passivo não circulante	(323.569)	(46.146)
<b>Posição líquida</b>	<b>471.375</b>	<b>37.423</b>

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros) pode variar substancialmente, uma vez que as marcações a mercado desses contratos foram feitas considerando as datas-base de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. O incremento observado no saldo em 2022 é advindo principalmente da combinação de negócios com a Focus.

## 26. Provisão para obrigação de abandono



### Prática contábil

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida os custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A Companhia revisa trimestralmente, seus custos estimados com desmantelamento de áreas de produção de gás, em conjunto com seu processo de certificação anual de reservas e quando há indicativo de mudanças em suas premissas.

Essa provisão se refere aos custos esperados para o abandono dos campos produtores de gás e para a desmobilização dos ativos da UTE de Pécem II Geração de Energia S.A. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que:

- (i) no reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos correspondentes, resultando em uma despesa reconhecida no resultado do exercício.
- (ii) as obrigações ocorrerão no longo prazo;
- (iii) os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos no momento da remoção e restauração efetivas; e
- (iv) as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, junto com as regulamentações ambientais e de segurança.

A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

### Estimativas e julgamentos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao valor presente dos custos esperados para a desmobilização e remoção dos ativos ao fim do prazo de autorização das usinas e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. Longos períodos até a data de abandono e variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. Essa avaliação é realizada para os ativos da Eneva e Pecém II e estão registrados no ativo imobilizado com contrapartida em provisão para desmobilização. A seguir, são apresentados os fluxos com provisão de abandono contabilizados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	83.457	70.650	83.075	75.109
Revisão da provisão	26.664	(7.967)	19.402	(14.324)
Atualização de juros	18.800	20.774	25.820	22.290
<b>Saldo final</b>	<b>128.921</b>	<b>83.457</b>	<b>128.297</b>	<b>83.075</b>



## 27. Partes relacionadas

### Prática contábil

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Mútuo</b>						
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	706.867	832.387	-	-	69.623	69.191
Pecém II Geração de Energia S.A. (b)	845.835	852.017	-	-	88.851	71.178
Focus Holding Comercializadora Participações (c)	-	-	63.899	-	-	-
Parnaíba B.V.	-	-	-	-	-	1
Outros	1.585	689	291	-	27	-
	<b>1.554.287</b>	<b>1.685.093</b>	<b>64.190</b>	<b>-</b>	<b>158.501</b>	<b>140.370</b>
<b>Operações comerciais</b>						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (d)	174.066	172.420	398	210	363.509	1.018.396
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (d)	200.453	84.829	91.593	218	345.156	504.482
Itaqui Geração de Energia S.A.	7.053	14.728	2.480	2.600	8.944	9.896
Pecém II Geração de Energia S.A.	4.603	5.591	378	324	6.271	6.259
Parnaíba B.V.	-	-	-	-	-	3
Outros	42.750	16.975	8.024	4.860	15.739	7.992
	<b>428.925</b>	<b>294.543</b>	<b>102.873</b>	<b>8.212</b>	<b>739.619</b>	<b>1.547.028</b>
<b>Dividendos e juros s/ capital próprio a receber</b>						
Itaqui Geração de Energia S.A.	50.020	39.999	-	-	-	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	9.939	-	-	-	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	62.770	-	-	-	-	-
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	82.378	-	-	-	-	-
FC One Energia Ltda	41.132	-	-	-	-	-
Pecém II Participações	23.929	-	-	-	-	-
Outros	2.174	-	-	-	-	-
	<b>272.342</b>	<b>39.999</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>2.255.554</b>	<b>2.019.635</b>	<b>167.063</b>	<b>8.212</b>	<b>898.120</b>	<b>1.687.398</b>

- O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Eneva (mutuante), sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado, e o segundo sujeito a juros de 2,47% + IPCA e prazo de vencimento em setembro de 2026. A variação do saldo do ativo corresponde a juros incorridos parcialmente compensados por pagamento de juros.
- O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Eneva (mutuante), sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado, e o segundo sujeito a juros de 3,19% + IPCA e prazo de vencimento em dezembro de 2027. A variação do saldo do ativo corresponde a juros incorridos parcialmente compensados por pagamento de juros.
- Refere-se à redução de capital da Focus Holding Comercializadora Participações Ltda. que ainda não foi autorizada pela JUCESP. Por esse motivo, foi considerado um mútuo. O mútuo da Focus possui custo de taxa referencial.
- São saldos compostos basicamente pela venda do gás natural e arrendamento da Unidade de Tratamento de Gás (UTG) principalmente para as subsidiárias Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.

## 27.1 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social. De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição entre eles.

Os montantes totais de remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho da Administração da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados na contabilidade pelo regime de competência, seguem abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Benefícios de curto prazo (a)	36.255	27.457	40.590	31.567
Benefícios de longo Prazo (b)	119.266	114.005	127.730	129.385
	<b>155.521</b>	<b>141.462</b>	<b>168.320</b>	<b>160.952</b>

- a. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários e benefícios não monetários.
- b. Conforme descrito na nota explicativa nº 29 – “Plano de pagamento baseado em ações”, a Companhia implementou plano de pagamento baseado em ações para gestores e diretores estatutários e não estatutários. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes, no prazo de 3 a 5 anos, a partir do início do plano.

Seguem abaixo os montantes de remuneração mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretoria:

	2022			Consolidado 2021		
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Conselho de Administração	600	662	1.032	119	454	864
Diretores	279	11.688	63.503	825	11.213	59.382
	<b>879</b>	<b>12.350</b>	<b>64.535</b>	<b>944</b>	<b>11.667</b>	<b>60.246</b>

## 28. Patrimônio líquido



### 28.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é, respectivamente, de R\$ 13.075.688 e R\$ 8.894.086. A Companhia possui 1.584.446.224 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social independentemente de reforma estatutária até o limite de 331.419.704 ações (capital autorizado), das quais já foram emitidas 302.352.208 ações, sendo substancialmente relacionadas à emissão da oferta pública primária de ações, resultando em um montante de R\$ 4.200.000 de aumento de capital social.

Em março de 2021, houve o desdobramento das ações da Companhia na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias, sem modificação do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações aos titulares. Dessa forma, a variação demonstrada na quantidade de ações entre os períodos é basicamente relacionada a esse movimento societário.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

	Controladora 2022		Controladora 2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Banco BTG Pactual	336.479.153	21,24%	272.640.404	21,53%
Cambuhy	312.640.404	19,73%	289.640.404	22,87%
Dynamo	159.392.167	10,06%	79.108.721	6,25%
Atmos Capital Gestão de Recursos	-	-	67.189.176	5,31%
Ações em tesouraria	2.671.432	0,17%	6.120.944	0,48%
Outros	773.263.068	48,80%	551.639.534	43,56%
<b>Total</b>	<b>1.584.446.224</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.266.339.183</b>	<b>100,00%</b>

## 28.2 Reserva de capital

As reservas de capital da Companhia são constituídas pelo plano de opções de ações outorgadas pela Companhia, ágio na emissão de ações e pela reserva de capital originada da combinação de negócios com a Focus. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos das reservas de capital são, respectivamente, de R\$ 146.914 e R\$ 20.208.

## 28.3 Reserva de incentivos fiscais

### SUDENE

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse benefício corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda, no período de 10 anos. Para os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia constituiu, respectivamente, R\$ 43.996 e R\$ 112.112 de incentivo fiscal da Sudene.

### ICMS – crédito presumido

Reserva constituída mediante a destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao incentivo fiscal concedido pelo estado do Maranhão, nos termos da Lei nº 9.463/2011. Tal incentivo consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a gás natural. Para os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia constituiu respectivamente R\$ 159.850 e R\$ 245.390 de incentivo fiscal de ICMS.

## 28.4 Ações em tesouraria

### Programa de recompra de ações próprias

Os programas de recompra visam a aquisição de ações de emissão da Eneva S.A. para fazer frente às obrigações dos planos de incentivo de remuneração de longo prazo baseados em ações, direcionados aos administradores e empregados da Eneva S.A. e de suas sociedades controladas.

No exercício de 2022, não foram adquiridas ações, entretanto já foram substancialmente entregues aos beneficiários no valor de R\$ 58.486, conforme apresentação na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

## 28.5 Prejuízos acumulados (destinação do resultado do exercício)

O lucro do exercício da Companhia foi integralmente destinado para compensar os prejuízos acumulados. Quando os prejuízos acumulados forem completamente compensados, a destinação de resultados atenderá ao definido no Estatuto Social da Companhia.



## 29. Resultado por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pela respectiva quantidade média ponderada de ações em circulação durante o mesmo período, conforme o quadro abaixo:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuível aos acionistas	375.774	1.173.300
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações	1.395.215.217	1.265.016.862
<b>Lucro por ação (R\$) - básico</b>	<b>0,26933</b>	<b>0,92750</b>
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuível aos acionistas	375.774	1.173.300
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações	1.395.215.217	1.265.016.862
Efeito das opções	389.707	9.956.371
<b>Lucro por ação (R\$) - diluído *</b>	<b>0,26926</b>	<b>0,92025</b>

\* O fator de diluição representado pelos programas de remuneração baseados em ações da Companhia não representou mudanças significativas no cálculo do lucro diluído.



## 30. Plano de pagamento baseado em ações

### Opção de ações outorgadas pela Companhia

O programa vigente de opções de compra de ações foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2016 e tem como beneficiários membros do Conselho de Administração, Diretoria e empregados selecionados.

As opções poderão atingir o percentual máximo de 4% (quatro por cento) do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de emissão das opções.

Características do plano de opções:

Plano	Data de outorga	Prazo da outorga (Anos)	Primeira data de maturação	Data máxima de vencimento dos direitos	Quantidade original outorgada	Quantidade remanescente	Preço de exercício original	Preço de exercício corrigido por IPCA + 3% a.a.
2016	03/10/2016	5	03/10/2016	12/11/2021	2.484.376	-	3,75	19,93
2016	03/10/2016	5	01/11/2017	01/02/2021	10.668.000	-	3,75	19,93
2016	03/04/2017	5	10/05/2018	08/09/2022	5.333.333	-	3,75	19,31
2016	03/08/2017	5	03/08/2018	01/12/2022	2.000.000	-	3,75	19,03
2016	11/02/2019	5	11/02/2020	10/06/2024	1.000.000	400.000	3,75	17,21
2016	10/01/2020	5	10/01/2021	12/05/2025	8.840.000	5.192.000	7,57	32,56
2020	11/02/2021	5	11/02/2022	13/06/2026	4.723.388	4.723.388	15,88	
2016	11/02/2021	5	11/02/2022	13/06/2026	240.000	240.000	15,88	
2016	01/05/2021	5	01/05/2022	03/09/2026	800.000	800.000	16,49	
2020	19/05/2021	5	19/05/2022	21/09/2026	1.106.600	1.106.600	15,98	
2020	30/11/2021	5	30/11/2022	30/03/2027	36.518	36.518	15,17	
2020	08/12/2021	5	08/12/2022	07/04/2027	243.450	243.450	14,82	
2020	25/02/2022	5	25/02/2023	25/06/2027	8.570	8.570	13,10	
2020	01/04/2022	5	01/04/2023	01/08/2027	2.669.338	2.669.338	13,36	
2020	26/04/2022	5	26/04/2023	26/08/2027	37.600	37.600	14,12	

Movimentação ocorrida no plano de opções no ano de 2022:

Plano outorgado pela Companhia - Quantidade de opções de ações	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de exercício das opções
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.800.616	11,48
Exercidas	(3.058.668)	13,90
Outorgadas	2.715.508	13,37
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.457.456	11,37

A Companhia não consegue mensurar o valor dos serviços prestados pelos participantes que estão sendo remunerados via plano de pagamento em ações. Portanto, decidiu mensurar os seus respectivos valores justos, tomando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. Segundo o regulamento do programa, a Companhia liquidará essa obrigação com a emissão de novas ações ou pela utilização (quando constituída) da conta "Ações em tesouraria". O efeito no resultado do exercício de 2022 foi de R\$ 26.582, registrado na demonstração do resultado no grupo "gerais e administrativas".

### Unidades de performance restritas - units

A Companhia concedeu dois planos distintos de incentivo de remuneração de longo prazo baseados em ações. O primeiro foi aprovado em 12 de julho de 2018, tendo sofrido alterações aprovadas na Assembleia Geral de Acionistas de 11 de março de 2021, e o segundo, denominado Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações (Plano de Performance Shares), aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2019. Nesses planos, a Companhia concedeu units, unidades de performance restritas, aos beneficiários que lhe prestam serviços. Porém, os planos seguem regras distintas para aquisição do direito de transferência de ações.

Características gerais das units concedidas pela Companhia:

Plano	Data de concessão	Prazo (Anos)	Finalidade	Data de aquisição do direito	Quantidade original concedida
2018	13/07/2018	3	Retenção	02/04/2021	868.724
2018	13/07/2018	3	Performance	02/04/2021	868.724
2018	01/04/2018	3	Retenção	01/04/2022	756.436
2018	01/04/2018	3	Performance	01/04/2022	756.436
2020	29/04/2019	2,92	Performance Shares	31/03/2022	1.548.404
2018	01/04/2020	3	Retenção	01/04/2023	453.288
2018	01/04/2020	3	Performance	01/04/2023	868.724
2018	01/04/2021	3	Retenção	01/04/2024	316.476
2018	01/04/2021	3	Performance	01/04/2024	316.475
2021	01/04/2022	3	Retenção	01/04/2025	466.273
2021	01/04/2022	3	Performance	01/04/2025	466.272

Movimentação ocorrida nos planos de units no ano de 2022:

Plano de units concedido pela companhia - Quantidade de units	Quantidade de units	Preço médio ponderado das ações
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.430.144	16,47
Exercidas	(1.386.596)	13,36
Concedidas	932.545	13,36
Canceladas	121.432	7,36
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.097.525	16,54

O efeito no resultado do exercício de 2022 foi de R\$ 52.232, registrado na demonstração do resultado no grupo “gerais e administrativas”.

## 31. Cobertura de seguros



A Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

O incremento nos valores de coberturas entre 2021 e 2022 deve-se à aquisição da UTE Porto de Sergipe I, cuja aquisição aumentou os valores em risco dos ativos da Companhia e, conseqüentemente, os valores relacionados aos prêmios para cobertura dos ativos, conforme destacado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as coberturas de seguros eram:

	2022	Consolidado 2021
Riscos operacionais – ativos onshore	3.165	1.674
Riscos operacionais – ativos offshore (a)	824	-
Riscos operacionais – sabotagem & terrorismo (b)	1.600	-
Riscos de petróleo	313	335
Responsabilidade civil	920	420
Construção / projeto	1.249	2.414

- a. A apólice de riscos operacionais – ativos offshore refere-se à cobertura de ativos denominados “offshore” que interligam a UTE Porto de Sergipe I ao terminal FSRU, além de cobertura de lucros cessantes contingente, decorrente da operação do FSRU.
- b. A apólice de sabotagem & terrorismo refere-se à cobertura da UTE Porto de Sergipe I.



## 32. Compromissos assumidos

### Programa exploratório mínimo (PEM)

O saldo de PEM referente às concessões vigentes da Eneva – isto é, aquelas arrematadas no âmbito das 13ª e 14ª Rodadas de Licitação e dos 1º e 2º Ciclos Licitatórios da Oferta Permanente – está apresentado no quadro abaixo:

Concessão	Bacia	BID	PEM contratual (UTs)	PEM cumprido em 2022 (UTs)	Saldo em 2022 (UTs)	Status
			[A]	[B]	[A]-[B]	
PN-T-69	Parnaíba	13	3.010	3.010	-	Cumprido
PN-T-87	Parnaíba	13	2.061	2.061	-	Cumprido
PN-T-103	Parnaíba	13	3.010	3.010	-	Cumprido
PN-T-146	Parnaíba	13	7.003	7.003	-	Cumprido
PN-T-163	Parnaíba	13	7.003	7.003	-	Cumprido
PN-T-117	Parnaíba	14	400	943	-	Cumprido
PN-T-118	Parnaíba	14	600	869	-	Cumprido
PN-T-119	Parnaíba	14	600	448	-	Cumprido
PN-T-133	Parnaíba	14	500	1164	-	Cumprido
PN-T-134	Parnaíba	14	600	717	-	Cumprido
PN-T-47	Parnaíba	OP1	1.897	623	1.274	A cumprir até 11/2026
PN-T-48A	Parnaíba	OP1	1.448	1	1.447	A cumprir até 11/2026
PN-T-66	Parnaíba	OP1	2.673	406	2.267	A cumprir até 11/2026
PN-T-67A	Parnaíba	OP1	336	1.230	-	Cumprido
PN-T-68	Parnaíba	OP1	1.336	1.265	71	A cumprir até 11/2026
PN-T-102A	Parnaíba	OP1	1.121	1.121	-	Cumprido
AM-T-62	Amazonas	OP2	3138	-	3.138	A cumprir até 06/2029
AM-T-84	Amazonas	OP2	4138	-	4.138	A cumprir até 06/2029
AM-T-85	Amazonas	OP2	4138	-	4.138	A cumprir até 06/2029
PAR-T-86	Paraná	OP2	1.908	-	1.908	A cumprir até 06/2027
PAR-T-99	Paraná	OP2	1.902	-	1.902	A cumprir até 06/2027
PAR-T-196	Paraná	OP2	1.872	-	1.872	A cumprir até 06/2027
PAR-T-215	Paraná	OP2	1.866	-	1.866	A cumprir até 06/2027

### Participações em ciclos licitatórios

Os blocos exploratórios concedidos no âmbito da 13ª Rodada de Licitações (PN-T-69, PN-T-87, PN-T-103, PN-T-146 e PN-T-163) e da 14ª Rodada de Licitações (PN-T-117, PN-T-118, PN-T-119, PN-T-133 e PN-T-134) se caracterizam por uma Fase de Exploração que dura 6 (seis) anos e demanda o cumprimento das unidades de trabalho (UT) compromissadas no PEM. Entre programas sísmicos e campanhas de perfuração de poços, a Eneva S.A. superou a quantidade de UTs necessárias para esses ativos antecipadamente.

Mesmo assim, cumpre ressaltar a extensão da Fase de Exploração das concessões supramencionadas até 22/02/2024 (para os contratos da R13) e 01/04/2026 (para os contratos da R14), pleito regulatório facultado pela Resolução ANP nº 878/2022 e motivado pelo advento da COVID-19.

Dos blocos exploratórios concedidos no contexto do 1º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente (PN-T-47, PN-T-48A, PN-T-66, PN-T-67A, PN-T-68 e PN-T-102A) e do 2º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente (AM-T-62, AM-T-84, AM-T-85, PAR-T-86, PAR-T-99, PAR-T-196 e PAR-T-215), apenas PN-T-67A e PN-T-102A já tiveram PEM cumprido. Os demais ativos têm até no mínimo 2028 para o cumprimento das unidades de trabalho (UT) compromissadas no PEM, o que deve ocorrer com base nas atividades prospectadas para os próximos anos.

De forma análoga, cumpre ressaltar que se encontra em análise pela ANP o pleito de extensão da Fase de Exploração das concessões em tela até 14/04/2028 (para os contratos da OP1), até 26/11/2028 (para PAR-T-86, PAR-T-99, PAR-T-196 e PAR-T-215, todos da OP2) e até 27/11/2030 (para AM-T-62, AM-T-84 e AM-T-85, todos da OP2). A exemplo dos blocos da R13 e da R14, essa é uma demanda regulatória embasada na Resolução ANP nº 878/2022.

### 33. Eventos subsequentes



#### **Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre efeitos na quebra da “coisa julgada”**

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento por unanimidade, sobre tributos recolhidos de forma continuada, a chamada “coisa julgada”, onde perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Administração da Companhia segue acompanhando a evolução do assunto.

#### **Aprovação da Aneel para incorporação da CGTF pela Eneva S.A.**

No dia 16 de março de 2023, foi efetivada a incorporação da CGTF, titular da outorga da Central Geradora Terméletrica – UTE Fortaleza com a aprovação da Aneel publicada em diário oficial.

## Conselho de Administração

**Jerson Kelman**  
Presidente

### Conselheiros:

**Elena Landau**  
**Felipe Gottlieb**  
**Guilherme Bottura**  
**Marcelo Pereira Lopes de Medeiros**  
**Renato Antônio Secondo Mazzola**  
**Henri Philippe Reichstul**

## Diretoria

**Lino Lopes Caçado**  
Diretor Presidente

**Marcelo Campos Habibe**  
Diretor de Finanças

**Marcelo Cruz Lopes**  
Diretor de Marketing, Comercialização e Novos Negócios

## Controladoria

**Ana Paula Alves do Nascimento**  
CRC-RJ 086983/O-0  
Controller

**Bruno Campelo de Azevedo**  
CRC-RJ 106648/O-9  
Contador



Praia de Botafogo, 501 | Torre Corcovado, sala 404 B  
Rio de Janeiro (RJ) | CEP: 22.250-040

+55 (21) 3721-3000

[www.eneva.com.br](http://www.eneva.com.br)



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas , Conselheiros e Administradores da  
Eneva S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eneva S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eneva S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eneva S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Mensuração dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios – Eneva S.A.

Conforme notas explicativas nº 4 (vii) e nº5 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Eneva S.A. adquiriu o controle do grupo Focus Energia Holding Participações S.A e suas subsidiárias, que atuam no segmento de comercialização de energia e energia renovável, bem como das empresas Central Geradora Térmica de Fortaleza S.A., Centrais Elétricas do Sergipe Participações S.A., Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A. e da DC Energia S.A., que atuam no segmento de geração de energia a gás natural.</p> <p>Para a contabilização da combinação de negócios, a Companhia aplicou o método de aquisição que envolve, principalmente, a determinação da contraprestação transferida, o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou do ganho proveniente de compra vantajosa.</p> <p>As estimativas associadas na mensuração dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, envolveram julgamentos relevantes na determinação das principais premissas, que foram utilizadas no método do fluxo de caixa descontado, tais como: (i) taxa de desconto; (ii) receita estimadas e (iii) custo e despesas operacionais estimados.</p> <p>Considerando os julgamentos aplicados e do alto grau de subjetividade relacionados as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, bem como a magnitude que o impacto de eventuais alterações poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Inspecionamos os contratos de aquisições celebrados em 2022, avaliamos as documentações suportes para as contraprestações transferidas e as evidências que fundamentaram a aquisição de controle nas combinações de negócios;</li><li>- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos:<ul style="list-style-type: none"><li>(i) a metodologia utilizada na mensuração dos principais intangíveis identificados;</li><li>(ii) a razoabilidade e a consistência das principais premissas utilizadas para a mensuração dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos;</li><li>(iii) se as premissas utilizadas são fundamentadas em dados históricos, contratual e regulatórios e/ou mercado condizentes com a data-base da aquisição e/ou são condizentes com o orçamento da Companhia e são provenientes de fontes confiáveis;</li><li>(iv) se as estruturas de custos e despesas estimadas estão consistentes em relação a receita estimada;</li><li>(v) se os cálculos matemáticos suportam a determinação dos valores justos para os ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e do ágio ou do</li></ul></li></ul>

	<p>ganho proveniente de compra vantajosa, que foram realizados com base nas premissas definidas pela administração e revisadas por nós.</p> <p>- Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no que tange as combinações de negócios realizadas, consideram informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores justos dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e do ágio ou do ganho proveniente de compra vantajosa e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
--	---

#### Valor recuperável dos impostos diferidos ativos da Eneva S.A. , Itaqui e Celse

Conforme nota explicativa nº 4 (iv) e n ° 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas Itaqui Geração de Energia S.A. ("Itaqui") e Centrais Elétricas de Sergipe S.A ("Celse") possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, relacionados à prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções utilizadas para fundamentar a disponibilidade de lucros futuros.</p> <p>As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que incluem premissas relevantes relacionadas: (i) ao volume de despacho e ao preços de venda de energia estimados; (ii) gastos para manutenção de equipamentos; (iii) gastos com insumos; (iv) crescimento econômico projetado para o setor; e (v) investimentos de capital.</p> <p>Em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade relacionada as premissas utilizadas nas projeções para se estimar os lucros tributáveis futuros, que se fossem alteradas poderiam resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo: a avaliação da política de aprovação dos orçamentos, a determinação das premissas e das projeções utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas.</li> <li>- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos: <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) a razoabilidade e a consistência das principais premissas utilizadas na preparação das projeções, que suportam o valor dos lucros tributáveis futuros.</li> <li>(ii) a aderência às práticas usuais de mercado para as metodologias e para os julgamentos utilizados na determinação das projeções;</li> <li>(iii) se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e se não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das</li> </ul> </li> </ul>

	<p>projeções de lucros tributáveis futuros;</p> <p>- Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável os valores de imposto de renda e contribuição social diferido ativo e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
--	--

## Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-0144/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araujo  
Contador CRC RJ-091559/O-4

**ENEVA S.A.**

CNPJ/MF nº 04.423.567/0001-21

NIRE 33.3.0028402-8

Companhia Aberta

**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA  
REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2023**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Ao 15º dia de março de 2023, às 14h, na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, 4º e 6º andares, CEP 22250-040, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** A reunião foi convocada nos termos do Estatuto Social da ENEVA S.A. ("Companhia") e da legislação aplicável e contou com a participação da totalidade de seus membros: Ricardo Baldin (RB), Edson Teixeira (ET), Fernando Campos (FC) e Guilherme Bottura (GB), todos na forma do art. 14, parágrafo 3º. Como convidados: Marcelo Habibe (MH), Diretor Financeiro e de RI, Bruno Campelo (BC), Gerente de Contabilidade; Paula Alves (PA), Gerente Geral de Controladoria, Glauco Gonzalez (GG), Gerente de Auditoria Interna; Juliana Kac (JK), Gerente de Governança, Compliance e Controles Internos; Mônica Bussièrre (MB), Gerente Geral do Jurídico; Thiago Freitas (TF), Diretor Jurídico, de Governança, Compliance e Controles Internos; Luiz Amaral (LA), Gerente de Gestão de Riscos; Débora Mairink (DM), Coordenadora de Gestão de Riscos; Júlia Del Blanco (JD), Especialista de Compliance e Governança Corporativa; além dos representantes da KPMG, incluindo o sócio Luís Cláudio Araújo.

**3. MESA:** O Sr. Ricardo Baldin assumiu a presidência da mesa e designou o Sr. Thiago Freitas para atuar como Secretário.

**4. DELIBERAÇÕES:** Após o exame e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, os membros do Comitê de Auditoria presentes na reunião, manifestaram-se favoravelmente e recomendaram a aprovação do relatório da administração, às contas da administração e às demonstrações financeiras relativas ao 4º trimestre de 2022, bem como as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, devidamente acompanhadas pelo Relatório dos Auditores Independentes emitidos pela KPMG Auditores Independentes, inclusive com relação à destinação de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

*- Extrato da Ata de Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da  
Eneva S.A., realizada em 15 de março de 2023, às 14h -*

Rio de Janeiro, 15 de março de 2023.

---

Thiago Freitas  
Secretário



### **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em observância às disposições constantes no inciso V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

Diretores:

Lino Cançado

Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



### **Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Em observância às disposições constantes no inciso V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório de revisão dos Auditores Independentes, datado em 23 de março de 2023, relativo às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

Diretores:

Lino Cançado  
Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

## **20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, ela própria, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no próprio Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era composto por 1.584.446.224 ações ordinárias, assim distribuídas:

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b> Posição em 31/12/2022				
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (em unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador<sup>1</sup></b>	0	0,00	0	0,00
<b>Administradores</b>				
Conselho de Administração	30.900	0,00	30.900	0,00
Diretoria	4.858.002	0,31	4.858.002	0,31
<b>Conselho Fiscal<sup>2</sup></b>	0	0,00	0	0,00
<b>Ações em Tesouraria<sup>3</sup></b>	2.671.432	0,17	2.671.432	0,17
<b>Outros Acionistas</b>	<b>1.576.885.890</b>	<b>99,52</b>	<b>1.576.885.890</b>	<b>99,52</b>
<b>Total</b>	<b>1.584.446.224</b>	<b>100,00</b>	<b>1.584.446.224</b>	<b>100,00</b>
<b>Ações em Circulação<sup>4</sup></b>	<b>1.576.885.890</b>	<b>99,52</b>	<b>1.576.885.890</b>	<b>99,52</b>

<sup>1</sup> Com a homologação em 05/11/2015 do aumento de capital aprovado pela assembleia geral extraordinária, realizada em 26/08/2015, e com a notificação do término do acordo de acionistas entre DD Brazil S.à.R.L. ("E.ON") e Eike Fuhrken Batista e seus veículos de investimentos (em conjunto "Eike Batista"), conforme divulgado em comunicado ao mercado em 10/11/2015, a Companhia passou a ser uma sociedade de capital aberto sem controlador definido.

<sup>2</sup> Atualmente a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

<sup>3</sup> As ações em tesouraria descritas na tabela contemplam o total da posição mantida em tesouraria em 31 de dezembro de 2022 pela Controladora Eneva S.A. e pela Controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A..

<sup>4</sup> As ações em circulação desconsideram as ações detidas pelo Conselho de Administração, pela diretoria e em tesouraria.

---

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

---

### **20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

No dia 26 de maio de 2011 foi efetuado aumento de capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 24/03/2011, aumentando o número de ações da Companhia de 136.692.680 para 136.720.840, em decorrência do exercício das opções de subscrição de ações.

Em fevereiro de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 29/02/2012, mediante a emissão de 9.633 novas ações, em decorrência da conversão de 6.383 debêntures das 21.735.744 debêntures emitidas pela Companhia em 15 de junho de 2011. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.720.840 para 136.730.473.

Em março de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 21/03/2012, mediante a emissão de 984 novas ações, em decorrência da conversão de 649 debêntures, e mediante a emissão de 7.040 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.730.473 para 136.738.497.

Em maio de 2012 ocorreu um aumento do capital social, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 09/05/2012 em decorrência de (i) emissão de 4.112 novas ações, em decorrência da conversão de 2.701 debêntures; e (ii) emissão de 125.620 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.738.497 para 136.868.229.

No mesmo mês ocorreu um novo aumento do capital social, conforme a primeira Reunião do Conselho de Administração do dia 24/05/2012, ratificando a emissão de 33.254.705 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 21.652.966 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.868.229 para 170.122.934.

O Conselho de Administração da ENEVA aprovou em 24/05/2012 um aumento de capital da Companhia, no valor total de R\$ 1.000.000.063,00, mediante a emissão de 22.623.796 novas ações, entretanto as ações só passaram a existir após a conclusão do aumento de capital com consequente homologação do mesmo, que foi concluído em julho de 2012 e homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de julho de 2012.

Em junho de 2012 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 15/06/2012, ratificando a emissão de 514 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 334 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 170.122.934 para 170.123.448.

Em 25 de junho de 2012, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, aprovado em RCA realizada em 24/05/2012, às 11h, no valor de R\$1.000.000.063,00 (um bilhão e sessenta e três reais), dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização das 22.623.796 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pela E.ON AG ("E.ON"). Dessa forma, o número de ações da Companhia aumentou de 170.123.448 para 192.747.244.

---

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

---

### **20.01 - OUTRAS INFORMACÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

Nos termos da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 15/08/2012, os acionistas reunidos aprovaram, por unanimidade, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do qual cada 1 (uma) ação ordinária existente passou a corresponder a 3 (três) ações da mesma classe. Farão jus ao recebimento das ações desdobradas os acionistas da ENEVA com base na composição acionária de 15 de agosto de 2012. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 192.747.244 para 578.241.732.

Em janeiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 10/01/2013, ratificando a emissão de 147.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.389.212.

Em fevereiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 06/02/2013, ratificando a emissão de 27.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.416.212.

No entanto, ocorreu uma integralização parcial do valor financeiro do aumento de capital, de forma que o Capital Social em 31/03/2013 totalizasse R\$ 3.736.269.091,89, valor inferior ao apresentado na ata da Reunião do Conselho de Administração de 06 de fevereiro de 2013. O restante da integralização do valor financeiro do aumento de capital foi realizado após o fechamento do primeiro trimestre, fazendo com que o Capital Social totalizasse R\$ 3.736.354.722,02.

Em abril de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 05/04/2013, ratificando a emissão de 34.500 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.450.712. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.354.722,02 para R\$ 3.736.468.820,55.

Em maio de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 08/05/2013, ratificando a emissão de 29.250 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.479.962. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.468.820,55 para R\$ 3.736.568.320,85.

Em 16 de setembro de 2013, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2013, no valor de R\$ 799.999.995,15, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização de 124.031.007 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desta maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 578.479.962 para 702.510.969. O capital social da Companhia passou de R\$ 3.736.568.320,85 para R\$ 4.536.568.316,00.

Em outubro de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 21/10/2013, ratificando a emissão de 13.500 novas ações ordinárias, sem valor

---

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

---

### **20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 702.524.469. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 4.536.568.316,00 para R\$ 4.536.608.413,70.

Em 1 de agosto de 2014, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09/05/2014, no valor de R\$174.728.680,26, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e integralização de 137.581.638 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 702.524.469 para 840.106.107. O capital social da Companhia passou de R\$4.536.608.413,70 para R\$4.711.337.093,96.

Em 5 de novembro de 2015, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26/08/2015, no valor de R\$2.300.531.398,65, em razão da subscrição e integralização de 15.336.875.991 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 840.106.107 para 16.176.982.098. O capital social da Companhia passou de R\$4.711.337.093,96 para R\$7.011.868.492,61.

Em 7 de abril de 2016, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a realização do grupamento das atuais 16.176.982.098 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, na proporção de 100 ações ordinárias para 1 ação ordinária, passando o capital a ser composto por 161.769.820 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sem modificação do valor do capital social. Os acionistas da Companhia tiveram o prazo de 30 dias, compreendido no período entre 11/04/2016 e 11 /05/2016, para, a seu livre e exclusivo critério, ajustarem suas posições de ações em lotes múltiplos de 100 ações. As ações da Companhia passaram a ser negociadas em conformidade com as condições do grupamento a partir de 12/05/2016.

Em 3 de outubro de 2016, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02/08/2016, no valor de R\$1.160.379.150,00 (um bilhão, cento e sessenta milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e cinquenta reais), em razão da subscrição e integralização de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em decorrência da homologação parcial do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou dos R\$7.011.868.492,61 (sete bilhões, onze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos), dividido em 161.769.820 (cento e sessenta e um milhões, setecentas e sessenta e nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais e um centavo), dividido em 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil e quatrocentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 11 de setembro de 2017, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de agosto de 2016 e homologado parcialmente pela Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de outubro de 2016 ("Homologação do Aumento"), e (b) a rerratificação da Homologação do Aumento, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2017, os quais resultaram na homologação de aumento de capital no valor de R\$ 1.016.492.135,40 (um bilhão, dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta centavos), mediante a emissão de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 5 de julho de 2017, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de 75.862.069 (setenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e sessenta e nove) ações, ao Preço por Ação de R\$ 11,00, correspondendo ao montante de R\$834.482.759,00 (oitocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, as quais serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, com recursos imediatamente disponíveis, no ato da subscrição. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passará de R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais e um centavo), representado por 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 28 de maio de 2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$ 5.996.298,00 (cinco milhões, novecentos e noventa e seis mil, duzentos e noventa e oito reais), mediante a emissão de 285.538 (duzentas e oitenta e cinco mil, quinhentas e trinta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 21,00 (vinte e um reais) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14 de agosto de 2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$ 1.242.934,78 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos), mediante a emissão de 47.386 (quarenta e sete mil, trezentas oitenta e

seis) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 26,23 (vinte e seis reais e vinte e três centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os

termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03.08.2017, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02.08.2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 21 de novembro de 2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$5.610.701,25 (cinco milhões, seiscentos e dez mil, setecentos e um reais e vinte e cinco centavos), mediante a emissão de 159.758 (cento e cinquenta e nove mil, setecentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 35,12 (trinta e cinco reais e doze centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de agosto de 2016, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.875.693.321,04 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e um reais e quatro centavos) representado por 315.483.181 (trezentas e quinze milhões, quatrocentas e oitenta e três mil, cento e oitenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 26 de maio de 2020 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$10.313.567,35 (dez milhões, trezentos e treze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), mediante a emissão de 284.502 (duzentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e duas) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$36,25 (trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante,

respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de agosto de 2016, conforme aditado, do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de maio de 2017, conforme aditado, e do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado, todos no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.875.693.321,04 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e um reais e quatro centavos), para R\$8.886.006.888,39 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos) dividido em 315.767.683 (trezentas e quinze milhões, setecentas e sessenta e sete mil, seiscentas e oitenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 25 de agosto de 2020 a Companhia foi informada sobre a celebração de acordo de acionistas entre os acionistas, Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda., Dynamo Administração De Recursos Ltda., Dynamo Internacional Gestão De Recursos Ltda., Velt Partners Investimentos Ltda., determinando regras a serem observadas com relação ao exercício de direitos políticos e transferência de ações de emissão da Companhia de titularidade dos signatários do acordo ("Acordo de Acionistas"). Estão vinculadas ao Acordo de Acionistas 15.788.400 (quinze milhões, setecentas e oitenta e oito mil e quatrocentas) ações da Atmos Capital Gestão De Recursos Ltda., 18.350.000 (dezoito milhões, trezentas e cinquenta mil) ações detidas pela Dynamo Administração De Recursos Ltda. e Dynamo Internacional Gestão De Recursos Ltda.; e 15.471.932 (quinze milhões, quatrocentas e setenta e uma mil, novecentas e trinta e duas) ações da Velt Partners Investimentos Ltda. ("Ações Vinculadas"), sendo certo que qualquer acionista poderá não vincular ao Acordo de Acionistas até 631.536 (seiscentas e trinta e uma mil, quinhentas e trinta e seis) ações ("Ações Livres"), desde que referido acionista detenha pelo menos 15.156.849 (quinze milhões, cento e cinquenta e seis mil, oitocentas e quarenta e nove) Ações Vinculadas.

Ademais, durante a vigência do Acordo de Acionistas, em nenhuma hipótese, o total de Ações Vinculadas poderá exceder a quantidade de 66.311.213 (sessenta e seis milhões, trezentas e onze mil, duzentas e treze) ações ("Limite Global Máximo").

Em 9 de outubro de 2020 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$3.188.727,08 (três milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e vinte e sete reais e oito centavos), mediante a emissão de 68.277 (sessenta e oito mil, duzentas e setenta e sete) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$46,70 (quarenta e seis reais e setenta centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.886.006.888,39 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos), para R\$8.889.195.615,47 (oito bilhões,

oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e noventa e cinco mil, seiscentos e quinze reais e quarenta e sete centavos) dividido em 315.835.960 (trezentas e quinze milhões, oitocentas e trinta e cinco mil, novecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 2 de fevereiro de 2021, ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$25.071.402,46 (vinte e cinco milhões, setenta e um mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e seis centavos), mediante a emissão de 437.544 (quatrocentas e trinta e sete mil, quinhentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$57,30 (cinquenta e sete reais e trinta e centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de agosto de 2016, conforme aditado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.889.195.615,47 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e noventa e cinco mil e seiscentos e quinze reais e quarenta e sete centavos), para R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil, dezessete reais e noventa e três centavos) dividido em 316.273.504 (trezentas e dezesseis milhões, duzentas e setenta e três mil, quinhentas e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 11 de março de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia aprovou o desdobramento da totalidade de suas ações. Foi aprovado o desdobramento da totalidade das 316.273.504 (trezentas e dezesseis milhões, duzentas e setenta e três mil, quinhentas e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 01 (uma) ação para 04 (quatro) ações da mesma espécie, sem modificação do capital social. O capital social da ENEVA permaneceu no montante de R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil e dezessete reais e noventa e três centavos), passando a ser dividido em 1.265.094.016 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, noventa e quatro mil e dezesseis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os artigos 5º e 6º do Estatuto Social da Companhia foram atualizados na AGE para refletir o desdobramento de ações. As ações resultantes do desdobramento foram creditadas aos acionistas em 16 de março de 2021 e conferiram aos seus titulares os mesmos direitos das ações ordinárias existentes. Fizeram jus às ações desdobradas os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia na data da realização da AGE, sendo que as ações passaram a ser negociadas "ex-desdobramento" a partir de 12 de março de 2021 (inclusive).

Em 14 de abril de 2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de no valor total de R\$2.783.866,28 (dois milhões, setecentos e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), mediante a emissão de 160.088 (cento e sessenta mil e oitenta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$17,3896 (dezessete reais e três mil oitocentos e noventa e seis milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e

conforme os termos do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cuja cópia se encontra arquivada na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou para R\$8.917.050.884,21 (oito bilhões, novecentos e dezessete milhões, cinquenta mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos) dividido em 1.265.254.104 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 20 de maio de 2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$12.714.424,73 (doze milhões, setecentos quatorze mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e três centavos), observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 784.115 (setecentos e oitenta e quatro mil, cento e quinze) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$16,2150 (dezesseis reais e dois mil cento e cinquenta milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de maio de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cuja cópia se encontra arquivada na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou para R\$8.929.765.308,94 (oito bilhões, novecentos e vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oito reais e noventa e quatro centavos) dividido em 1.266.038.219 (um bilhão, duzentos e sessenta e seis milhões, trinta e oito mil, duzentos e dezenove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 30 de novembro de 2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$5.106.997,92 (cinco milhões, cento e seis mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 300.964 (trezentos mil, novecentos e sessenta e quatro) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$16,9688 (dezesseis reais e nove mil seiscentos e oitenta e oito milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, conforme aditado, cuja cópia se encontra arquivada na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou a totalizar R\$8.934.872.306,86 (oito bilhões, novecentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e seis reais e oitenta e seis centavos) dividido em 1.266.339.183 (um bilhão, duzentos e sessenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e três) ações ordinárias

nominativas, sem valor nominal.

Em 11 de março de 2022, foi concluída a incorporação da Focus Energia Holding Participações S.A. pela Eneva S.A. Como parte da operação, foram emitidas um total de 17.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Eneva, de forma que o capital social da Companhia passou a totalizar R\$9.044.992.243,40 (nove bilhões, quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), dividido em 1.283.339.183 (um bilhão, duzentos e oitenta e três milhões, trezentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e três) ações ordinárias.

Em 24 de junho de 2022, o Conselho de Administração da Eneva aprovou a precificação da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), cujo lançamento ocorreu em 15/06/2022. Foi emitido o total de 300.000.000 (trezentos milhões) de novas ações cujo o preço por ação foi de R\$ 14,00, resultando o montante total captado pela Oferta Restrita de R\$ 4.200.000.000,00 (quatro bilhões e duzentos milhões reais). Com isso, o capital da Companhia passou de R\$ 9.044.992.243,40 (nove bilhões, quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), dividido em 1.283.339.183 (um bilhão, duzentos e oitenta e três milhões, trezentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e três) ações ordinárias, para R\$ 13.244.992.243,40 (treze bilhões, duzentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta centavos) dividido em 1.583.339.183 (um bilhão, quinhentos e oitenta e três milhões, trezentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A liquidação das novas ações emitidas no âmbito da Oferta Restrita e o início ocorreu da circulação das novas ações no mercado ocorreu em 28 de junho de 2022.

Em 25 de julho de 2022 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$11.480.341,41 (onze milhões, quatrocentos e oitenta mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos), observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 827.726 (oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte e seis) ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, aos preços de emissão de: (i) R\$13,8027 (treze reais, oito mil e vinte e sete milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de fevereiro de 2019, conforme aditado ("Terceiro Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, conforme aditado; e (ii) R\$13,8837 (treze reais, oito mil oitocentos e trinta e sete milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de maio de 2017, conforme aditado ("Segundo Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, conforme aditado. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou para R\$13.256.472.584,82

(treze bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) dividido em 1.584.166.909 (um bilhão, quinhentos e oitenta e quatro milhões, cento e sessenta e seis mil, novecentos e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 07 de outubro de 2022 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$4.250.196,70 (quatro milhões, duzentos e cinquenta mil, cento e noventa e seis reais e setenta centavos), observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 279.315 (duzentas e setenta e nove mil, trezentas e quinze) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$15,2165 (quinze reais, dois mil cento e sessenta e cinco milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, conforme aditado. Em razão da deliberação de aprovação do aumento de capital, o capital social da Companhia passou para R\$13.260.722.781,52 (treze bilhões, duzentos e sessenta milhões, setecentos e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos) dividido em 1.584.446.224 (um bilhão, quinhentas e oitenta e quatro milhões, quatrocentas e quarenta e seis mil, duzentas e vinte e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

*Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia até o nível de pessoa física:*

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

## 20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Companhia: ENEVA S.A.	Posição em 30/09/2022			
	Ações ordinárias*		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco BTG Pactual S.A.	336.479.153	21,24%	336.479.153	21,24%
Eneva Fundo de Investimento em Ações	312.640.404	19,73%	312.640.404	19,74%
Dynamo Administração de Recursos Ltda	159.392.167	10,06%	159.392.167	10,06%
Ações em Tesouraria	2.671.432	0,17%	2.671.432	0,17%
Outros	773.263.068	48,80%	773.263.068	48,79%
<b>Total</b>	<b>1.584.446.224</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.584.446.224</b>	<b>100,0%</b>

\*O Capital Social da ENEVA é composto apenas por ações ordinárias.